

ANDERSON LUIZ CARDOSO RODRIGUES

O domínio cultura amazônica à luz da organização e representação da informação

DEDICATÓRIA

Esse trabalho árduo, tortuoso, agradável, gratificante, é a realização de um sonho, um caminho natural, quase óbvio, turvo, obscuro, mas natural, construído desde muito.

Dedico a Deus, aos meus lindos filhos, minha esposa, meus pais, meus irmãos e a minha orientadora.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer a Deus, pois sem sua criação e amor eu não existiria.

À minha família, meu pai, José Luiz da Silva Rodrigues, e minha mãe, Ana Lúcia Cardoso Rodrigues, pela força que sempre deram nos momentos gratificantes e nos difíceis e pela educação que me proporcionaram ao longo de minha vida.

Ao meu irmão, Allan Richard Cardoso Rodrigues, pela amizade que sempre tivemos, onde tornou-se possível trocar conhecimentos e experiências, e a minha irmã, Geisa Lena Cardoso Rodrigues, pela amizade e pelas oportunidades profissionais dadas anteriormente.

À minha esposa, Natália Nascimento Rodrigues, pela compreensão, atenção e incentivo acadêmico, sem o seu apoio tudo seria mais difícil. Pelos momentos felizes proporcionados ao longo de muitos anos, pois sem o alicerce do lar, os estudos acadêmicos, que tanto exige concentração e serenidade para reflexões seria impraticável.

Aos meus dois filhos gêmeos, Leandro e Lucas, que muitas alegrias me dão só de viver ao meu lado. E ao Levi, que ainda se encontra na barriga materna, mas que já amo muito Razões da minha vida.

À família da minha esposa, seu pai Jean Nascimento, sua mãe Célia Nascimento, seu irmão Gabriel Nascimento e sua irmã Gabriela Nascimento pela amizade construída.

Às minhas tias Ana Lúcia da Silva Rodrigues, Helena da Silva Rodrigues e a minha avó Glória da Silva Rodrigues por todo o apoio e incentivo dado durante a minha vida.

Ao meu primo Maurício de Souza que me abriu os caminhos para os primeiros passos na pesquisa científica.

Ao meu amigo Renato Vieira, cuja amizade foi construída ao longo de muitos anos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos concedida para a realização do mestrado.

À minha orientadora acadêmica Rosali Fernandez pela amizade e conhecimento moral e intelectual compartilhado, que nos ajudou a seguir os caminhos certos na trilha desse percurso acadêmico.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em convênio com a

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A professora Lena Vânia Pinheiro, que em sua disciplina Perspectiva em Ciência da Informação aprendemos muito sobre o objeto de estudo da Ciência da Informação, além do seu conhecimento fantástico que compartilhou conosco.

Ao professor Aldo Barreto pelas inúmeras conversas formais e informais que tivemos e que me valeram muito para o crescimento profissional e pessoal.

Ao professor Geraldo Prado, onde na sua disciplina Metodologia da Pesquisa em Ciência da Informação, em conjunto com os alunos do mestrado, deram contribuições significativas para esta pesquisa nas discussões em sala de aula.

A todos os colegas do curso onde foram se construindo amizades muito gratificantes.

Aos professores membros da banca examinadora, tanto da qualificação quanto da defesa da dissertação, pelas suas grandes contribuições para a realização e aperfeiçoamento desta pesquisa: Jorge Biolchini, Maria Luiza de Almeida Campos e Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda.

À professora Maria Odaisa Espinheiro de Oliveira pela oportunidade dada na graduação de iniciação científica cujos frutos revelam-se e conjuminam-se nesta pesquisa.

A Selma pela amizade e auxílio em diversas questões no IBICT.

“Existem apenas duas maneiras de ver a vida; Uma é pensar que não existem milagres e a outra é que tudo é um milagre” (Albert Einstein)

“Há momentos em que já não se sabe mais onde está a Amazônia, como ela teria sido, como realmente é e porque é narrada em tantas modulações. É como se fosse um mito, uma Atlântida perdida no Novo Mundo, algo que teria sido, existido, desconhecido” (Octavio Ianni)

RESUMO

Explora e analisa o domínio ‘cultura amazônica’ no contexto da organização e representação da informação. Apresenta conceitos de cultura destacando escolas de pensamento com o objetivo de embasar as reflexões sobre o domínio estudado. O referencial teórico de apoio é centrado na Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan e na Teoria dos Níveis Integrativos do *Classification Research Group*, como base teórico-metodológica para delinear a estrutura classificatória visando a construção de linguagens documentárias no domínio “cultura amazônica”. A seleção dos conceitos foi realizada tomando por base os termos resultantes de pesquisa oral de três localidades geográficas da Amazônia, as cidades de Bragança, Castanhal e o arquipélago do Marajó. A análise das origens etimológicas das palavras indicou a influência das culturas estrangeiras dos continentes europeu, africano, asiático e americano na linguagem amazônica. Os resultados das análises revelaram a viabilidade de se desenvolver uma metodologia de trabalho para delinear uma estrutura de classificação e de um conjunto de conceitos para representar o domínio ‘cultura amazônica’ nas suas raízes basilares como base para a construção de sistemas de organização do conhecimento.

Palavras-chave: Análise de conceitos. Cultura amazônica. Linguagens Documentárias. Seleção de conceitos.

ABSTRACT

Explores and analyses the ‘Amazon culture’ domain in the organization and information representation context. It presents concepts of culture highlighting schools of thoughts aiming on basing reflections about the studied domain. The supportive theoretical reference is focused in the Ranganathan’s Faceted Classification Theory and in the Theory of Integrated Levels from the *Classification Research Group*, as the theoretical-methodological basis as for outlining the classificatory structure aiming on building documentary language in the ‘Amazon culture’ domain. The selection of concepts took place based on the terms resulted from an oral research in three geographical municipalities in Amazon, Bragança, Castanhal and Marajó archipelago. Etymological origins analysis of the words indicated the influence of foreign culture from the European, African, Asiatic and American continents in the Amazon language. The results of that analysis revealed the feasibility of developing a working methodology in order to outline a classification structure and a set of concepts to represent the ‘Amazon culture’ domain in its fundamental roots as a basis for the building of a system for knowledge organization.

Key-words: Concept analysis. Amazon Culture. Documentary Languages. Concept Selections.

LISTA DE SIGLAS

ACOLOP - Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa

CDD - Classificação Decimal de Dewey

CDU – Classificação Decimal Universal

CI - Ciência da Informação

CNFCP - Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRG - Classification Research Group

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFNOPAP - O Imaginário nas Formas Narrativas Oraís Populares da Amazônia Paraense

IHGB - Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDs – Linguagens Documentárias

MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi

PIN - Política de Integração Nacional

PMEST - Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo

RESNAPAP - A Representação Simbólica das Narrativas Populares da Amazônia Paraense como Linguagem de Informação

SRI - Sistema de Recuperação de Informação

TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação

UFPA - Universidade Federal do Pará

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 DOMÍNIO CULTURA AMAZÔNICA | 15 |
| 2.1 CULTURA, UM CONCEITO DIFUSO..... | 15 |
| 2.2 CULTURA, UM CONCEITO ANTROPOLÓGICO, MÚLTIPLICE..... | 19 |
| 2.2.1 Escolas de pensamento do conceito cultura | 25 |
| 2.3 COMPLEXIDADE DO DOMÍNIO CULTURA AMAZÔNICA | 33 |
| 3 LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA | 43 |
| 3.3.1 Tesouro | 45 |
| 3.4 TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO FACETADA | 54 |
| 3.4.1 Planos da classificação | 57 |
| 3.4.1.2 Cânones | 57 |
| 3.5 TEORIA DOS NÍVEIS INTEGRATIVOS | 63 |
| 3.6 SELEÇÃO CONCEITUAL NO DOMÍNIO CULTURA AMAZÔNICA | 68 |
| 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 76 |
| 5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS | 83 |
| 5.1 COMPLEXIDADE DO DOMÍNIO “CULTURA AMAZÔNICA” | 83 |
| 5.1.1 Escolas de pensamento | 83 |
| 5.1.2 Etimologia da linguagem regional | 88 |
| 5.1.2.1 Compilação das etimologias | 99 |

| | |
|--|-----|
| 5.2 CATEGORIZAÇÃO DO DOMÍNIO “CULTURA AMAZÔNICA” | 110 |
| 5.2.1 Análise geral da estrutura de classificação | 121 |
| 6 OUTRAS TEORIAS IMPORTANTES | 125 |
| 6.2 COGNITIVISMO | 125 |
| 6.2 POLIREPRESENTAÇÃO | 126 |
| 6.3 ANÁLISE DE DOMÍNIO | 128 |
| 6.4 ABORDAGENS CULTURAIS, JUNTANDO AS TEORIAS | 130 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 133 |
| REFERÊNCIAS | 137 |

1 INTRODUÇÃO

Este livro é uma adaptação da dissertação de mestrado denominada “O domínio cultura amazônica à luz da organização e representação da informação”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Neste trabalho estão apresentados teorias e resultados que compõem a dissertação. No entanto, acrescentamos algumas teorias e conceitos que podem ser de interesse para a análise do domínio em questão ou domínios de natureza similar. Como é o caso da Teoria da Análise de Domínio, de Hjørland, do Cognitivismo e da Polirrepresentação, que podem ajudar no aprofundamento de domínios complexos como domínios oriundos de conceitos nascidos nas ciências humanas e sociais, como é o caso da cultura, assim como entender as reais necessidades dos usuários que utilizarão os instrumentos de classificação específicos.

Com o aumento da produção da informação houve uma preocupação por parte de vários profissionais sobre como organizá-las e recuperá-las, pois não é necessário somente tornar acessível a informação, mas levá-la ao usuário certo e no momento adequado de sua necessidade informacional (responsabilidade social). Um estudo ou uma área surge em muitos casos a partir de uma necessidade social para minimizar problemas gerados com o avanço da sociedade, tal como ocorreu com a Ciência da Informação.

A questão da organização e recuperação da informação, devido à produção intensiva da informação e a questão da interdisciplinaridade dos saberes, é uma questão perene de investigação. Na busca da qualidade pela organização e recuperação da informação, atualmente se observa uma tendência na criação de instrumentos de recuperação da informação especializados, pois os conceitos podem ser trabalhados de forma minuciosa se comparados aos sistemas gerais. É o caso dos tesouros, das ontologias, das bases de dados etc.

Desse modo, esta pesquisa pretende discutir uma etapa inicial na construção de um tesouro: a seleção e levantamento conceitual no domínio “cultura amazônica”. O motivo pelo qual essa discussão vem à tona se deve a dificuldade encontrada quanto à precisão da seleção terminológica no desenvolvimento de linguagens documentárias (LDs) em um domínio complexo, como é o caso de cultura amazônica.

Conforme pode-se observar nos apontamentos dos estudiosos da área, a definição de

cultura amazônica tem vários olhares e abordagens possíveis e a clareza de seus limites é difusa. É difusa porque a própria definição do conceito o é, pelas inúmeras trocas culturais que ocorrem nas diferentes culturas e porque os seus limites tênues estão em movimento constantes.

Para a perspectiva desta pesquisa é importante refletir sobre a opacidade do domínio “cultura amazônica” no âmbito da seleção conceitual na construção de linguagens documentárias. Para tanto, os contatos inter-étnicos que ocorreram na Amazônia com outras culturas, principalmente com o europeu e com o negro africano, são importantes elementos de análise para reiterar a complexidade do estudo.

A cultura amazônica embora tenha suas características próprias, sua complexidade é comum a qualquer outra cultura, principalmente se pensarmos nos limites da fronteira cultural. A peculiaridade da cultura amazônica provém de sua raiz mais profunda, inicialmente com forte ligação com a etnia indígena, e depois do produto resultante do contato com o europeu e o negro africano. Como apresenta claramente dois espaços culturais, o rural e o urbano, no primeiro a ligação com as raízes mais longínquas se mostra mais presente, por oferecer menor intensidade de trocas de bens culturais com outras civilizações.

É importante ressaltar que a organização e representação da informação em relação ao domínio “cultura amazônica”, neste estudo, foram pensadas sob o ponto de vista da elaboração das linguagens documentárias, particularmente o tesouro. Sabemos que um tesouro para alcançar seu objetivo de relacionamento entre conceitos é composto por uma classificação em sua estrutura-base. Para tanto, elaboramos uma estrutura de classificação a partir dos recortes iniciais do domínio.

O objetivo da pesquisa é, sobretudo, evidenciar a problemática da seleção conceitual no domínio “cultura amazônica”, devido a complexidade do próprio domínio e apontar alguns caminhos que levem a um melhor desenvolvimento na elaboração de sistemas de organização de conhecimento. Consideramos que algumas teorias poderiam ajudar nesse propósito e tentamos uni-las à prática ao apresentarmos uma estrutura de classificação do domínio, no nível da categorização.

Entendendo que o domínio “cultura amazônica” pode ser olhado por várias abordagens que interagem entre si (interdisciplinar), foram apresentadas as propostas da Teoria da Classificação Facetada e a Teoria dos Níveis Integrativos como referencial teórico de apoio para a organização e representação da informação.

A Teoria de Ranganathan foi importante para o estudo pelo seu método facetado e a visão da policotomia ilimitada, que possibilita uma relação flexível entre conceitos na construção de um sistema de organização de conhecimento. A Teoria dos Níveis Integrativos pela abordagem do *Classification Research Group* (CRG) foi útil pela capacidade de representar os assuntos complexos de forma integrativa e interconectada e os conceitos em progressiva complexidade.

A idéia deste projeto nasceu no âmbito do Projeto RESNAPAP (A Representação Simbólica das Narrativas Populares da Amazônia Paraense como Linguagem de Informação), da Universidade Federal do Pará (UFPA). O projeto identificou a carência de diretrizes sólidas de fundamentação teórico-metodológica para identificar e selecionar os conceitos que poderão compor um tesouro cujo domínio de conhecimento é a cultura amazônica.

No vocabulário disponível para o usuário e para o indexador pode ser omitido algum termo de relevância que poderia ser usado pelos especialistas ou algum termo inserido pode ser pouco utilizado, por não fazer parte ou não ser de interesse da área. Como o indexador tem que utilizar a linguagem disponível nos instrumentos de linguagem documentária, será omitido um conceito importante para a comunidade, porque o conceito não compõe a lista de termos do vocabulário controlado, nem como um descritor e nem como um não descritor.

Para tanto, o estudo da seleção e levantamento conceitual na construção das linguagens documentárias é um estudo importante porque a imprecisão conceitual reflete, sobretudo, no produto final, implicando na qualidade da recuperação da informação pelos profissionais da informação e pelos usuários.

A seleção conceitual embora fundamental por ser o delimitador de um dado domínio e formador do conjunto conceitual a ser trabalhado no sistema de organização do conhecimento, não é muito enfatizada na literatura. O domínio “cultura amazônica”, pela sua peculiar complexidade, carece de discussão e de alguns parâmetros para sua construção. O presente trabalho pretende dar alguma contribuição nesse sentido.

A importância de se conhecer um pouco a Amazônia, além da sua proclamada biodiversidade, as culturas de seus povos, híbridas e com uma raiz indígena, sobretudo no meio rural, é o maior legado desta pesquisa. Uma região ainda desconhecida em vários aspectos pela sociedade nacional e mundial, mas que mostra-se um patrimônio cultural da humanidade. Seu povo vem construindo costumes, organizações sociais, mitos, maneiras de ver a vida, estados da alma, técnicas inovadoras, relação da natureza, sustentabilidade

ambiental há um período longínquo e impreciso ainda para a ciência contemporânea.

Somando-se a isso, a discussão da exploração mais refinada de domínios culturais no que tange a sua delimitação enquanto campo de conhecimento em linguagens documentárias são aspectos pouco tratados do ponto de vista da Ciência da Informação. Esse estudo é um pequeno passo para análise sobre domínios dessa natureza.

A pesquisa pretendeu contribuir de alguma forma para construção de sistemas de organização do conhecimento em domínios complexos e interdisciplinares como é o caso da cultura amazônica. No estudo proposto não houve a intenção de uma solução definitiva acerca do problema, mas um passo inicial, em virtude da necessidade de discutir o tema.

No capítulo 2 será apresentado o marco conceitual-teórico. Na primeira parte, abordamos o conceito de cultura, a sua complexidade comentada pelos autores estudados, as escolas de pensamentos, as várias visões sobre como o conceito vem sendo entendido no processo evolutivo e histórico e, por fim, a complexidade da cultura amazônica, objeto mais direto de estudo da pesquisa.

A segunda parte conceitua o tesouro como uma linguagem documentária e as Teorias da Classificação Facetada, de Ranganathan e dos Níveis Integrativos, do CRG, que usamos como suporte teórico para a exploração da pesquisa e desenvolvimento da estrutura de classificação elaborada. Depois apresenta a seleção conceitual no domínio “cultura amazônica”, mostrando a dificuldade dessa etapa na construção de um sistema de organização do conhecimento que trabalha com campos especializados, a partir da complexidade do próprio domínio e do dinamismo do conhecimento.

No capítulo 3 descrevemos os objetivos da pesquisa. No capítulo 4, a Metodologia que utilizamos para desenvolver a pesquisa, para entendermos o domínio estudado e como elaboramos a estrutura de classificação.

No capítulo 5, abordamos a análise e interpretação dos resultados. Foi dividido em duas partes: a demonstração da complexidade do domínio “cultura amazônica” pelas escolas de pensamento sobre o conceito de cultura exposto pelos autores estudados e a análise das origens etimológicas das palavras da linguagem regional amazônica; e a estrutura de classificação elaborada através do método de categorização. No capítulo 6 apresentamos as considerações finais da pesquisa.

No último capítulo 6 antes das considerações finais abordamos três teorias que não eram parte integrante do projeto de dissertação. São elas: a teoria Cognitivista, a

Polirrepresentação e a Análise de Domínio. Essas teorias foram inseridas no livro porque consideramos que são importante para esta pesquisa. Embora não faça parte do escopo teórico inicial da dissertação mostramos como podem ser utilizadas para auxiliar em melhores resultados no desenvolvimento de uma estrutura de classificação em um domínio complexo como é o caso da cultura amazônica.

2 DOMÍNIO CULTURA AMAZÔNICA

Nesse primeiro capítulo será discutido sobre o conceito do domínio estudado. Inicialmente será tratado o conceito cultura, sua complexidade e definição, assim como as escolas de pensamento que o envolvem. Num segundo momento serão comentados os conceitos em níveis mais específicos, ou seja, a própria cultura amazônica. A ideia dessa parte do livro é entender o domínio que estamos estudando, assim como evidenciar sua complexidade e como essa complexidade pode refletir em um instrumento de representação e organização do conhecimento.

2.1 CULTURA, UM CONCEITO DIFUSO

Cultura é um conceito ligado às ciências humanas e sociais e, portanto, têm conceituações de várias escolas e pensamentos que foram evoluindo ao longo do tempo. Cultura é derivada da palavra latina *cultura* e segundo Eagleton (2005) é uma das duas ou três palavras mais complexas da nossa língua. Williams (2008, p.10) afirma que o problema do estudo da sociologia da cultura está no próprio termo “cultura”, que o considera um conceito “excepcionalmente complexo”.

Para Nunes (2004, p.6) o conceito de cultura é muito diversificado por natureza quanto polêmico. Trata-se de “um desses conceitos quentes, em estado de fusão e reformulação, do qual é conveniente nos aproximarmos, como à busca de uma realidade ignorada, em movimento de câmara lenta”.

Mintz (1982) considera que depois de tantos anos de estudo sobre a cultura, ainda estamos longe de qualquer consenso sobre a natureza desse conceito, mesmo que este seja um conceito elementar da Antropologia. Questiona se cultura seria ideias, padrões, atos, consequências, incluindo objetos materiais desses atos? Ou seria tudo isso, uma relação entre alguns, ou todos eles, ou alguma coisa inteiramente diversa? Para Bauman (2012), embora se tenha progredido teoricamente, hoje o conceito continua sem uma conclusão definitiva. Diferente de outras áreas, não se observa imaturidade teórica em relação ao conceito cultura, mas dada sua natureza complexa, muitos anos serão necessários para se chegar a um consenso.

Para Bauman (2012), a complexidade da cultura deve-se a sua ambivalência. A ideia de ambivalência acerca do conceito de cultura esteve presente desde o começo da sua discussão. A noção de cultura nasce com a intenção de reconciliar a liberdade e os limites normativos humanos, porém as respostas são sempre ambíguas e ambivalentes. Muitos foram os autores que tentaram, sem sucesso, eliminar a ambiguidade do conceito de cultura.

A ambivalência inerente da ideia de cultura reflete a ambiguidade da condição histórica que ela pretendia captar e descrever no seu primórdio. A cultura está exatamente na ambivalência entre criatividade e regulação normativa do homem em sociedade. Significa tanto inventar quanto preservar, descontinuidade e prosseguimento, novidade e tradição, o ímpar e o regular, mudança e a monotonia da reprodução, o inesperado e o previsto.

A cultura é vista por muitos autores como um sistema, onde todos os elementos estão interconectados e o estado de cada um depende do estado que os outros assumem. A ideia de sistema remete a ideia de ordem e a ordem depende dos padrões e regras do sistema. Se algum elemento transgredir o limite permite o desequilíbrio do todo. A sistematicidade é a forma de subordinar a liberdade para manutenção do padrão.

No fluxo de entrada e saída de elementos no sistema é estabelecido regras de admissão e procedimentos de assimilação. Para os elementos recém-chegados significa transformação, já para o sistema significa reafirmação de sua identidade.

O fluxo contínuo e as trocas de experiências heterogêneas revela a complexidade do conceito cultura, haja vista sua continuidade infinda. Isso porque o homem, do mesmo modo, está fadado a explorar, a sentir-se insatisfeito com seu mundo, portanto, a destruir e a criar, que dá o sentido de continuidade da cultura. Como está em constante mudança a análise de uma dada cultura pode ficar aquém da realidade atual. Um quadro cultural analisado certamente não será o mesmo depois de alguns anos. A perspectiva da análise histórica-temporal defendida por Braudel (2004) em um longo período de tempo é oportuna. A cultura muda lentamente e só a partir de uma lente extensa temporalmente consegue abarcar os valores reais de uma cultura.

A complexidade do conceito cultura enquanto domínio também denota através do seu caráter múltiplice. Não existem duas culturas iguais, cada uma tem suas peculiaridades. Toda cultura é singular. Do ponto de vista da organização do conhecimento, o caráter ímpar da cultura leva-nos a considerar a produção de instrumentos de organização do conhecimento focados em culturas específicas, visando a representação mais fidedigna da realidade de uma

dada cultura.

Lévi-Strauss (1993) expõe que a humanidade não deve ser concebida de uma maneira estática, uma vez que as sociedades não são isoladas de outras culturas e as trocas culturais são fenômenos naturais. As culturas são diferentes não só umas em relações às outras, mas no interior de cada sociedade. Em um mesmo país ou estado existem muitas variedades culturais, tornando complexa a conceituação, interpretação, entendimento e, sobretudo, análise do domínio para fins de organização do conhecimento.

A cultura é uma força dinâmica onde ocorrem processos intermináveis de criatividade cultural. A continuidade passou a ser vista como uma cadeia infundável de permutas e inovações. Mintz (1982) afirma que a cultura é um produto histórico dinâmico, modificável e incoerente. A cultura está constantemente se alterando, modificando, mas não perde sua essência enquanto continua funcionando eficientemente. Isso ocorre porque, segundo Braudel (2004), toda cultura tem uma raiz cultural construída e solidificada durante longos anos, e dificilmente ela altera e se modifica, mesmo com os contatos culturais internos e externos. Essa raiz fundamental foi denominada de estrutura cultural. Sahlins (1997) concorda com esse argumento ao afirmar em seus estudos de campo que nem tudo é aceito e assimilado deliberadamente porque existem profundas raízes intransponíveis.

Muitas sociedades indígenas recriam a cultura estrangeira em seu próprio benefício, remodelando e adequando a sua realidade. A continuidade de muitas sociedades indígenas depende de como adequam e mesclam elementos advindos de outras culturas na forma impositiva. Para Sahlins (1997) é necessária a entrada de elementos culturais em uma cultura, mas essa transformação deve se adequar, sem ocorrer perda cultural.

Diferente de Braudel (2004), entretanto, Bauman (2012) acredita que a estrutura cultural, a raiz da cultura se modifica, não é estanque. Dominar uma cultura significa dominar uma matriz de permutações possíveis, um conjunto jamais implementado de modo definitivo, sempre inconcluso, e não uma coletânea finita de significações e a arte de reconhecer seus portadores. O que une os fenômenos culturais a uma cultura é justamente a presença dessa matriz que está em constante mudança, ou seja, que não é estática, mas aberta a mudanças e desenvolvimentos, agregações.

Percebe-se que esses dois autores acreditam em uma base, uma matriz distintiva existente em uma cultura. Pensando na construção de uma estrutura de classificação em um domínio cultural, a ideia do Braudel (2004) é mais confortante e parece mais possível, haja

vista seu caráter estanque matricial da cultura, mas nem sempre o mais confortante está de acordo com a realidade e a ideia da mutabilidade da matriz cultural de Bauman (2012) deve ser analisada, mesmo que mais complexa. É fundamental para qualidade e fidedignidade de um sistema de classificação de domínio cultural conhecer com profundidade a estrutura cultural.

A palavra cultura se tornou um enorme conglomerado composto de culturas. É o fim das geografias, a distância já não é mais importante. A internet e seu rápido fluxo de informações, a televisão, o rádio e outros meios de comunicação ajudaram na “homogeneização” cultural impondo padrões universais, porém, pode ser visto mais como uma tentativa se considerarmos um nível mais específico de análise. Para Bauman (2012), a internet é um meio do qual não é controlável e a manutenção de padrões da cultura não funciona porque a internet é territorialmente desancorada, é desprovida de dimensões espaciais.

Para muitos antropólogos e sociólogos não existem mais culturas fechadas e suas zonas de fronteiras são frequentemente transpostas. As culturas estão em movimento, tornam-se interdependentes, penetram-se, cada uma delas tem o status híbrido e heterogêneo, nenhuma é monolítica e todas são intrinsecamente diversificadas. É a globalidade da cultura. Entretanto, nas zonas de fronteiras culturais existem poucos diálogos amigáveis e muitos conflitos e tendências opostas. Uma determinada cultura pode sentir-se menosprezada quando se compara às vizinhas ou a outros padrões culturais.

Entendendo a fronteira cultural como uma zona conflituosa e que as diferenças individuais e culturais são inexoráveis, ou seja, não há como fugir dessa realidade, então, aceitar o diferente é uma estratégia primordial de convivência pacífica. Para Sahlins (1997), a Antropologia serve para entender essas diferenças e a cultura serve para marcar a diferença, a cultura é uma ferramenta essencial para fabricação de alteridades. A antropologia tem como tarefa não a explicação das diferenças, mas a demarcação delas.

O entendimento da matriz cultural, da dinâmica do fluxo que ocorre na fronteira e a compreensão dos limites daqueles elementos que “estão dentro” e que “estão fora” é um desafio que potencializa o mapeamento e seleção conceitual na construção de um sistema de organização de conhecimento no domínio de uma cultura.

O domínio “cultura amazônica” na perspectiva da construção de linguagem documentária apresenta complexidade em seu nível macro no contexto das ciências humanas.

Para Langridge (1977) a organização de domínios do conhecimento nas ciências humanas e sociais tem uma diferença profunda em relação às outras grandes áreas. As ciências exatas, por exemplo, tendem a ter um corpo mais harmônico de pensamento, enquanto que nas ciências humanas e sociais há várias teorias e escolas. O autor afirma que o classificacionista deve explorar bem o conhecimento com o qual está trabalhando, mas alerta que é mais fácil analisar as relações entre Física, Química e Biologia do que as relações entre Ciência, Filosofia, História e Arte.

Como conseqüência dos vários olhares das ciências humanas e sociais “... as fronteiras entre os vários estudos sociais são difíceis de estabelecer” (LANGRIDGE, 1977, p.96). Gera-se a partir dessa dificuldade uma imprecisão conceitual que reflete na complexidade de se estabelecer a seleção e relações dos conceitos, visando à construção de linguagens documentárias.

Para Maués (1999, p.16), isso ocorre porque essas áreas lidam com objetos de análise radicalmente diferentes, “que é a sociedade humana, da qual faz parte, como indivíduo e pessoa, o historiador e o cientista social”. Quando o observador está analisando seu objeto, ele está observando processos dos quais necessariamente participa. São necessários métodos diferentes para estabelecer evidências e interpretações, se compararmos às ciências naturais e exatas (Williams, 2008). Quem estuda o objeto é o próprio objeto de estudo, portanto, é mais difícil compreender o todo, quando se é parte dele. Elevar-se acima de si mesmo não é uma tarefa fácil.

Essa sublimação da perspectiva de olhar tornar-se potencialmente viável quando o estudioso analisa uma cultura radicalmente diferente, porque há o “olhar de fora” e certa distância entre o estudioso e o objeto estudado. O choque cultural que ocorre entre o antropólogo e a cultura analisada é chamado pela Antropologia de “estranhamento”. Para alguns estudiosos toda análise cultural, devido a esse fenômeno, gera um caráter inexoravelmente inconclusivo.

2.2 CULTURA, UM CONCEITO ANTROPOLÓGICO, MÚLTIPLICE

Como vimos, o conceito de cultura é um conceito complexo que está longe de ser consensual entre os estudiosos da área. Apesar do seu caráter ambíguo alguns autores

ousaram defini-lo, conforme podemos ver a seguir.

Para Laraia (2002), a primeira definição de cultura do ponto de vista antropológico foi realizada por Edward Tylor em 1971. Preocupou-se em demonstrar que a cultura pode ser objeto de estudo sistemático, pois trata de um fenômeno natural que possui causas e regularidades, permitindo um estudo objetivo e uma análise capaz de proporcionar a formulação de leis sobre o processo cultural e a evolução.

Aranha e Martins (1993) comentam que a palavra cultura tem vários significados, mas no campo da Antropologia a cultura é o que o homem produz ao construir sua existência, as práticas, as teorias, as instituições, os valores materiais e espirituais. Consideram que o contato do homem é intermediado através do símbolo, portanto, a cultura é o conjunto de símbolos elaborados por um povo em um determinado tempo e lugar. Dada a infinita possibilidade de simbolizar, as culturas dos povos são múltiplas e variadas.

Para Sahlins (1997), a cultura é organização de experiência e ação humanas por meio simbólicos. É a capacidade singular do homem. Nenhum animal organiza os fundamentos afetivos, as atrações e repulsões de suas estratégias reprodutivas a partir de significados, sejam eles conceitos socialmente contingentes de beleza ou noções historicamente variáveis de moralidade sexual. O autor lembra que a cultura não pode ser vista como demarcação da diferença, tal como a Antropologia defendeu no passado, porque gera preconceito e discriminação.

Geertz (1989) conceitua cultura como um conceito essencialmente semiótico, como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis; são as teias de significado que o homem teceu e sua análise. Considera que cultura não é uma ciência experimental em busca de leis, é uma ciência interpretativa em busca do significado. A cultura está localizada na mente e nos corações dos homens, além de ser composta de estruturas psicológicas por meio das quais os indivíduos ou grupo de indivíduos guiam seus comportamentos.

Para entendermos um símbolo, seu significado em uma dada cultura é necessário familiarizarmos com o universo imaginativo, suas estruturas de significado socialmente estabelecidas. Por isso, o conceito de cultura deve ser atrelado a um contexto, algo dentro do qual os símbolos possam ser descritos de forma inteligível. Quanto mais se tenta seguir um determinado povo, mais lógico e singular ele se torna, ficando mais acessíveis e menos incompreensíveis.

Geertz (1989) comenta que o homem, diferentemente dos outros animais manipula a

natureza ao seu favor. Na verdade, não precisa de todas as características fisiológicas necessárias para voar ou navegar, o homem inventa um material que imita tais características, como o avião ou o navio. Muitas espécies animais, ao longo de sua evolução, precisam perder alguma característica para ganhar outra, se adaptar ao meio e sobreviver a seleção natural. O homem muda o ambiente e conserva inalterado seu corpo original. Existe, no entanto, algo que o homem perde numa característica anterior para ganhar uma nova, mas de uma maneira diferente dos outros animais. Ele perdeu algumas propriedades animais e adquiriu cultura.

Para Nunes (2004, p.9) é a “soma de todas as criações que melhoram a condição material dos homens ou que expressam a vida intelectual e moral”. A cultura reproduz o resultado do esforço de auto-afirmação da espécie humana, que se desprende da condição da animalidade, até atingir, passando pela selvageria e pela barbárie, os mais altos graus de desenvolvimento. Essa idéia de evolução dos povos e da humanidade, no entanto, é incompleta e foi corrigida e ampliada pelo conceito antropológico de cultura, como veremos mais adiante.

Para Loureiro, J. (2001), a cultura é entendida como uma configuração intelectual, artística e moral de um povo ou, mais amplamente, de uma civilização, e que pode ser compreendida no processo de seu desenvolvimento histórico ou num período delimitado de sua história.

A cultura como termo geral significa a herança social total da humanidade. No conceito antropológico, a cultura é para cada agrupamento humano um conjunto de modos de proceder e pensar, segundo estruturas normativas variáveis e particulares que sustentam diferentes padrões de pensamento e ação. A Antropologia e outras áreas de estudo nos ensinam a olhar e a compreender a variedade das culturas, indicando que sintetiza a criação do universo humano, por meio de normas, indissociável da linguagem, técnicas, conhecimento, religião, valores éticos, estéticos e políticos no conjunto de uma organização social determinada.

Para Kluckholhn (*apud* GEERTZ, 1989, p.14-15), o conceito de cultura pode ser visto como:

- 1) modo de vida global de um povo
- 2) legado social que o indivíduo adquire do seu grupo
- 3) uma forma de sentir, pensar e acreditar
- 4) uma abstração do comportamento
- 5) teoria elaborada pelo antropólogo, sobre a forma como um grupo de pessoas se

- comporta realmente
- 6) celeiro de aprendizagem em comum
 - 7) conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes
 - 8) comportamento aprendido
 - 9) mecanismo para regulamentação normativa do comportamento
 - 10) conjunto de técnicas para se ajustar ao ambiente externo e em relação as outras pessoas
 - 11) um precipitado da história

Desse modo, Kroeber (*apud* LARAIA, 2002, p.42-43) descreve o conceito de cultura dessa maneira:

1. A cultura mais do que a herança genética, determina o comportamento do homem e justifica as suas realizações.
2. O homem age de acordo com os seus padrões culturais. Os seus instintos foram parcialmente anulados pelo longo processo evolutivo porque passou. [...]
3. A cultura é o meio de adaptação aos diferentes ambientes ecológicos. Em vez de modificar para isto o seu aparato biológico, o homem modifica o seu equipamento superorgânico.
4. Em decorrência da afirmação anterior, o homem foi capaz de romper as barreiras das diferenças ambientais e transformar toda a terra em seu habitat.
5. Adquirindo cultura, o homem passou a depender muito mais do aprendizado do que a agir através de atitudes geneticamente determinadas.
6. Como já era do conhecimento da humanidade, desde o iluminismo, é este processo de aprendizagem (socialização ou endoculturação, não importa o termo) que determina o seu comportamento e a sua capacidade artística e profissional.
7. A cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo.
8. Os gênios são indivíduos altamente inteligentes que têm a oportunidade de utilizar o conhecimento existente ao seu dispor, construído pelos participantes vivos e mortos de seu sistema cultural, e criar um novo objeto ou uma nova técnica. Nesta classificação podem ser incluídos os indivíduos que fizeram as primeiras invenções, tais como o primeiro homem que produziu o fogo através do atrito da madeira seca; ou o primeiro homem que fabricou a primeira máquina capaz de ampliar a força muscular, o arco e a flecha etc. São eles gênios da mesma grandeza de Santos Dumont e Einstein. Sem as suas primeiras invenções ou descobertas, hoje consideradas modestas, não teriam ocorridos os demais. E pior do que isto, talvez nem mesmo a espécie humana teria chegado ao que é hoje.

Para Laraia (2002) o processo do desenvolvimento da civilização é claramente acumulativo, conserva-se o antigo, apesar da aquisição do novo. Na evolução orgânica, a introdução de novos traços só é geralmente possível mediante a perda ou a modificação de órgãos ou faculdades existentes.

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de

um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações, porém, elas não são o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade.

A teoria antropológica evolucionista fora influenciada pelo darwinismo, onde Tylor (*apud* LARAIA, 2002) acreditava que a diversidade pode ser explicada como resultado da desigualdade de estágios existentes no processo de evolução. Assim, uma das tarefas da antropologia seria a de estabelecer uma escala de civilização, onde se colocou as nações européias em um dos extremos da série e as tribos selvagens no outro extremo, dispendo o restante da humanidade entre os dois limites. Nessa teoria acredita-se que as sociedades humanas estão em diferentes estágios ou etapas de um desenvolvimento único que, partindo do mesmo ponto, deve fazê-las convergir para a mesma meta.

Stocking (1968 *apud* LARAIA, 2002), no entanto, critica Tylor por deixar de lado o relativismo cultural. A idéia de relativismo estava implicitamente ligada à idéia de evolucionismo multilinear. A unidade da espécie humana não pode ser explicada senão pela diversidade cultural.

As idéias do evolucionismo, chamado por Lévi-Strauss (1993) de falso evolucionismo (pseudo-evolucionismo), estão relacionadas com o desenvolvimento e aparecimento do darwinismo. Mas o darwinismo refere-se ao evolucionismo biológico, muito diferente das questões sociais e culturais nas quais a Antropologia está interessada.

As sociedades não estão em diferentes etapas de desenvolvimento porque não estão se dirigindo para uma mesma meta, única. Se por acaso nasceram relativamente no mesmo período, se uma está à frente da outra nas etapas evolutivas, as outras pararam no tempo, estacionaram, ou poucas coisas aconteceram. Finaliza a esse respeito: “Na verdade, não existem povos infantis; todos são adultos, mesmo os que não mantiveram um diário de sua infância e adolescência”. (LÉVI-STRAUSS, 1993, p.336)

Lévi-Strauss (1993) refuta a abordagem evolucionista de que as sociedades simples dispõem de um pensamento mágico que antecede o científico e que é, portanto, inferior. O pensamento mágico dos selvagens não é um começo, um esboço ou uma iniciação, a parte do todo que ainda não se realizou, é um sistema bem articulado independente do sistema científico.

A principal reação ao evolucionismo, então denominado de método comparativo, veio

com Boas (*apud* LARAIA, 2002), que insistiu na necessidade de ser comprovada a possibilidade dos dados serem comparados. Propôs a comparação dos dados obtidos através dos estudos históricos das culturas simples e da compreensão dos efeitos das condições psicológicas e dos meios ambientes. Essa teoria foi chamada de particularismo histórico, onde cada cultura segue os seus próprios caminhos em função dos diferentes momentos históricos que enfrentou. A partir daí a explicação evolucionista da cultura só tem sentido quando corre em termos de uma abordagem multilinear.

Sobre as desigualdades entre as raças e do racismo decorrente da visão evolucionista, a ciência ainda não consegue comprovar nada a respeito da superioridade ou inferioridade intelectual de uma dada raça em relação à outra. A verdade é que o corpo teórico da ciência ainda não tem argumentos comprovadamente convincentes para atestar tal afirmação, mesmo que haja uma diferença de progresso evolutivo entre as sociedades. As desigualdades das raças humanas existem, mas não pelo caráter biológico ou fisiológico dos seus habitantes, e sim pelas circunstâncias geográficas, históricas e sociológicas.

Para Lévi-Strauss (1993), a diversidade cultural não existe apenas nas relações recíprocas entre as sociedades, mas também no seio de cada sociedade, em todos os grupos que a constituem. A diversidade cultural não pode ser concebida como estática e seu dinamismo se deve aos contatos com outras sociedades, pois não existe nenhuma que viva isoladamente, nem mesmo os índios brasileiros antes do primeiro contato com o europeu. Existiam no Brasil muitas e diferentes sociedades, grandes e pequenas, que tinham entre si contatos muito estreitos.

Em outras palavras, o isolamento inicial formou a base de cada cultura, de maneira diferente umas das outras, e os contatos mesclaram as culturas e formaram a diversidade cultural. Desse modo, os homens repudiaram as formas culturais, como as religiosas, as morais, sociais, estéticas que foram afastadas daquelas com as quais se identificaram. Por isso, os povos chamados selvagens são considerados como inferiores para os povos “civilizados”, comenta Lévi-Strauss (1993).

Por outro lado, a idéia de igualdade natural entre todas as sociedades e todos os homens, acaba por negligenciar a diversidade inerente e observável facilmente entre os mesmos. O mais correto é pensar que existe diferenças entre os homens e as sociedades e que devemos aprender a conviver, o mais harmoniosamente possível, com essas diferenças, pois não podemos fugir delas, pois são fatos e fazem parte de um fenômeno natural. Esse é o

conceito antropológico de alteridade.

A cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas. Em relação ao dinamismo da cultura é preciso conhecer as diferenças entre as sociedades:

Cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir. (LARAIA, 2002, p.101)

Segundo Laraia (2002), a nossa herança cultural nos condicionou a reagir depreciativamente para aqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Então, discrimina-se o comportamento desviante. O fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural. Essa tendência é chamada pela antropologia de “etnocentrismo” e é responsável por vários conflitos sociais e racismo.

Pensando na cultura amazônica e na parte que mais a distingue das outras, que é o meio rural, certamente haverá certo estranhamento pelos que conhecem e vivem no meio urbano. Mas é o estudo e o conhecimento dessa forma cultural diferente que a torna interessante e que ameniza os preconceitos e racismos decorrentes do desconhecimento e da idéia de que se está fora do padrão cultural ocidental e moderno tende a ser inferior.

O formato próprio da cultura amazônica, diferente do que estamos habituados, a caracteriza e lhe dá uma identidade distinta, tornando, assim, possível realizar uma correta seleção conceitual em um sistema de organização de conhecimento nesse domínio. Sendo dinâmica e até mesmo heterogênea pelos contatos que sofreu, percebe-se na cultura amazônica a possibilidade de delimitar os conceitos que fazem parte de seu conjunto.

2.2.1 Escolas de pensamento do conceito cultura

Para Thompson (1995) e Williams (2008), quanto ao sentido da palavra cultura, existem cinco concepções que foram se modificando ao longo de sua história: a concepção

original, a concepção clássica, a concepção descritiva, a concepção simbólica e a concepção estrutural.

A concepção original está ligada ao sentido da origem etimológica da palavra cultura. Nessa primeira concepção, os primeiros sentidos da palavra nos idiomas europeus preservaram o sentido original, que significava cultivado ou cuidado de alguma coisa, como grãos ou animais.

Na concepção clássica, o sentido original mudou da esfera agrícola para o cultivo da mente. Francis Bacon escreve sobre o cultivo e adubação de mentes, numa hesitação sugestiva entre estreme e distinção mental. Inicialmente cultura denotava um sentido puramente material e depois metaforicamente foi transferido para questões de espírito (THOMPSON, 1995).

Essa concepção surgiu nas primeiras discussões sobre cultura, especialmente entre os filósofos e historiadores alemães no fim do século XVII. Nessas discussões, o termo era usado para se referir a um processo de desenvolvimento intelectual ou espiritual, um processo que diferia de civilização. Thompson (1995, p.170) define a concepção clássica de cultura como o processo de “desenvolvimento e enobrecimento das faculdades humanas, um processo facilitado pela assimilação de trabalhos acadêmicos e artísticos e ligado ao caráter progressista da era moderna.” Com o aparecimento da Antropologia, essa concepção perdeu adeptos.

A concepção descritiva da cultura refere-se a um variado conjunto de valores, crenças, costumes, convenções, hábitos e práticas características de uma sociedade específica ou de um período histórico. Nessa concepção o conceito de cultura foi despojado da conotação etnocêntrica. Estava menos ligado ao enobrecimento da mente e do espírito e mais ligado às práticas e costumes de outras sociedades que não as européias.

A concepção simbólica focaliza o interesse no simbolismo. Os fenômenos culturais são fenômenos simbólicos e o estudo da cultura está essencialmente interessado na interpretação dos símbolos e da ação simbólica. A debilidade dessa concepção se encontra na falta de atenção para as relações sociais estruturadas, nas quais os símbolos e as ações simbólicas estão sempre inseridos.

Na concepção estrutural de cultura os fenômenos culturais podem ser entendidos como formas simbólicas em contextos estruturados. A análise cultural pode ser pensada como o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas.

Thompson (1995) ao apresentar os vários sentidos que o conceito de cultura vem sofrendo ao longo do tempo conclui que a cultura é um fenômeno cultural, que não é simplesmente uma questão de objetos e fatos que ocorrem no mundo natural, mas também uma questão de ações e expressões significativas, manifestações verbais, símbolos, textos e artefatos de vários tipos, e de sujeitos que se expressam através desses artefatos e procuram entender a si mesmos e aos outros pela interpretação das expressões que produzem e recebem. Os fenômenos culturais podem ser pensados como o estudo das maneiras como expressões significativas de vários tipos que são produzidas e recebidas por indivíduos situados em mundo sócio-histórico.

Laraia (2002) em seu trabalho faz um percurso nas principais teses antropológicas sobre questões relacionadas à cultura e destaca quatro: o Determinismo Cultural, onde os estudos apontavam as características genéticas como grandes influenciadoras da personalidade humana; o Determinismo Geográfico, afirmando que as diferenças no ambiente físico afetavam a diversidade cultural; a que considera Cultura como Sistemas Estruturais, que define cultura como um sistema simbólico e como uma criação acumulativa da mente humana; e a última das abordagens, que considera Cultura como Sistemas Simbólicos.

Nunes (2004) divide cultura em três acepções: acepção individual, acepção social e acepção histórica. Na acepção individual, isto é, relativa ao indivíduo, cultura oscila entre dois pólos: ou significa o conjunto de conhecimento, de idéias, de crenças e de critérios de valor com que todo o indivíduo se acha munido e faz uso nas suas relações consigo mesmo e com os outros, ou significa a sua formação, intencional e voluntariamente orientada, com apoio num variável grau de conhecimentos e experiências acumulados, para alcançar uma maneira estável de pensar e de agir.

No primeiro caso, cultura corresponde ao equipamento mental do indivíduo pela educação recebida e é uma posse intelectual moral ou religiosa que se alia à personalidade do sujeito. No segundo caso, está mais próxima da origem etimológica da palavra - *colere/cultivar* – que traduz o cultivo do indivíduo, de sua inteligência e de sua sensibilidade. A cultura, nesse sentido, está unida à personalidade e, mais do que uma posse, representa um modo de ser do indivíduo. Esses dois aspectos do conceito Nunes (2004) chama de subjetivo, enquanto as outras acepções, a social e a histórica, situa-se no eixo objetivo.

Na acepção social, a cultura é a herança transmitida de geração para geração e de que os indivíduos, como seus usufrutuários, partilham diferentemente, conforme o dinamismo dos

grupos ou classes a que se vinculam. Pode-se, por exemplo, falar de uma cultura aristocrática ou uma cultura burguesa, designando essas expressões as idéias dominantes de um período ou de uma sociedade.

Nessa acepção, a cultura é duplamente objetiva. Por um lado, porque comporta moldes de pensamento, padrões de gosto e normas de proceder, que têm existência independente dos indivíduos, e que a eles se impõem de fora para dentro, revela os traços clássicos do fenômeno social - coletivo, exterior e coercitivo. Por outro lado, porque o patrimônio espiritual a que a cultura corresponde é inseparável de certos suportes materiais privilegiados, como livros, quadros, filmes etc., que têm a duração limitada.

De acordo com a acepção histórica, a cultura seria a fisionomia intelectual, artística e moral de uma civilização ou de um povo ao longo de sua história e num momento dela. Através dessa acepção poderemos falar de uma cultura ocidental, cultura helênica, cultura brasileira e até mesmo da cultura amazônica, objeto de análise desta pesquisa.

Prevalece então uma personalidade espiritual distintiva de determinado povo. Nesse sentido, a cultura depende de uma acumulação e de uma transmissão no tempo com modificações e acréscimos de valores, formas de pensamento, técnicas, normas religiosas, morais e jurídicas, entre unidades históricas que mantêm contatos ou que se relacionam por um nexo de filiação, como o que existe entre a nossa cultura ocidental e a cultura helênica.

Segundo Nunes (2004, p.9), as três acepções do conceito de cultura não se opõem entre si, mas compõem as três escalas ou os três aspectos de uma só idéia. Nesse sentido, a cultura do indivíduo está em relação com a da sociedade, e a cultura da sociedade, por sua vez, equivale a uma forma historicamente evoluída, definida no conjunto de um processo global em que o gênero humano é o último usufrutuário.

O conceito de cultura é apresentada por Bauman (2012) ao analisar inúmeras perspectivas conceituais ao longo da história. Inicialmente, comenta duas perspectivas filosóficas diferentes que se ramificaram a partir de um mesmo tronco. De um lado um discurso gerou a ideia de cultura como atividade do espírito que vaga livremente, o lócus da criatividade, invenção e autocrítica. De outro lado apresentou um discurso da cultura como instrumento da rotina e da continuidade, uma serva da ordem social e da preservação cultural.

O primeiro discurso remete a cultura como a capacidade de romper horizontes, fronteiras e a tradição cultural. O segundo discurso é a noção de cultura aplicada pela antropologia ortodoxa, que diz respeito à regularidade e padrão, com uma liberdade restrita as

normas. Um discurso refere à liberdade humana e o outro alega que a destruição da ordem não dariam resultados significativos. A fraqueza da visão ortodoxa é que não pode explicar as mudanças nos padrões culturais.

A conjoinância entre esses discursos garante o ajuste entre os sistemas sociais e a personalidade individual. A cultura assume tanto o papel de agente da desordem, a partir da liberdade humana, como um instrumento da ordem. A cultura se auto-perpetua não pela manutenção dos padrões, ela sobrevive pelo impulso de modificá-la e alterá-la, substituindo um padrão existente por outro que continue viável para a cultura em questão.

Bauman (2012) comenta sobre outro dualismo de visões acerca da cultura. A primeira é a visão nacionalista que serviu para desvalorizar os padrões de vida produzidos no plano local, onde esse plano deve ser destruído para ser reconstruído num nível de organização social superior, supralocal. Nessa visão despreza-se o regional e o local por serem considerados padrões atrasados e menos significativos, o padrão universal é o mais importante. A ideia de homogeneização da cultura é predominante nessa visão. A outra visão é a comunitarista que se coloca em oposição a ambição homogeneizante da cultura nacional e é a favor do multiculturalismo.

Bauman (2012) comenta também que existem três conceitos de cultura que divergem semanticamente e que fizeram parte do universo de discurso dos estudiosos da cultura. O primeiro é a cultura como conceito hierárquico, onde ela está relacionada à pessoa culta, bem educada, com conhecimentos e qualidades herdadas ou adquiridas.

O segundo é a noção de cultura como conceito diferencial. Essa concepção é empregada para explicar as diferenças entre as comunidades de pessoas, a diversidade cultural. Esse conceito defende que os seres humanos não são totalmente determinados pelo genótipo e as bases biológicas são irrelevantes. A cultura é uma sequência evolutiva de eventos dependentes da simbolização e a diversidade cultural deve-se ao fato das culturas resistirem a fusão com outras culturas.

A terceira concepção é o conceito genérico de cultura. Tal noção é construída em torno da dicotomia entre o mundo humano e o mundo natural, o que acontece ao homem e o que o homem faz. Esse conceito relaciona-se aos atributos que unem a espécie humana ao distingui-la de tudo o mais. O conceito genérico de cultura atribui à própria cultura a qualidade de característica universal de todos os homens, e apenas destes.

Para Geertz (1989) o conceito de cultura teve concepções diferentes ao longo do

tempo, como a concepção estratigráfica, a concepção do padrão universal e a concepção sintética. Na concepção estratigráfica observa-se as relações entre os fatores biológico, psicológico, social e cultural, na tentativa de localizar o homem no conjunto dos seus costumes. De acordo com essa concepção, o homem é um composto de níveis, cada um superposto aos inferiores. Quando se analisa o homem retira-se camada após camada, cada uma delas completa e irredutível em si mesma. Retiram-se os fatores psicológicos e surgem os fundamentos biológicos de toda vida humana.

Na concepção do padrão cultural universal, de Clark Wissler e de G.P. Murdock, chamada também de “denominadores comuns da cultura”, acreditava-se que poderia identificar nas particularidades culturais de um povo, algo em comum a todos, universal, onde a diversidade de costumes no mundo e no tempo podia ser encontrada em todo lugar e praticamente da mesma forma. Dessa maneira, a antropologia podia determinar as dimensões culturais coincidentes com a dimensão biológica, psicológica e sociológica. Essa procura pelo universal, Geertz (1989, p.51) chamou de “*consensus gentium*” (um consenso de toda a humanidade).

O autor, no entanto, critica a generalização dessa teoria, pois acredita que não seja possível sustentá-la. O problema da generalização está na integração dos processos biológicos, psicológicos ou sociológicos, uma vez que esses são níveis científicos separados e autônomos em si mesmo, o que torna difícil reuni-los novamente. O refúgio no universal pelos antropólogos diante de tanta diversidade é o receio de se perderem no relativismo cultural que os privará de um ponto fixo.

A cultura é vista conceitualmente mais poderosa quando limitada, mais específica. Com a especificação é possível descrições minuciosas e não generalizações de casos específicos. O objetivo é tirar grandes conclusões de fatos pequenos, densamente entrelaçados.

A concepção sintética é uma substituição à concepção estratigráfica, na qual os fatores biológicos, psicológicos, sociológicos e culturais podem ser tratados como variáveis dentro dos sistemas unitários de análise.

Para Geertz (1989), existem ainda duas idéias principais acerca de cultura. A primeira idéia é que a cultura não deve ser vista como complexos padrões concretos de comportamento - costumes, usos, tradições, hábitos – mas como um conjunto de mecanismos de controle - planos, receitas, regras, instruções para governar o comportamento.

Na segunda idéia o homem é o animal mais dependente de tais mecanismos de controle para seu comportamento. Entre esses mecanismos estão os símbolos e as palavras. Se o homem não fosse dirigido por padrões culturais – entendidos como sistemas organizados de símbolos significantes – seu comportamento seria virtualmente ingovernável, um simples caos de atos sem sentido e de explosões emocionais, e sua experiência não teria qualquer forma. A cultura é, portanto, a totalidade acumulada de tais padrões, não apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela – a principal base de sua especificidade.

Na visão de Geertz, existem duas perspectivas sobre cultura, a tradicional e a atual. Na perspectiva tradicional o homem evoluiu biologicamente através das variações genéticas e da seleção natural até como hoje se encontra, e depois começou a evolução cultural. Na perspectiva atual o homem moderno surgiu há cerca de quatro milhões de anos, o *Homo Sapiens*. Houve uma superposição de mais de um milhão de anos entre o início da cultura e o aparecimento do homem como hoje conhecemos (GEERTZ, 1989).

Sem o homem não haveria cultura e sem cultura não haveriam homens. Existe uma fronteira no homem entre o que é controlado de forma inata e o que é controlado culturalmente no comportamento humano. Desse modo então a cultura é vista por Geertz (1989, p.64) como “um conjunto de mecanismos simbólicos para controle do comportamento, fontes de informação extra-somática”. E conclui: “Tornar-se humano é tornar-se individual e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção” às nossas vidas.

O conceito de cultura pode ser considerado como um sistema ordenado de significado e símbolos, nos termos dos quais os indivíduos definem seu mundo, expressam seus sentimentos e fazem seus julgamentos. Em suma, o homem se diferencia dos outros animais pelo controle exercido nele e pelos padrões culturais. Com isto, o homem constitui o conjunto de símbolos que norteiam sua vida e a convivência social.

Para Williams (2008), houve um grande desenvolvimento do uso de cultura relacionada ao sentido de cultivo da mente, tendo inúmeros significados, tais como: a) um estado mental desenvolvido: como em “pessoa culta” ou “pessoa de cultura”; b) os processos desse desenvolvimento: interesses culturais, atividades culturais; c) e os meios desse processo: cultura considerada como as artes, o trabalho intelectual do homem.

Cultura pode ser o resultado de formas precursoras de convergência de interesses: ênfase no espírito formador de um modo de vida global, manifesto em atividades especificamente culturais como a linguagem, estilos de artes, tipos de trabalho intelectual. A ênfase na ordem social global no seio de uma cultura específica, quanto a estilos de arte e tipos de trabalho intelectual, é considerado produto direto ou indireto de uma ordem constituída por outras atividades sociais. Essas posições são classificadas, respectivamente, como idealista e materialista.

A convergência entre o idealismo e o materialismo é vista por Williams (2008) como uma nova forma de ver a cultura. Esta visão apresenta pontos em comum com o materialismo porque é a favor de que exista uma ordem social global. No entanto, difere porque a prática cultural e a produção cultural não procedem apenas de uma ordem social diversamente constituída, mas são elementos importantes na sua constituição. Por outro lado, há também elementos do idealismo em sua ênfase nas práticas culturais como constitutivas. Em vez do espírito formador, que criava todas as demais atividades, essa nova forma de pensar, considera a cultura como sistema de significações, onde uma ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada.

Para Loureiro, J. (1992) a cultura pode ser representada em dois grandes grupos: a cultura erudita e a cultura popular. A cultura erudita, como é produzida pela alta classe média e a classe alta, contém um maior grau de informação e incorporação do patrimônio representado pela cultura ocidental, no qual inúmeros aparatos tais como meios de comunicação, revistas, jornais, internet etc. têm no seu bojo um maior acesso aos diversos tipos de informações, o que lhe dá um aspecto que o autor denomina de “erudição” ou “expressão erudita”.

Já a cultura popular é a expressão de uma camada da população que tem menos acesso aos bens culturais da tradição erudita e exprime mais uma relação direta com a vida, fundamentando-se no que essas pessoas veem, sentem e ouvem acerca das coisas que estão à sua volta, por meio do pragmatismo cotidiano.

A perspectiva de que a cultura popular não tem acesso aos bens culturais da cultura erudita, embora realmente não seja na mesma proporção e na mesma velocidade, vem se alterando no tempo em função das tecnologias de informação e da chamada “globalização”. Na região amazônica paraense, principalmente nas regiões interioranas, esse fluxo e acesso aos bens da modernidade se desenvolvem com maior lentidão em relação às regiões mais

próximas aos centros urbanos do Brasil, mas não é inexistente.

É válido ressaltar que a divisão cultural proposta por Loureiro auxiliou no estudo da seleção conceitual do domínio investigado neste trabalho, além de ajudar na composição da estrutura de classificação elaborada.

A partir dos tópicos acerca do conceito de cultura e das suas variadas concepções que evoluíram historicamente, percebem-se as múltiplas escolas de pensamentos. Ainda hoje, entre os antropólogos e sociólogos não há um consenso sobre o conceito, posto que é definido por diversos pontos de vista, considerando ainda os contatos inter-étnicos, trocas de bens culturais e informações oriundas da facilidade gerada pelas tecnologias de informação. Portanto, o domínio de conhecimento “cultura amazônica” torna-se um desafio para a construção de um sistema de organização do conhecimento.

No campo específico das linguagens documentárias, o desafio se reflete desde as etapas iniciais, como a seleção dos elementos conceituais do sistema, a categorização, a formação de renques e cadeias no interior do sistema até a sua manutenção e capacidade de hospitalidade contínua, princípio estabelecido por Ranganathan (1967).

O intuito desta pesquisa não é esgotar o conceito de cultura, nem tampouco de cultura amazônica. O objetivo é evidenciar a complexidade e problemática que envolve o conceito e fornecer algumas bases teórico-metodológicas para construção de sistemas de organização em domínios dessa natureza, reiterando sua dificuldade quanto ao aspecto da seleção e levantamento conceitual.

2.3 COMPLEXIDADE DO DOMÍNIO CULTURA AMAZÔNICA

A cultura amazônica tem suas peculiaridades principalmente pela sua forte ligação com a etnia indígena, tendo sua raiz construída ao longo de milhares de anos. A complexidade desse domínio, além da raiz profunda, se intensifica quando ocorrem os primeiros contatos dos índios com os europeus e os africanos e a evolução dessa troca cultural.

Gambini (2000) comenta que no primeiro acasalamento do índio com o branco invasor, nesse instante de interseção, principia a formação da identidade brasileira e é também quando algo começa a ser extinto. O índio, antes do contato com o europeu, tinha uma sociedade relativamente estruturada quanto à organização social, língua, arte e mitologia.

Ao estudar os jesuítas no século XVI para entender o que a catequese indígena representava psicologicamente para a identidade brasileira, Gambini observou que a finalidade desse processo imposto pelo europeu era que o índio renegasse sua identidade de origem, embora muitos índios já fossem profundamente religiosos. A catequese do índio foi, no sentido psicológico, não uma fusão de raças, mas uma sobreposição de uma pela outra, como se a identidade indígena não tivesse valor algum, sendo, portanto, negada (GAMBINI (2000).

Estudos assinalam que a “invasão européia” no território brasileiro ocasionou uma destruição cultural sem precedentes. Mais de mil variações lingüísticas indígenas existiam antes do contato do índio com o branco europeu, hoje restam apenas 170 línguas, assim como outros tantos milhares de mitos se perderam no tempo. Desapareceram complexos e elaborados estados de alma, sentimentos, maneiras de ver, compreender e valorizar o mundo.

Quando fala do Brasil, Nunes (2004) comenta que o povo brasileiro é dotado de uma cultura própria, tem fisionomia distintiva, seu *ethos* peculiar, onde componentes de extração portuguesa se fundem àqueles caracteres primitivos, indígenas e negros. Ressalta que o povo brasileiro importou a cultura européia desde o tempo da colônia quando foram formados os primeiros bacharéis, juristas, letrados e eruditos. O autor relembra alguns dizeres de Montaigne, comentando sobre a descoberta européia nas terras brasileiras e a ruína decorrente desse contato:

Nosso mundo acaba de encontrar um outro, não menor, não menos populoso, contudo, tão novo e tão criança que ainda se lhe ensina o ‘a b c’; há quase cinqüenta anos atrás, esse mundo ainda não sabia nem letras, nem pesos, nem medidas, nem roupas, nem trigos, nem vinhas, ... Temo muito que não tenhamos apressado demais seu declínio e sua ruína pelo nosso contágio, e que lhe tenhamos vendido muito caro nossas opiniões e nossas artes. Era um mundo infante; se não o tivéssemos açoitado e sujeito à nossa disciplina pelas vantagens da nossa coragem e forças naturais, se não o tivéssemos nem submetido por nossa justiça e bondade, nem subjugado por nossa magnanimidade. (MONTAIGNE *apud* NUNES, 2004, p.21)

É importante lembrar que é indissociável a identidade brasileira da amazônica. A Amazônia, em grande parte, tem uma cultura intrinsecamente ligada às raízes indígenas, porém com a mistura da cultura européia e africana, como a própria identidade brasileira. No entanto, a etnia indígena parece ser dominante em relação às demais e talvez a região, e o Norte do Brasil de uma forma geral, tenham a maior herança da sociedade que existia antes da chegada com o europeu, assim como o sul do país tem uma herança forte da cultura européia.

Por isso, a sociedade amazônica, além da distância em relação aos grandes centros urbanos do Brasil, é alvo de menor prestígio do ponto de vista sócio-cultural, econômico e político brasileiro.

Veríssimo (1970) afirma que o Brasil é uma região onde as raças mesclam-se, desaparecendo completamente os tipos puros e a região amazônica é um exemplo vivo desse fato. Maués (1999) afirma que a identidade regional amazônica é constituída por negros, índios, caboclos, mulatos, tapuios, mestiços, portugueses, paraoaras, amazônidas, brasileiros, católicos, protestantes, umbandistas, mineiros e uma infinidade de outras raças.

A respeito da identidade regional amazônica, Maués (1999) comenta que a melhor forma de expressão da visão nativa da Amazônia brasileira são as seguintes: a cabanagem, uma revolução popular que refletiu na definitiva integração política da Amazônia ao Estado brasileiro; o encantado, também conhecido como bicho-do-fundo, oiara ou caruana, que segundo a crença popular são as pessoas que não morreram, mas se encantaram e vivem no fundo dos rios e lagos, em cidades subterrâneas ou subaquáticas e se apresentam sob diversas formas de animais aquáticos como cobras, botos, peixes etc.; e a festa de santo, como a festa do Círio de Nazaré.

A cultura cabocla amazônica tornou-se a expressão popular das camadas populares das cidades paraenses. É uma cultura de fisionomia própria, com predomínio de elementos indígenas, mesclado a caracteres negros e europeus e cujo ator principal é o caboclo, resultante da miscigenação do índio com o branco, e cuja força cultural tem origem na forma de articulação com a natureza.

Para Loureiro, J. (2001), a identidade da cultura amazônica, como ocorre também com relação a outras culturas, tem a ver com os registros de determinadas matrizes de pensamento e de comportamentos que estão secularmente registrados na memória social dos grupos humanos e que gozam da condição de durabilidade e de persistência no tempo. Constituem-se nos elementos fundadores da cultura e, ao mesmo tempo, nos elementos que acabam por conferir-lhe força e peculiaridade. Ainda assim, o chamado caboclo amazônico enfrenta determinados estereótipos, como: ignorantes, incapazes de assimilarem os padrões de modernidade que a cidade oferece, sem ambições pessoais, fala típica e ridícula, interioranos e primitivos.

Olhando pelo prisma do espaço, Loureiro fragmenta a cultura amazônica em espaços culturais que também podem ajudar a pensar esse conceito com o olhar no domínio na

construção de tesouros. Identifica assim dois espaços antagônicos: o da cultura urbana e o da cultura rural. Nas cidades as trocas simbólicas com outras culturas são mais intensas, há maior velocidade nas mudanças e o sistema de ensino é mais estruturado. Já o meio rural mantém sua expressão mais tradicional, mais ligada à conservação dos valores decorrentes de sua história, predominando nesse ambiente a transmissão oralizada do conhecimento (LOUREIRO, J., 2001).

Para Loureiro, J. (2001), a Amazônia tem sido palco de inúmeros conflitos entre imagens e signos, e os mais relevantes foram: o “descobrimento do Brasil”, com a catequese e a pedagogia dos padres da Igreja; o Ciclo da Borracha, ocorrido entre o final do século XIX, onde a influência europeia foi significativa; e o advento dos meios de comunicações como a televisão, o rádio e outros. Nesta última fase ocorreu o que Loureiro, J. (1992) chamou de “rejeição à condição cabocla”, pois foi apresentada para a população local uma programação cosmopolita imposta por um único modelo de verdade. O homem da região passou então a renegar suas formas próprias, por lhes parecerem inferiores ou por não serem consideradas belas e importantes. Foi onde o impacto cultural na região se fez intenso.

Loureiro, J. (2001, 1992) analisa os grandes impactos culturais sofridos na região pelo prisma do conflito simbólico. Já Loureiro, V. (2002) amplia o debate e defende que a identidade amazônica, ainda em formação, sofreu três rupturas. A primeira com a chegada do europeu na Amazônia, onde a terra começa a ter um valor em si começando a ser vista como uma mercadoria; a segunda, nos anos 60 do século XX, com a introdução de políticas públicas impostas pelo Governo Federal; e a terceira com o processo de globalização, que se superpõe à segunda, ainda em curso.

A respeito da chegada do europeu na Amazônia o que se percebe é que em decorrência desse contato interétnico, muito do patrimônio cultural construído ao longo de milhares de anos foi destruído pelos novos conquistadores. Um fator que levou a essa ocorrência foi a imposição de valores pelos novos conquistadores e a instituição da língua tupi como única língua oficial, sendo que existiam milhares de outras línguas.

Segundo Maués (1999) a diversidade indígena vêm se constituindo há milhares de anos - há aproximadamente 20 a 30 mil anos antes da chegada do europeu. Foram chamados de índios em função do desconhecimento dos novos conquistadores em relação ao “novo mundo” que estavam descobrindo. No entanto, não se tratava de um mundo tão novo assim.

Para se ter ideia da enorme população que existia antes do europeu chegar às terras

brasileiras, calcula-se que no continente americano havia aproximadamente cem milhões de índios no continente, quanto que no território brasileiro esse número chegava, aproximadamente, a cinco milhões de nativos. Hoje, no entanto, acredita-se que existam apenas 400 mil índios e 200 etnias que ocupam o território brasileiro e 170 línguas.

Muito do patrimônio cultural brasileiro foi dizimado, principalmente nas sociedades ágrafas. As línguas e os mitos, por exemplo, se acabam quando morre o último homem da sociedade, pois eram transmitidos de geração para geração através da tradição oral. A população indígena já tinha consolidado uma grande diversidade sócio-cultural. Os índios tinham uma organização social complexa, mitos e muitas línguas. Possuíam técnicas de caça e pesca próprias e diferentes maneiras de ver o mundo, conhecimento do manejo sustentado do ambiente, dos rituais, das crenças, do conhecimento da floresta e de muitos outros aspectos da cultura.

Os estudos do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) têm mostrado como os índios da Amazônia foram capazes de aperfeiçoar, do ponto de vista genético, vegetais comestíveis como a pupunha, criando, na mata virgem, espaços culturais de plantas cultivadas, e controlando, por meios naturais, as pragas das plantações.

Outro momento histórico foi a chamada *Belle-Époque*, que ocorreu entre 1870 e 1912 na Amazônia, principalmente na capital Belém. De grande importância e gerando um forte impacto cultural na região, esta época teve como consequência a expansão da riqueza e os avanços tecnológicos na região, tais como a construção de ferrovias, expansão do mercado internacional, urbanização e crescimento das cidades, mudança de comportamento público e privado, transformação das ruas etc.

A borracha tornou-se nessa época a maior economia da Amazônia, matéria-prima exportada principalmente para Europa e os Estados Unidos. A cidade de Belém assumiu o papel de principal porto de escoamento da produção gomífera, canalizando parte do excedente que se originou dessa economia para os cofres públicos que direcionaram o investimento para a área urbana, na forma de calçamento de ruas com paralelepípedos de granito importados da Europa, construção de prédios públicos, casarões em azulejos, monumentos, praças etc. Além disso, Belém se tornou não só o centro comercial, como a vanguarda cultural da região.

A borracha era utilizada na Europa em bens de consumo e impermeabilização de calçados, mas sua exploração ganhou realmente impulso com a descoberta do processo de

vulcanização por Charles Goodyear. Com a invenção do pneumático e com o grande desenvolvimento dos transportes, como o navio a vapor, a produção da borracha se intensifica.

Essa nova ordem econômica impunha para Belém, como principal cidade de escoamento, não somente a ordenação da cidade através da política de saneamento e embelezamento, mas também a remodelação dos hábitos e costumes sociais para se alinhar aos padrões da civilização européia, seu principal exportador.

A destruição da imagem da cidade suja, insalubre e insegura fazia parte de uma nova estratégia social no sentido de mostrar ao mundo europeu que Belém era o símbolo do progresso, imagem que se transformou numa obsessão coletiva da nova burguesia. Em suma, a modernidade da cidade ocasionou a destruição de antigos hábitos e ambientes.

A mudança de comportamento da cidade para tentar se adequar aos padrões europeus foi tão significativo que existiam leis municipais no intuito de preservar os bons costumes dos habitantes. Segundo essas leis, era proibido proferir palavras obscenas nas ruas e nos lugares públicos, praticar atos ou gestos ofensivos à moral e à decência, tomar banho nas praças e fontes públicas. Também era proibido chegar à janela ou porta em trajes indecentes ou em completa nudez, ou conservar-se em casa em tais condições de maneira que pudesse ser visto pelos transeuntes.

Como se percebe, o mercado especializado da borracha exigiu a reorganização do espaço urbano em função da nova condição da cidade de Belém, transformada em principal porto de escoamento desse produto para o mercado externo. Um estudo do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (1862 *apud* SARGES, 2002) apontou a cidade de Belém como uma das *ciudades-boom* brasileiras. Em 1871, a produção da borracha assumiu o primeiro lugar na pauta de exportação brasileira, seguido do cacau.

Segundo Sarges (2002), Belém, embora dependente financeiramente de Londres e dos Estados Unidos, estava culturalmente ligada a Paris, uma das cidades-pólo da *Belle-Époque*, cidade símbolo da fase áurea da modernidade. Belém, portanto, nesse período tornou-se uma capital agitada e pretensamente mais europeia do que brasileira. Dominada por um francesismo especialmente no aspecto cultural e intelectual.

O processo de ligação cultural com a nação francesa se intensificou com a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, quando um de seus membros – Januário da Cunha Barbosa – enfatizava ao Institut Historique de Paris a influência que a

instituição parisiense poderia exercer sobre a brasileira. Tão forte foi a influência da França e de Paris na capital paraense que Belém teve vários adjetivos como: “Paris Tropical”, “Francesinha da Amazônia”, “Veneza da Amazônia”, ou “Paris do Sol”.

Vale dizer que, com o crescimento da cidade de Belém muitas imigrações externas ocorreram nesse período, principalmente os europeus, e imigrações internas oriundas de outras regiões brasileiras. Como havia a necessidade de angariar força de trabalho para a produção da borracha, o nordeste se tornou o maior fornecedor de mão-de-obra para a economia gomífera, sobretudo, a partir de 1877, quando a seca dos sertões cearenses forçou a saída de milhares de nordestinos em busca de melhores condições de vida.

Formaram força de trabalho para os seringais e assim se expandiu ainda mais a produção do látex. Ainda assim, o seringueiro era o elemento principal do processo produtivo. Aproximadamente 500 mil nordestinos embarcaram para a Amazônia, muitos retornaram a sua região após a crise, mas outra parte permaneceu na região e nela se integrou.

Por volta de 1920, configura-se o fim de um ciclo de crescimento, em razão da redução da produção e exportação do látex amazônico pela concorrência asiática e pela produção da borracha sintética em laboratórios europeus e norte-americanos. A Amazônia entre os anos 1911 e 1914 foi duramente atingida com a queda do preço da borracha. Belém, então, deixou de ser a “capital da borracha”.

Outro momento importante comentado acima de grande impacto cultural foram as ações orientadas pelo Estado nos anos 60 pelo Governo Federal, o chamado Programa de Integração Nacional, que podem ser, de acordo com Maués (1999), sintetizadas em dois pontos fundamentais: empreendimentos agrícolas e empreendimentos industriais. No entanto, a ênfase foi dada aos “grandes projetos”, priorizando a grande empresa. Mas, para que isso fosse possível, foi necessário criar uma infra-estrutura: estradas e grandes usinas hidrelétricas.

Esses momentos históricos foram importantes, sendo uma espécie de “divisor de águas” para mudanças das formas culturais na região amazônica. Foram impactos culturais que modificaram a Amazônia, trazendo, como qualquer contato inter-étnico, perdas e ganhos do ponto de vista cultural. Talvez mais perdas que ganhos.

Maués (1999) faz uma crítica em relação à Amazônia quando comenta que todos olham apenas para a riqueza da sua biodiversidade. A Amazônia é o maior repositório de seres vivos da Terra, com aproximadamente 1.500.000 a 2.000.000 de espécies, entre animais e vegetais. Tem uma vasta extensão territorial com mais de 5.000.000 km²,

correspondentes a quase 60% do território nacional. Apresenta a maior bacia hidrográfica do planeta, com cerca de 1/5 das reservas mundiais de água doce, 19.000 km de rios permanentes navegáveis, com potencial hidrelétrico avaliado em 100.000 Mw. A floresta ocupa 280 milhões de hectares, bem como variada fauna silvestre.

Mesmo sabendo da importância da biodiversidade amazônica, Maués (1999) afirma que há outra riqueza existente na Amazônia pouco comentada: a sócio-diversidade, que se expressa no grande número de povos indígenas, com diferentes idiomas e costumes, constituindo uma grande etnodiversidade. Além da diversidade étnica indígena existem também populações regionais não índias, como os caboclos, ribeirinhos, negros remanescentes de quilombos, urbanitas, que portam uma diversidade grande de formas de organização social e de patrimônio cultural.

Além da riqueza da diversidade da própria sociedade amazônica, une-se a diversidade decorrente do contato com o europeu, com o africano e até com o asiático, que fazem parte da história mais recente da Amazônia. Essa mistura interétnica que ocorreu em diferentes momentos históricos na Amazônia produziram uma sócio-diversidade ainda mais rica. Agregada à diversidade biológica, como a fauna e a flora, a seleção conceitual de um sistema de organização do conhecimento especializado no domínio “cultura amazônica” torna-se uma tarefa difícil.

No entanto, Braudel (2004) propõe idéias fundamentais para se pensar esse aspecto, demonstrando a possibilidade do estabelecimento de limites em uma cultura híbrida. Comenta que a dificuldade de análise da atualidade se dá porque suas mudanças são muito lentas e morosas, portanto, só pode ser feita a partir de um olhar em um passado longínquo.

Se pensarmos na cultura amazônica podemos inferir que a mudança que ocorre em seu âmago é lenta e seu patrimônio cultural foi construído ao longo de muitos anos. As sociedades amazônicas do meio rural podem ser consideradas como sociedades simples ou primitivas, conforme afirma Nunes (2004), por isso as mudanças ocorrem mais lentamente.

Hegel (*apud* LOUREIRO, J. 2001) comenta que as culturas primitivas vivem em um “eterno começo” porque sempre voltam para o ponto inicial em função da tradição mitológica e oral. Sem a produção dos registros das informações as histórias acabam sendo recontadas e retornando ao seu início, a sua originalidade, portanto, não é tão modificada quanto no espaço urbano.

A respeito da ruptura de passagem do pensamento mítico para a lógica filosófica e

racional na cultura grega, comentada por Hegel, Loureiro, J. (2001) afirma que a Amazônia ainda não rompeu com esse pensamento e vive no campo cultural em que predomina o pensamento mítico pela prática do devaneio cotidiano, decorrente do modo de vida entre o maravilhoso e o real.

Loureiro, J. (2001) formula um conceito interessante a respeito do modo de vida mítico dos habitantes da região amazônica, o qual chamou de *sfumato*. O conceito tem sua origem na teoria e prática artísticas de Leonardo da Vinci sobre a pintura. *Sfumato* é a zona indistinta, vaporosa, difusa, esbatida no sombreamento dos desenhos. É uma espécie de passagem do mundo físico para o imaginário. Síntese de luz e sombra que envolve a realidade e é uma ponte que permite a passagem para o lugar da dimensão poética.

O *sfumato* na cultura amazônica está representado pelo devaneio, provocando a interpenetração entre as realidades do mundo físico e as do mundo surreal. O homem amazônico, para Loureiro, J. (2001, p.94), navega culturalmente num mundo *sfumato* que funde os elementos do real e do irreal numa realidade única. O mundo físico da realidade amazônica tem seus limites “fundidos ou confundidos com o supra-real, daí porque nela homens e deuses caminham juntos pelas florestas e juntos navegam sobre os rios”. O homem amazônico cria então uma cultura de grande beleza e sabedoria, onde desenvolve seu projeto pessoal de vida e sonho.

O homem amazônico considera a natureza, a terra, os rios, como parte indissociável de sua existência. A partir da relação estreita de vida e trabalho com a floresta e com os rios, a dimensão do cotidiano comportou sempre a leveza do etéreo, à sutileza de sempre encontrar maravilha nas coisas. Alguns locais e algumas sociedades amazônicas experimentaram por muito tempo, se é que ainda não existe uma que não experimente hoje, uma espécie de confinamento em relação ao mundo, pelo menos quanto ao mundo da cultura ocidental. Tornando-se um enigma a ser decifrado.

Esse confinamento se deve a barreira florestal, além dos altos índices pluviométricos, da umidade excessiva, pragas, enfermidades, tribos indígenas agressivas e temidas. O rompimento desse confinamento se deve a construção da estrada Belém-Brasília. Antes, a Amazônia se mantinha relativamente isolada do Brasil e da América Latina. Decorrente desse isolamento, os habitantes da região amazônica criaram seu próprio sistema de vida, trabalho e subsistência.

Entretanto, Braudel (2004) afirma que nenhuma fronteira é fechada e que uma

civilização está sempre recebendo e exportando bens culturais. A cultura amazônica pôde ter ficado algum tempo isolada do mundo ocidental, mas, possivelmente, mantinha contato com outras sociedades indígenas vizinhas.

Para esse autor, nem todas as civilizações, devido aos seus padrões culturais construídos em raízes sólidas, estão prontas para assimilarem os bens da vida moderna indistintamente e recusam certas assimilações. O que explica porque conseguem salvaguardar suas originalidades. Essa rejeição é que forma sua verdade pessoal, pois lançou mão daquilo que a incomoda das terras limítrofes e estrangeiras. Isso acontece porque as civilizações têm o que Braudel (2004) chamou de *estruturas culturais*. Essas estruturas têm raízes profundas que duram muito tempo em uma cultura e têm traços distintivos e originais que conferem às civilizações sua fisionomia particular. Raramente permutam, pois são consideradas valores insubstituíveis que conduzem ao âmago de uma civilização.

Pode-se perceber que uma cultura ou civilização embora partilhem de inúmeras trocas de bens culturais de toda ordem incessantemente, ainda guarda em seu âmago sua peculiaridade original, uma vez que recusa algumas trocas que afetem sua estrutura profunda. Sendo assim, a despeito da cultura amazônica, é possível então entender que ela compõe certos traços culturais que lhe conferem uma fisionomia particular e tal fisionomia e originalidade compõe o que podemos chamar de “cultura amazônica. Se isso é verdade, então é possível distinguir o que é cultura amazônica do que não é. Desse modo, para fazer a seleção conceitual do domínio “cultura amazônica” deve se observar a originalidade dessa região.

Segundo a maioria dos estudiosos pesquisados o espaço que está mais ligado as raízes culturais é o espaço rural amazônico, por ter preservado a cultura tradicional construída há muito tempo pelo homem amazônida. Para Loureiro, J. (2001) o capitalismo ainda não se apoderou totalmente nesse espaço da Amazônia. Mas como o conceito de cultura amazônica não se resume apenas ao espaço rural, não podemos ignorar os símbolos culturais que foram incorporados agregados a cultura regional, decorrência de fatos e momento históricos importantes que ocorreram na região.

Levando em consideração que as linguagens documentárias, como o caso específico do tesouro, trabalham com domínios específicos do conhecimento, de acordo com as idéias de Braudel (2004) podemos pensar que é possível então fazer a seleção conceitual adequada em um campo de assunto complexo como uma dada cultura na construção dessas linguagens.

Assim, passaremos para a conceituação das linguagens documentárias e do tesouro.

3 LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA

Linguagem documentária é um conceito que se apresenta na literatura com várias expressões, assim como concepções e conceituações diversas. Souza, J. (2007) observa que por linguagem documentária correspondem expressões tais como: linguagem de indexação, linguagem controlada, linguagem de recuperação da informação, lista de termos autorizados, vocabulário controlado, linguagem de transferência de informação e linguagem de informação.

Dodebei (2002) também mostra que as linguagens documentárias recebem denominações diversas, tais como linguagens de indexação (Melton, J.); linguagens descritoras (Vickery, B.); codificações documentárias (Grolier, E.); linguagens de informação (Soergel); vocabulários controlados (Lancaster, F.W.); lista de assuntos autorizados (Montgomery, C.); e, ainda, linguagens de recuperação da informação, linguagens de descrição da informação.

A seguir uma breve revisão de literatura sobre a conceituação da linguagem documentária. Lopes (2002), por exemplo, entende que as linguagens documentárias são sinônimo de linguagens controladas e vocabulário controlado e as define como um conjunto limitado de termos autorizados para uso na indexação e busca de documentos, organizados de forma hierarquizada e/ou alfabética, com o objetivo de recuperação de informações temáticas.

Para Marroni (2006) as linguagens documentárias são instrumentos de representação da informação utilizados na indexação, armazenamento e recuperação dos documentos, sendo os sistemas de classificação bibliográfica, as listas de cabeçalhos de assuntos e os tesouros, exemplos de linguagens documentárias.

Naves (2004) caracteriza a linguagem documentária como verbal ou simbólica. Nas linguagens verbais os assuntos são representados por palavras. Como exemplo, as listas de cabeçalhos de assunto e os tesouros, sendo que a primeira têm abrangência geral de todas as áreas do conhecimento, e os tesouros são especializados em uma determinada área do conhecimento. A autora destaca que nas linguagens simbólicas os assuntos são representados por códigos ou símbolos, sendo as classificações bibliográficas, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU) exemplos dessa linguagem.

Souza, J. (2007) observa também que na literatura da área existem diferentes tipos de

linguagens documentárias: as notacionais ou verbais e pré ou pós-coordenada. As notacionais utilizam um conjunto de símbolos (notação) que tem a função de organizar e localizar os documentos nas estantes e nos catálogos de bibliotecas. Apresentam uma organização hierárquica do saber que se reflete no número de classificação ou notação. São exemplos, a CDD e a CDU. Nas linguagens documentárias verbais têm por função a representação do assunto dos documentos, visando o tratamento e a recuperação da informação. Os mais conhecidos são os cabeçalhos de assunto, vocabulários controlados e os tesouros.

Nas linguagens documentárias pré-coordenadas a combinação entre os termos é feita no momento da construção de tais linguagens, tais como a CDD e a CDU. As pós-coordenadas o assunto é formulado por diferentes conceitos a serem combinados no momento da busca, ou da recuperação da informação, diferente das linguagens pré-coordenadas. São exemplos os tesouros e os vocabulários controlados.

O tesouro é uma linguagem documentária especializada e pode ser classificado como verbal e pós-coordenada. Com relação à LD verbal onde o instrumento é representado por palavras para representar um assunto, podem ser de um domínio específico de uma área do conhecimento ou não. Esses são os casos dos vocabulários controlados que podem ter uma finalidade e propósito institucional e dos cabeçalhos de assunto. O mesmo caso ocorre com os instrumentos pós-coordenados, podem ou não serem especializados.

Para tanto, o tesouro como uma linguagem documentária verbal é importante para este estudo porque é um instrumento que trabalha com domínios do conhecimento. Como esta pesquisa pretende focar o domínio “cultura amazônica” é razoável pensarmos na seleção conceitual em instrumentos que utilizem uma linguagem de uma dada área do saber.

3.3.1 Tesouro

Etimologicamente, a palavra “thesaurus” vem do grego e do latim e significa “tesouro”, tendo sido usada durante muitos séculos, para designar léxico, ou ‘tesouro de palavras’. Para Vickery (1960) o tesouro (latim = *thesauru*, grego = *thesaurós*) teve origem na Grécia significando *Treasury* ou *Storehouse* (Tesouro ou armazenagem/repositório). Em 1973 o *Oxford English Dictionary* definiu *thesaurus* como dicionário, enciclopédia e similares.

A origem do tesouro foi inspirada no dicionário analógico de Peter Mark Roget, *Thesaurus of English Words and Phrases*, publicado em Londres, 1851. Diferentemente dos

dicionários tradicionais, além de não ter definição das palavras, nele a organização das idéias-chave obedece a um sistema de classificação e permite que se chegue a uma palavra mais adequada ou que melhor se ajuste à necessidade do usuário, sem que, de início, saiba que palavra está procurando (GOMES, 1996).

Em 2002, Laan afirma que o tesauro representa um dos instrumentos de controle de vocabulário mais utilizados em sistemas de informação. Nasceu como uma possível solução de ruptura em relação ao cabeçalho de assunto, tomando por unidade uma palavra técnica, ou *term* em inglês. Logo se percebeu que palavras sozinhas não eram suficientes para designar um conteúdo de informação. A solução foi considerar que a unidade seria uma expressão verbal. Uma resposta a esse problema começa a ser vislumbrada com a Teoria Analítica do Conceito, voltada para o referente, de Dahlberg.

Motta (1987, p.25) define tesauro como um sistema de vocabulário baseado em conceitos, incluindo termos preferidos (descritores), termos não preferidos (não descritores) e suas inter-relações. Desenvolvido para um determinado ramo do conhecimento tem a função de controlar a terminologia utilizada para a indexação/recuperação de documentos.

Para Cavalcanti (1978, p.27) tesauro é uma lista estruturada de termos associados empregada por analistas de informação e indexadores, para descrever um documento com a desejada especificidade, em nível de entrada, e para permitir aos pesquisadores a recuperação de informação que procuram. Para Laan (2002), a idéia de estruturado supõe a existência de um arranjo específico e que essa lista obedeça algum tipo de organização.

Gomes (1996) define tesauro como um conjunto de termos semântica e genericamente relacionados, cobrindo uma área específica do conhecimento, não havendo, portanto, um tesauro do universo do conhecimento no todo. É um instrumento de indexação/recuperação de informação. Os tesauros são criados para organizar os assuntos tratados nos documentos e/ou orientar os procedimentos de busca em uma base de dados.

Segundo Gomes (1984 p.1) um tesauro pode ser considerado sob dois aspectos: quanto às suas finalidades e quanto à sua estrutura:

- a) Finalidades: São quatro as principais finalidades de um tesauro:
 - 1) controlar os termos usados na indexação mediante um instrumento que traduza a língua natural dos autores, indexadores e pesquisadores numa linguagem mais controlada, usada na indexação e recuperação;
 - 2) assegurar, mediante essa linguagem controlada, uma prática consistente entre

- diferentes indexadores que atuem no mesmo serviço, ou entre indexadores que atuem em serviços diferentes, numa rede cooperativa;
- 3) limitar o número de termos necessários atribuídos aos documentos. Os termos atribuídos a um documento devem representar, tão especificamente quanto possível, os conceitos expostos pelo autor, sem que haja necessidade de incluir termos de conotação mais ampla e demais termos associados, se tais termos estiverem implicados nos quadros normais de referência;
 - 4) servir como auxiliar de busca na estratégia de recuperação, inclusive em sistemas de texto livre.
- b) Estrutura: Em sua estrutura, o tesauro patenteia as relações vigentes entre os termos - sinonímicas, hierárquicas e outras - que, no seu conjunto, constituem a linguagem de indexação.

Anterior a autora acima, em 1973, a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) também define tesauro sob dois aspectos, com alguns pontos diferentes:

- a) segundo a sua estrutura: é um vocabulário controlado e dinâmico de termos relacionados semânticamente e genericamente cobrindo um domínio específico do conhecimento; b) segundo sua função: é um dispositivo de controle terminológico usado na tradução da linguagem natural dos documentos, dos indexadores ou dos usuários numa linguagem do sistema (linguagem de documentação, linguagem de informação) mais restrita.

A definição de Gomes (1984) e UNESCO (1973), no que diz respeito ao aspecto estrutural são bem similares, mas a UNESCO cita o dinamismo próprio e a cobertura do domínio específico de um tesauro. Quanto à função e finalidade a UNESCO (1973) detém-se apenas no primeiro aspecto citado pela outra autora, da tradução da linguagem natural para a linguagem controlada. Gomes (1984) acrescenta a questão da prática consistente entre os indexadores, a limitação do número de termos que podem ser atribuídos a um mesmo documento e, de grande importância, o tesauro como um auxiliador na busca pelo usuário.

Laan (2002) enfatiza a natureza dinâmica do tesauro e, portanto, ressalta a necessidade da sua atualização e revisão constantes, acompanhando o desenvolvimento científico do domínio de conhecimento que está ligado. Gomes (1990) também comenta sobre o dinamismo do tesauro e destaca que, além de permitir o registro de novos termos gerados pelo avanço do conhecimento, é necessário observar as alterações dos significados dos termos já existentes. Ainda podemos acrescentar a observância das novas denominações, das variantes terminológicas de um conceito.

Abordando sob um ponto de vista mais amplo e interessante, o texto de Tálamo, Lara e Kobashi (1992, p.198-199) apresenta a seguinte definição de tesouro:

... um objeto cultural que registra e representa o conhecimento segundo parâmetros estáveis e previamente determinados. Tais parâmetros, que se materializam sob a forma de redes de relações entre descritores, determinam não só o modo de organização e disseminação da informação, mas também a análise dos textos.

Contrariando a maioria das definições, Gomes (1990) e Aitchison e Gilchrist (1979) destacam que o tesouro não pode ser confundido com vocabulário controlado porque este último contém apenas as relações sinonímicas, quase-sinonímicas, bem como o controle de polissemia, além de não diferenciar rigorosamente “termo” de “palavra” e por não apresentar relações estruturais entre os elementos, como as relações hierárquicas e não-hierárquicas, assim como as relações associativas.

Apesar dessa ressalva, a literatura tende a definir tesouro como um tipo de vocabulário controlado que contempla relações semânticas, principalmente, as relações de natureza não-hierárquica.

Pode-se considerar como características essenciais dos tesouros:

- São linguagens especializadas utilizadas com fins documentários;
- Constituem uma base de conhecimento sobre a terminologia mais apropriada em uma dada área;
- Apresentam uma estrutura sistêmica, pois é impossível compreender os termos de forma isolada;
- São sistemas essencialmente pós-coordenados, permitindo o controle da terminologia e a especificação do assunto no momento da busca;
- São linguagens dinâmicas merecendo constantemente reexames que visem a sua atualização

Essas características fazem do tesouro um instrumento de auxílio ao indexador e ao usuário, tem o papel de orientar o primeiro sobre quais os termos mais adequados para a representação do assunto de um documento e guiar o segundo na escolha dos termos

indexados no sistema.

Uma das principais características do tesouro é a possibilidade de ampliar ou restringir a busca do usuário, em virtude de sua estrutura de relações conceituais. Essa função do tesouro se mostra relevante na medida em que o usuário ao realizar uma busca, na maioria das vezes, não sabe o que realmente procura. A esse estado transitório e nebuloso Belkin chamou de “estado anômalo do conhecimento” (BELKIN, 1980).

A noção de uma idéia inicialmente nebulosa ser encontrada fazia parte do objetivo de Peter M. Roget ao publicar seu *Thesaurus of English Words and Phrases*. A diferença entre seu tesouro e um dicionário comum era a possibilidade do leitor encontrar uma palavra sem que necessariamente soubesse exatamente, de início, que palavra estava procurando, o que só é possível pelas relações conceituais de várias ordens que um tesouro comporta.

Abaixo seguem exemplos que mostram como um tesouro pode ajudar a ampliar ou restringir a busca de um usuário, melhorando a qualidade da recuperação da informação. São apresentados dois tesouros: Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o *Thesaurus do Cambridge Dictionaries Online*.

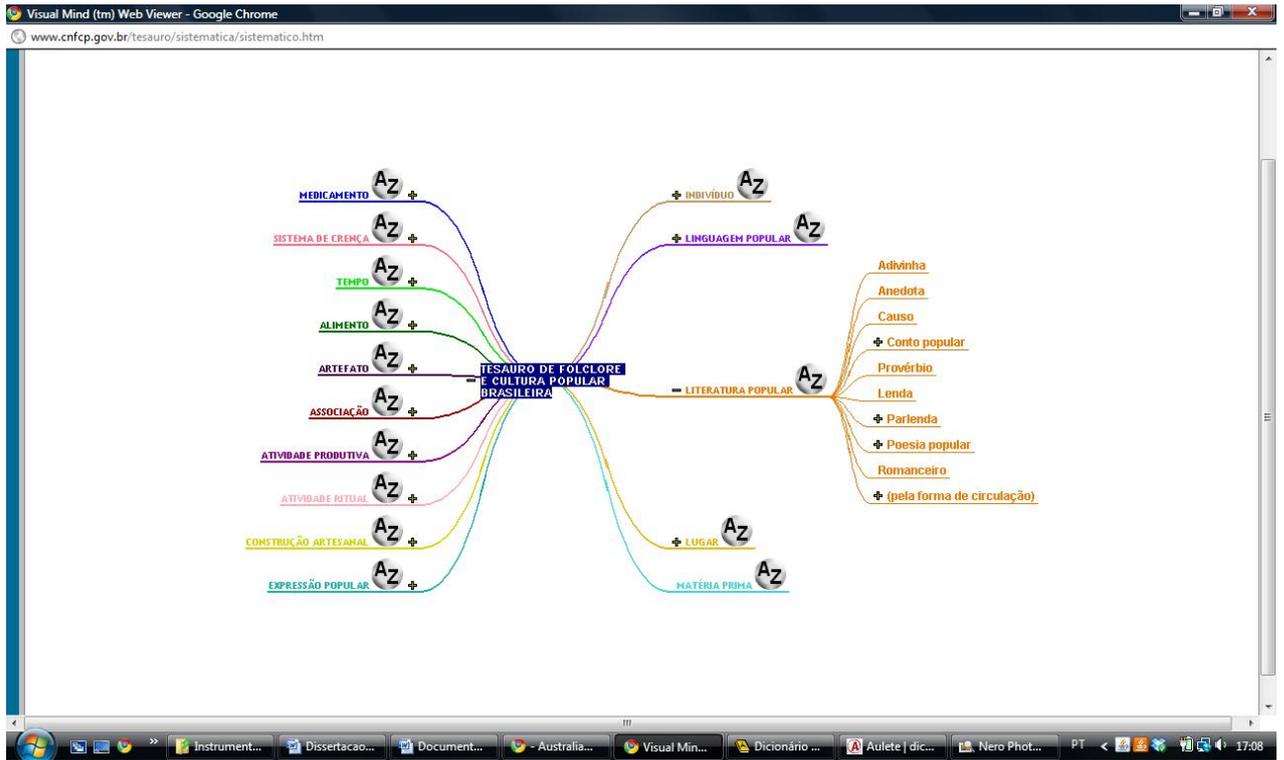


FIGURA 1: Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira.
 Fonte: <http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/sistemica/sistematico.htm>

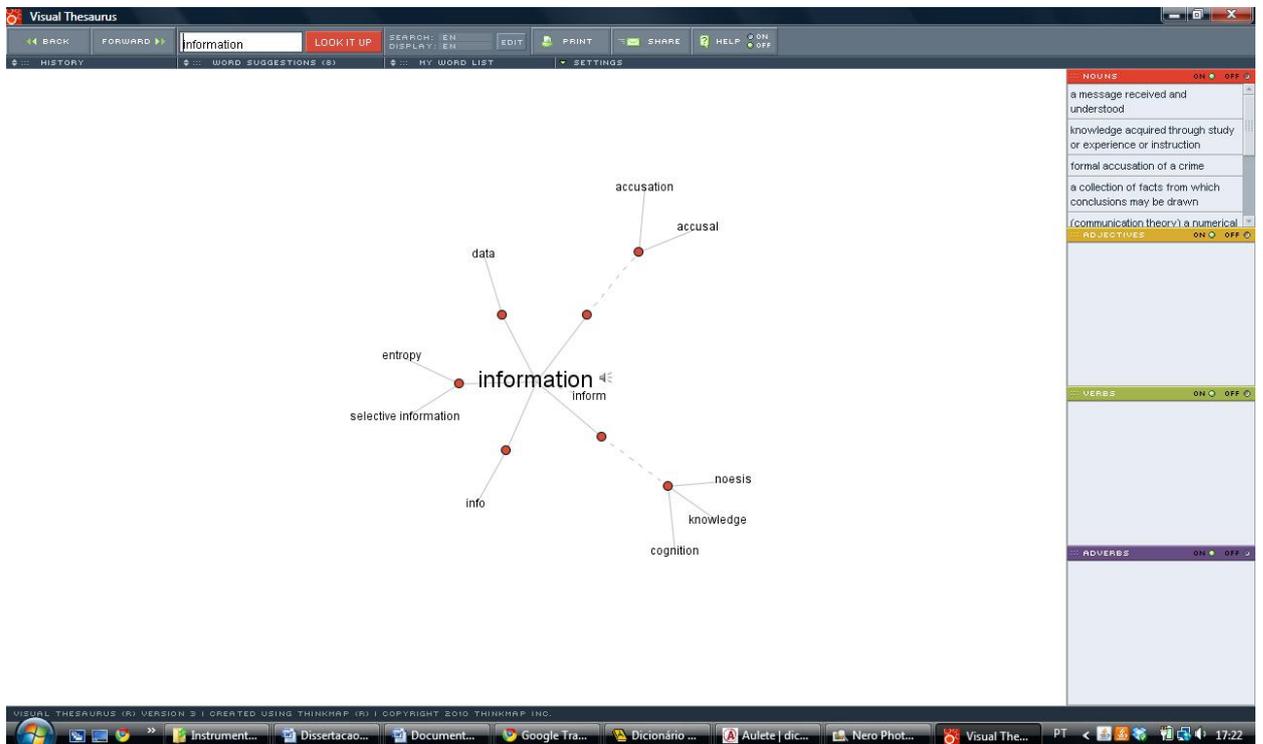


FIGURA 2: Thesaurus of the Dictionary Cambridge
 Fonte: http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en|pt&u=http://dictionary.cambridge.org/&prev=/translate_s%3Fhl%3Dpt-

[BR%26q%3Ddicionario%2Bingles%2Bonline%26tq%3Denglish%2Bdictionary%2Bonline%26sl%3Dpt%26tl%3Den](#)

No Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira é apresentada a estrutura de classificação, revelando as categorias e facetas que norteiam todo o domínio trabalhado nesse instrumento. No Thesaurus of the Dictionary Cambridge é apresentada uma busca feita pelo conceito *Information*. Percebe-se que são mostrados os conceitos vizinhos que tem uma relação de proximidade mais forte com *Information*, tal como *Entropy*, *Selective Information*, *Data*, *Knowledge*, *Cognition* etc. A apresentação das relações conceituais favorece a ampliação e restrição da busca na recuperação da informação, onde os conceitos próximos se apresentam sugerindo outras opções para o usuário ou para o indexador.

Além das características apresentadas acima de um tesouro, Laan (2002) comenta que um usuário de uma comunidade especialista ao elaborar sua estratégia de busca nem sempre coincide com o Sistema de Recuperação de Informação (SRI) que ele está usando. Mesmo esse usuário sendo especialista e usando uma linguagem especializada, utiliza uma linguagem própria.

No diálogo entre o SRI e o usuário, a autora fala da necessidade de conhecer o significado do código lingüístico utilizado pelos dois interlocutores (*match*), para não gerar ruídos na recuperação da informação. Se um usuário busca um determinado tema utilizando um código e esse tema foi rotulado de forma diferente pelo bibliotecário, o usuário terá uma resposta negativa, mesmo que o tema exista nos estoques informacionais do sistema. Desse modo, a problemática não se caracteriza pelo desconhecimento do significado do léxico por parte dos interlocutores, mas por usarem códigos diferentes para um mesmo conceito.

Segundo Laan (2002), a mediação entre quem deseja informação e quem a tem é um complexo comunicativo duplamente codificado. O indexador codifica a informação utilizando a linguagem documentária e, nesse processo, há interferência da política de indexação, do conhecimento pessoal do indexador, dos recursos disponíveis para as estratégias de busca e da linguagem de indexação. Nessa dupla codificação entre o indexador e o usuário é necessário que os códigos utilizados sejam coincidentes para o sucesso da busca da informação.

Por esse motivo, a Teoria do Conceito, de Dahlberg foi revolucionária ao estabelecer como base o conceito e não na palavra, independente da palavra ser simples ou composta, o que é válido é o referente.

Para Campos e Gomes (2006), a evolução histórica do tesauro pode ser observada a partir de duas vertentes: a vertente americana e a vertente européia. A primeira toma como base o Unitermo, uma única palavra. A vertente européia é influenciada pela Teoria da Classificação Facetada, de Ranganathan. A diferença entre o tesauro e outros instrumentos de representação que o antecederam, principalmente depois da influência da vertente européia, é o foco no conceito e não na palavra, que é mais imprecisa.

Campos e Gomes (2006), a partir disso, sugerem a construção de um tesauro conceitual, ou seja, tesauro com base em conceitos, auxiliados pela Teoria do Conceito e pela Teoria da Classificação Facetada. Essas teorias podem contribuir para a construção dos tesauros conceituais porque estabelecem as bases para a identificação dos conceitos, expressos por termos e pelas relações entre eles. Além disso, consideram que a definição apresenta o elemento essencial para a fixação dos conceitos no sistema.

Aitchison e Gilchrist (1979) explicam que um dos primeiros passos para se elaborar um tesauro é considerar o domínio de conhecimento a ser coberto pelo sistema. Como definir seus limites e identificar áreas onde um tratamento de profundidade é essencial e as áreas onde um tratamento superficial será satisfatório.

É sobre essa etapa inicial da construção de um tesauro que pretende-se analisar nesta pesquisa, porque entendemos que, se as atividades iniciais não são feitas adequadamente, o resultado final não será satisfatório, sobretudo para a recuperação da informação. O desafio se apresenta porque o domínio analisado é complexo, implicando na dificuldade de estabelecimento de limites e, por consequência, da seleção conceitual.

O tesauro do domínio “cultura amazônica” revela-se complexo em relação à seleção e levantamento conceitual porque agrega o conceito de cultura, cujas escolas de pensamento são múltiplas. O conceito de cultura é frágil, pois:

- seus estudiosos são parte do todo estudado;
- qualquer cultura é dinâmica, seus limites são instáveis, está sempre em movimento, tanto pelas forças internas quanto pelos contatos exteriores; e
- pode ser vista como um sistema onde todos os elementos estão interligados por padrões culturais comuns, mas podem sofrer influências de outros sistemas

culturais.

Entendendo essas características da cultura e diante das definições, atributos e finalidades de um tesouro explicitadas pelos autores analisados, alguns pontos merecem destaque para a pesquisa. Revelam-se como justificativa do porquê o tesouro, dentre as outras linguagens documentárias, oferece potencial significativo para ser considerado neste estudo.

O tesouro é dinâmico

O tesouro é dinâmico porque lida com a representação e organização do conhecimento e todo conhecimento é dinâmico, tal como Ranganathan constatou em seus estudos. O conhecimento sempre está se modificando, evoluindo, conceitos novos estão sempre aparecendo com o avanço da ciência e da tecnologia.

O dinamismo do tesouro corrobora com a Teoria Dinâmica de Ranganathan. Abordagens como a policotomia ilimitada e o método facetado são fundamentais para representar o domínio de conhecimento “cultura amazônica”. É necessário que o tesouro em sua estrutura esteja preparado para se adaptar ao dinamismo próprio do conhecimento e a hospitalidade contínua dos novos elementos para que possam agregar-se satisfatoriamente.

O tesouro é um sistema de conceitos

Sendo um sistema de conceitos, pressupõe-se que todos os elementos do tesouro estejam interconectados e inter-relacionados, podendo essa relação ser mais forte ou mais fraca em determinados pontos. Essa característica do tesouro é similar ao do próprio conceito de cultura em que os elementos culturais têm entre si uma relação recíproca, o que faz com que alguns autores chamem de sistema cultural para denominar o conjunto dos elementos que compõem uma dada cultura.

A idéia de sistema também corrobora com a Teoria dos Níveis Integrativos, que sugere uma visão integrativa dos elementos na organização do conhecimento.

Cobre um domínio específico do conhecimento

A característica especializada do tesouro é pressuposto elementar. Ao pretendermos analisar a seleção e levantamento conceitual de um domínio específico, “cultura amazônica”, o material de análise não poderia ser considerado num sistema de conceitos universal, já que o estudo tem como principal foco de análise o próprio campo do conhecimento.

Para realizar a seleção conceitual do domínio “cultura amazônica”, a Teoria Dinâmica da Classificação do Ranganathan e a Teoria dos Níveis Integrativos foram consideradas aportes relevantes para este estudo. Passamos, a seguir, para apresentação e discussão dessas teorias.

3.4 TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO FACETADA

A chamada Teoria da Classificação Facetada foi desenvolvida por Shiyali R. Ranganathan na década de 30. Ranganathan por influência dos estudos biblioteconômicos, da sua formação acadêmica em matemática e da formação religiosa como Bramane analisou como ocorre o fluxo do conhecimento e como isto poderia refletir na classificação das bibliotecas.

Impulsionado pela sua pesquisa intensiva elaborou a Colon Classification, também denominada de Classificação de Dois Pontos. Para Schreiner (1979), a Colon Classification é algo totalmente novo para a classificação bibliográfica, baseia-se no princípio analítico-sintético em oposição ao hierárquico-enumerativo. Lima (2004) afirma que esta classificação surgiu a partir da insatisfação de Ranganathan em relação à CDU e a CDD. Seu sistema foi desenvolvido a partir do prisma do dinamismo do conhecimento, dando a possibilidade do conhecimento ser estruturado de maneira que os assuntos compostos sinteticamente surgissem a partir de conceitos elementares.

Para Campos (2001a), na formação de classes surge o que Ranganathan chamou de Renques e Cadeias. Os renques são as classes que formam entre si uma série horizontal a partir de uma única característica de divisão. As cadeias são as séries verticais que ocorrem entre as classes, onde cada conceito tem uma característica a mais ou a menos conforme a cadeia seja ascendente ou descendente.

No Postulado das Categorias, Ranganathan (1967) preocupou-se com a concepção de

categorias fundamentais. Esse postulado é um princípio normativo que serve para organizar um Universo/Domínio. Faceta é um termo genérico usado para denotar algum componente de um assunto composto e tem a função de formar renques, termos e números. E as categorias fundamentais podem ser entendidas como:

categorias as mais genéricas possíveis e possíveis de se manifestarem de diversas formas, capazes de hospedar todos os objetos da natureza até então conhecidos pelo Homem, e de classificá-los de acordo com sua natureza conceitual, cada um numa somente numa categoria. (CAMPOS; GOMES, 2008, p.4-5)

As categorias fundamentais são o primeiro recorte feito no universo ou domínio do conhecimento. Para Ranganathan existem cinco categorias fundamentais que podem dividir todo e qualquer assunto, são elas Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo (PMEST). Entretanto, segundo o próprio autor, outras categorias fundamentais podem ser criadas na construção de um sistema de organização do conhecimento. Abaixo apresentamos a definição de cada categoria fundamental com base em Campos (2001a), Novo (2007), Kumar (1981) e o próprio Ranganathan (1967):

Personalidade: essa categoria é considerada por Ranganathan (1967) como a mais difícil de identificar. Ranganathan não deu uma explicação satisfatória sobre o conceito e, por vezes, é confundido personalidade com matéria. A categoria Personalidade pode ser considerada, genericamente, como qualquer manifestação que tenha um caráter distintivo. Esta categoria é a base e o local de todas as outras categorias fundamentais.

Matéria: a categoria fundamental matéria pode ser de dois tipos - material e propriedade: uma mesa, por exemplo, é feita de material de madeira, aço ou plástico, têm dois pés, um tampo meio duro e assim por diante. As propriedades como madeira, aço, plástico, dois pés e tampo meio duro são propriedades intrínsecas a mesa, mas não são a própria mesa e podem aparecer em outras entidades. A categoria fundamental matéria é mais difícil de identificar do que a Energia, Espaço e Tempo, devido as suas grandes variações.

Energia: é uma manifestação de ação de um tipo ou outro. A ação pode ser produzida por todos os tipos de entidades, sejam elas inanimadas, animadas, conceituais e até intuitivas, como: problema, método, processo, operação e técnica.

Espaço: também é definido no sentido usual, ou seja, o local de pertencimento de um objeto seja ele indivíduo, coisa, idéia, fenômeno ou outra entidade, tal como continente, países, estados.

Tempo: essa categoria é vista como normalmente entendemos, tal como milênio, século, década, ano, e assim por diante. A categoria fundamental Tempo pode ocorrer em qualquer assunto formando uma descrição local ou uma história local de cada assunto.

Nesta pesquisa elaborou-se uma estrutura classificatória utilizando as categorias fundamentais de Ranganathan, PMEST. A estrutura foi produzida em seu nível básico, no nível da categorização do domínio de conhecimento “cultura amazônica”.

A categorização pode ser tomada como uma diretriz para elaborar uma classificação. Para Campos e Gomes (2006), consiste em identificar as possíveis classes gerais (categorias) de conceitos que a área do conhecimento comporta. Permite uma análise conceitual de um domínio possibilitando um recorte amplo neste e permitindo um caminho inicial de divisão. Essa etapa estabelece as bases para seleção dos termos, nas fontes de onde eles são coletados. A categorização é descrito por Campos e Gomes (2008, p.4) como:

um processo que requer pensar um domínio de forma dedutiva, ou seja, determinar as classes de maior abrangência dentro da temática escolhida. Na verdade, aplicar a categorização é analisar o domínio a partir de recortes conceituais que permitem determinar a identidade dos conceitos (categorias) que fazem parte desse domínio

O primeiro passo do classificacionista para elaborar um esquema de classificação é mapear o Universo de Assuntos (CAMPOS, 2001a). Esta etapa tem como objetivo definir o nível de extensão que se dará o corte classificatório do Universo de Assuntos. O mapeamento consiste em se decidir a área de assunto que será baseada a organização dos conceitos e como esta área será classificada. Ranganathan (1967) afirma que o mapeamento conceitual é uma tarefa bastante complexa e exige bastante reflexão para que a classificação

não seja marcada por um absurdo lógico.

Nesta pesquisa, o mapeamento conceitual se dará pela categorização com base no PMEST e outras facetas de nível um pouco mais abaixo, sem entrar em níveis mais específicos e detalhados do interior do sistema de classificação. Pelo mapeamento conceitual será fornecida a base teórica para seleção terminológica/conceitual das unidades conceituais do domínio “cultura amazônica”.

A seguir, apresentaremos os planos de trabalho discutidos por Ranganathan (1967), observando quais foram mais relevantes para a pesquisa.

3.4.1 Planos da classificação

Segundo Kumar (1981), Ranganathan reconheceu três planos de trabalho, a saber: plano das idéias, plano verbal e plano notacional. O planejamento e aplicação dos esquemas de classificação envolvem trabalhos nesses três planos.

O plano das idéias ou plano ideacional é onde são encontrados os conceitos de um esquema de classes. É considerado supremo, superior e as descobertas do plano das idéias devem ser seguidas e postas em prática no plano notacional. Segundo Ranganathan (1967), o plano verbal e o plano notacional são manifestações desse plano. As idéias se escondem atrás dos números e das palavras que a representam.

O plano ideacional é onde existe a formação de todo o processo do pensar. Ele provém do trabalho da mente, lugar onde se originam as idéias (CAMPOS, 2001b). O trabalho no plano das idéias pode ser tomado como análise do conceito, independente do termo que o denota ou do número que pode representá-lo em uma tabela de classificação (NOVO, 2007; KUMAR, 1981). A análise do conceito deve ser feita em colaboração com especialistas em lingüística e no assunto do domínio.

Uma idéia é um conceito que ao tomar forma concreta pode levar a alguma informação. A análise conceitual é uma tarefa difícil que tem que ser esgotada na concepção do esquema de classificação. Um conceito pode ser um isolado, um quase isolado, ou um assunto e é a identificação de conceitos, sua posição no universo de assuntos, seu arranjo sistemático entre outros conceitos etc. que faz do trabalho uma tarefa árdua. (KAULA, 1982, p.13)

A análise da posição dos conceitos no universo de assuntos e o arranjo sistemático

será abordado no nível da categorização, buscando apenas produzir princípios para tornar possível e mais sistemático a construção de linguagens documentárias, como o tesauro, no domínio da “cultura amazônica”.

O plano verbal é onde se expressam verbalmente os conceitos. A linguagem é a mediadora para comunicação das idéias e conceitos. No entanto, segundo Ranganathan (1967), a linguagem é mais perigosa do que a idéia.

Homônimos e sinônimos devem ser olhados com muito cuidado pelos sistemas de classificação e controle de vocabulário. O plano verbal tem que levar em conta a terminologia usada na interpretação dos conceitos ao comunicar o correto significado e a relação no contexto com outros conceitos.

Os conceitos, para o nível verbal, têm que ser livres de homonímia e sinonímia e padronizados para a linguagem documentária. A linguagem natural é a linguagem característica desse plano, o classificador e o classificacionista devem observar os cânones de Ranganathan (1967), pois a linguagem é dinâmica, novos termos sempre vão aparecer. A sociolinguística pode ser uma disciplina útil para entender a variação linguística de cunho social nesse plano.

Para Kumar (1981, p.96, tradução nossa), dois aspectos são necessários para trabalhar com esquemas de classes: “(a) um conjunto de nomes para denotar as classes: e (b) um conjunto de números ordinais para representar as classes”. O primeiro aspecto diz respeito ao plano verbal e o segundo ao plano notacional.

O plano notacional, para Campos (2001b), é o plano dos números que representam os conceitos e serve para fixação abstrata dos conceitos para possibilitar uma seqüência útil nas estantes.

Portanto, esse plano não interessa para este estudo, uma vez que pretendemos analisar o domínio “cultura amazônica” com foco no tesauro, instrumento de controle terminológico e relações entre conceitos que não utilizam notações numerais, tais como os esquemas de classificação.

Kaula (1982) afirma que o plano notacional deve funcionar de acordo com o que foi convencionalizado no plano das idéias, tendo que acompanhar a versatilidade das descobertas produzidas no plano das idéias.

Em suma, o plano ideacional trabalha no nível dos conceitos, das idéias, o plano verbal no nível da linguagem natural, da verbalização a partir dos nomes (registro) e o plano

notacional trabalha no nível da linguagem simbólica, artificial a partir dos números (registro).

Esta pesquisa concentra-se mais no plano das idéias e seus reflexos no plano verbal, na análise conceitual das unidades classificatórias e da identificação dos conceitos. A intenção é realizar um estudo analítico de observância dos limites conceituais que compõe o domínio do conhecimento “cultura amazônica”. Conforme comentado acima essa é uma tarefa árdua e necessita de uma colaboração de especialistas, embora não tivemos tempo hábil para realizar essa etapa.

Para Novo (2007) é no plano das idéias que encontramos o início de todo trabalho de classificação de um dado domínio e é nesta etapa da construção de um sistema de classificação que buscamos analisar, principalmente quanto à discussão e orientação da identificação e seleção de conceitos no domínio em análise.

Para cada plano de trabalho, Ranganathan (1967) apresenta princípios ou cânones para nortear o classificacionista na elaboração de um sistema de organização do conhecimento.

3.4.1.2 Cânones

Os cânones do plano das idéias são mais diretamente ligados a esta pesquisa porque estabelecem princípios de análise do pensamento para possibilitar a tradução do pensar de um domínio do conhecimento o qual se pretende organizar, assim como recortá-lo. Como pretendemos pensar o domínio na primeira etapa de construção de um tesouro, a seleção conceitual, e elaborar uma estrutura de classificação em seu nível básico conceitual, tal plano de trabalho é o mais importante para ser observado. No entanto, é válido lembrar que são princípios genéricos a qualquer domínio.

Segundo Kumar (1981), os cânones para o plano das idéias são os seguintes:

- a) Cânones para Características;
- b) Cânones para Sucessão das Características;
- c) Cânones para Renques;
- d) Cânones para Cadeias; e
- e) Cânones para Sequência Filial.

No Cânone para Característica, o foco é o conteúdo de um assunto, idéia ou tópico, sem preocupação com a relação com outros assuntos, deve satisfazer a quatro cânones, a saber:

- 1) Cânone de Diferenciação: uma característica usada como base para a classificação de um universo deve fazer a diferenciação de algumas de suas entidades, ou seja, dar origem a pelo menos duas classes ou isolados ordenados.
- 2) Cânone de Relevância: uma característica usada como base para a classificação de um universo deve ser relevante para o propósito da classificação.
- 3) Cânones de Verificabilidade: uma característica usada como base de classificação em um universo deve ser definitiva e verificável. Um universo de entidades pode ter muitas características relevantes, mas nem todas elas são passíveis de verificação. Este cânone enfatiza que apenas as características verificáveis devem ser escolhidas para divisão do universo de entidades.
- 4) Cânone de Permanência: uma característica usada como base para a classificação de um universo continua a ser mantida enquanto não houver mudança no propósito da classificação.

No Cânone para Sucessão de Característica a característica é vista no seu potencial de organização, a orientação é na sucessão das grandes classes num dado domínio. Deve-se satisfazer a três cânones:

- a) Cânone de Concomitância: em nenhum caso duas características podem ser concomitantes num esquema associado de características, ou seja, elas não devem dar origem ao mesmo renque de assuntos ou de idéias isoladas.
- b) Cânones de Sucessão Relevante: a sucessão de uma característica no esquema associado de características deve ser relevante para o propósito da classificação.

- c) **Cânone de Sucessão Consistente:** a sucessão das características no esquema associado de características deve ser seguida de forma consistente, enquanto não houver mudança no propósito da classificação.

Quanto ao Cânone para Renques o foco está na formação e ordem dos elementos em seu interior, sendo necessário satisfazer os quatro cânones a seguir:

- i) **Cânones de Exaustividade:** as classes num universo de classes, e os isolados ordenados num renque de isolados ordenados devem ser totalmente exaustivos nos respectivos universos imediatos comuns [classe superior imediata].
- ii) **Cânone de Exclusividade:** as classes num renque de classes e os isolados ordenados num renque isolado ordenados devem ser mutuamente exclusivos.
- iii) **Cânone de Seqüência Útil:** a seqüência das classes num renque de classes e de isolados ordenados num renque de isolados ordenados deve ser útil ao propósito daqueles a quem ela se destina.
- iv) **Cânone de Seqüência Consistente:** sempre que classes semelhantes ou isolados ordenados ocorrerem em renques diferentes, sua seqüência deve ser paralela em todos aqueles renques, onde a insistência em tal paralelismo não venha a contrariar outros requisitos mais importantes.

No Cânone para Cadeias é necessário estabelecer a ordem em que cada conceito deverá estar em relação à outros conceitos e Ranganathan estabeleceu os dois seguintes cânones:

- 1) **Cânone da Extensão Decrescente:** ao mover-se numa cadeia descendente do primeiro até o último elo, a extensão das classes ou dos isolados ordenados, conforme o caso, deve decrescer e a intensão deve crescer.

- 2) Cãnone da Modulação: uma cadeia de classes ou de isolados ordenados deve compreender uma classe ou um isolado ordenado, conforme o caso, de cada única ordem que se situa entre as ordens do primeiro e do último elo da cadeia.

No plano verbal, segundo Kumar (1981), os seguintes cãnones são apresentados por Ranganathan (1967):

- a) Cãnone de Contexto: a denotação de um termo em um sistema de classificação deve ser determinada à luz das diferentes classes ou classificações isoladas de ordem inferior (*upper links*) pertencentes à mesma cadeia primária da classe ou da classificação isolada denotada pelo termo em questão. O problema surge devido à ocorrência de homônimos. Um termo pode apresentar diferentes significados em usos populares ou técnicos. No caso dos tesouros os homônimos são diferenciados em seus significados e em seu contexto pelo uso de qualificadores.
- b) Cãnone de Enumeração: a denotação de um termo num sistema de classificação deve determinar ou ser determinado através de subclasses ou de classificações isoladas (*lower links*) enumeradas em várias cadeias, tendo classes ou classificações isoladas denotadas pelo termo em questão, assim como seus comuns.
- c) Cãnone de Atualidade: o termo usado para denotar uma classe ou classificação isolada de um sistema de classificação deve ser o mais atual entre aqueles assuntos presentes no campo coberto pelo sistema. Sempre que um termo se torna obsoleto, num sistema já em uso, deve ser trocado por um mais atualizado. Os termos de um sistema devem ser revisados constantemente.
- d) Cãnone de Reserva: os termos usados para denotar uma classe ou classificação isolada em um esquema de classificação não devem ser críticos, isto é, expressar qualquer opinião do classificacionista.

A seguir, será apresentado a Teoria dos Níveis Integrativos, do *Classification Research Group*, que serviu de base teórica para a pesquisa.

3.5 TEORIA DOS NÍVEIS INTEGRATIVOS

A Teoria dos Níveis Integrativos não tem uma origem precisa, mas pode-se dizer que a raiz dessa concepção pode ser encontrada nos cinco níveis de Aristóteles. No século XIX, a teoria recebeu impulso com a filosofia positivista de Augusto Comte, que acreditava que a classificação das ciências existia na ordem do mais simples para o mais complexo e as mais complexas dependiam das mais abstratas. (SPITERI, 1995)

Para os estudos da teoria da classificação o CRG adotou como base a teoria de Ranganathan e a Teoria dos Níveis Integrativos. O CRG, de Londres, foi fundado em 1952 no Reino Unido e tem realizado contribuições significativas para a teoria da classificação.

Nas origens do CRG, o grupo foi formado para estudar a natureza da classificação e os sistemas de classificação bibliográfica existentes. Ao analisar tais instrumentos, todos os membros do grupo rejeitaram todos os esquemas de classificação tradicionais, como a CDD e a CDU, tidos como insuficientes para a documentação moderna. Para eles, esses sistemas apresentam alguns problemas, tais como:

- a) dificuldade de atualizar o sistema;
- b) dificuldade de receber novos temas (hospitalidade);
- c) autores, muitas vezes, combinam idéias que não se encaixam em alguma disciplina conhecida, podendo levar a um cruzamento de classificação;
- d) os sistemas apresentam uma rede rígida, o que acarreta as coleções terem itens rigidamente agrupados.

O CRG opôs-se aos sistemas tradicionais, pois o universo do conhecimento não poderia ser definido como finito, e ainda subdividido até os conceitos individuais. Desse modo, o CRG, tomando como base a Teoria dos Níveis Integrativos, sugeriu uma abordagem *bottom-up*, em contraposição a abordagem *top-down* dos sistemas tradicionais. Questionou se em vez de quebrar o universo do conhecimento em classes e analisar essas classes até se chegar a conceitos individuais, sugeriu que os conceitos formassem assuntos.

Embora na época existissem algumas interpretações sobre a Teoria dos Níveis Integrativos, como de A.B. Novikoff e Herbert Spencer, o CRG decidiu adotar as propostas de Joseph Needham e James Feibleman.

O CRG interpretou a Teoria dos Níveis Integrativos da seguinte forma: o mundo das coisas se desenvolve do simples para o complexo pelo acúmulo das propriedades novas e divergentes. De coisas simples evoluem coisas complexas e de coisas complexas evoluem coisas mais complexas (NOVO, 2007).

Para a Teoria dos Níveis Integrativos é considerado a evolução do desenvolvimento de entidades com base na estrutura de seus componentes internos. Para Schreiner (1979), o conceito de níveis integrativos de organização é a descrição geral da evolução da matéria através das sucessivas e mais altas ordens de complexidade e integração. O desenvolvimento da matéria é visto desde as mudanças cosmológicas que resultam na formação da Terra até as mudanças sociais complexas de uma sociedade por um processo contínuo, passando por diferentes níveis de organização, como o físico, o químico, o biológico e o sociológico.

Cada entidade preserva sua integridade nas relações com suas partes. Como a entidade evolui do simples para o mais complexo pela acumulação de propriedades ou influências do ambiente, a relação entre a entidade e o ambiente fica mais complexa. Com o tempo, ocorrem agregações de entidades ou propriedades e forma-se um novo todo mais complexo. A nova entidade tem propriedades próprias e se comporta de maneira nova. Cada entidade inteira é maior que a soma das partes, se uma das relações estiver quebrada, a entidade perde sua identidade (FOSKETT, 1978).

Nessa perspectiva, a noção de “integração” é inseparável da noção de “totalidade”, porque o todo é composto de uma série de elementos integrados. Usando o exemplo de Foskett (1978), uma bicicleta é um amontoado de peças (aço, borracha, alumínio etc.), mas quando suas partes são colocadas juntas a partir de um determinado conjunto exato de relações, surge uma nova entidade. Essa nova entidade, a partir do conjunto das partes e suas relações, fazem a bicicleta andar e se locomover adequadamente.

Para Gnoli, Bosh e Mazzocchi (2007) a pesquisa multidisciplinar aumentou nos últimos tempos sendo necessária uma mudança de paradigma para construir novos sistemas de classificação mais flexíveis e hospitalares. O CRG foi um dos primeiros a perceber que os sistemas tradicionais não eram mais suficientes para a documentação moderna.

Para Costa e Ramos (2008) e Lima (2004), o CRG não considera que as categorias

fundamentais de Ranganathan (PMEST) sejam as melhores a serem aplicadas a qualquer campo do conhecimento e, portanto, devem deixar de ser fundamentais e passar a ser escolhida de acordo com o campo de assunto. Reformularam o PMEST e criaram as seguintes categorias: Todo (objeto do assunto ou produto final); Tipos; Partes; Materiais; Propriedades; Processos; Operações e Agentes; e ainda podem ser acrescentadas a categoria Espaço e Tempo e a Forma de Apresentação. Segundo Campos e Gomes (2006), as categorias apresentadas abaixo são desdobramentos do PMEST e podem ser aplicáveis a qualquer temática:

*Coisas, substância, entidades
que ocorrem naturalmente
produtos
instrumentos
constructos mentais*

*Suas partes
constituintes
órgãos*

Sistemas de coisas

*Atributos de coisas
qualidades, propriedades, incluindo
estruturas
medidas
processo, comportamento*

Objeto da ação (paciente)

*Relações entre coisas, interações
efeitos
reações*

*Operações sobre coisas
experimentos, ensaios
operações mentais*

Propriedades de atributos, relações e operações

Lugar, condição

Tempo

Sob influência da Teoria dos Níveis Integrativos, a décima quinta edição da *Encyclopaedia Britannica* elaborou sua *Propaedia* organizada da seguinte forma, onde se percebe a ordem de evolução dos fenômenos do simples ao complexo (SCHREINER, 1979):

1. *Matéria e energia*
2. *A terra*
3. *Vida na Terra*
4. *Vida humana*
5. *Arte*
6. *Tecnologia*
7. *Religião*
8. *História*
9. *Os ramos do conhecimento*

Uma das preocupações do CRG era como poderiam ser ordenados os conceitos dentro das categorias. Propôs no princípio da ordem nos renques a seguinte ordem de assuntos: do simples para o complexo; do complexo para o simples; o espacial/geométrico; o cronológico (incluindo as ordens evolucionária e histórica); e a alfabética. (LIMA 2004). E sugeriu que as categorias fossem organizadas pelas seguintes classes:

Entidades físicas;
Entidades químicas;
Entidades heterogêneas não-vivas;
Artefatos;
Entidades biológicas;
Homens;
Mentefatos.

Para Spiteri (1995), essas classes propostas pelo CRG geraram críticas porque não seguiam a ordem de consistência da Teoria dos Níveis Integrativos. Porque *Artefatos* precedem a classe *Homens* se artefatos são feitos e dependem dos homens para sua

existência? O CRG não explica claramente se esta proposta de classes pode ser usada para qualquer ordem sistemática.

Spiteri (1995) afirma que a aplicação da Teoria dos Níveis Integrativos pelo CRG tem gerado muitos problemas e tem produzido mais perguntas do que respostas. Na aplicação da teoria nos sistemas de classificação especializadas, o CRG observou que os níveis integrativos não envolveram uma progressão linear ascendente, mas uma ramificação. Perceberam que formaram uma estrutura de ramificação em vez de uma única sucessão.

Além dos níveis integrativos gerarem uma estrutura de ramificação, e que o problema da subjetividade em um sistema de classificação não pode ser totalmente evitado, outro questionamento em relação ao CRG é que nem todas as entidades que se relacionam com o todo se relacionam com as partes da mesma maneira. No entanto, o benefício da teoria é que o processo de classificação exige uma análise e descrição de cada etapa do processo. (SPITERI, 1995)

Wilson (2002) em seu texto comenta sobre alguns fundamentos dos níveis integrativos, que na realidade, são muito semelhantes às leis dos níveis integrativos definidas por Feibleman (1954). Segue abaixo:

- a) A estrutura dos níveis integrativos está assentada numa fundamentação física. O nível mais baixo da observação científica parece ser as partículas mecânicas.
- b) Cada nível determinaria, no nível abaixo, uma ou mais qualidades emergentes (ou novidades imprevisíveis). Os níveis são, portanto, cumulativamente ascendentes e a emergência de qualidades denota o grau de complexidade das condições predominantes num dado nível, assim como dá a esse nível sua relativa autonomia.
- c) O mecanismo de uma organização é encontrado no nível baixo, seu propósito é o nível acima.
- d) O conhecimento dos níveis mais baixos infere na compreensão de níveis mais altos, no entanto, qualidades emergentes nos níveis mais altos não tem referência direta às organizações dos níveis mais baixos.
- e) Quanto mais alto o nível, maior a variedade de características, mas menor é sua população.
- f) O nível mais alto não pode ser reduzido ao mais baixo, uma vez que cada nível tem sua estrutura característica própria e suas próprias qualidades emergentes.
- g) Uma organização em qualquer nível é uma distorção do nível abaixo, sendo que a organização do nível mais alto representa a figura que emerge do solo anteriormente organizado.
- h) Um distúrbio introduzido numa organização em um nível refletirá em todos os níveis que ela cobre. A extensão e severidade de tais distúrbios [perturbações] são provavelmente proporcionais ao grau de integração dessa organização.
- i) Toda organização, qualquer que seja seu nível, tem alguma sensibilidade e responde em um grupo [classe]. (WILSON, 2002 - tradução nossa¹)

Pensando na Ciência da Informação como uma área interdisciplinar, a informação é

¹ Com base na tradução de Novo (2007)

um conceito que assume diferentes formas em diferentes níveis de integração. Assim como a informação, o conceito de cultura também assume diferentes níveis de integração e pode ser apreendido por diversas maneiras, como os aspectos observados pelos estudiosos e as várias escolas de pensamentos sobre cultura (Ver tópico 2.1.1).

Os vários olhares possíveis do domínio “cultura amazônica” reflete na construção do sistema de organização do conhecimento. Para Novo (2010), os estudiosos preocupados com o problema da classificação de domínios de conhecimento são unânimes em afirmar a existência de vários pontos de vistas no ato classificatório.

A cultura amazônica pode ser olhada pelo ponto de vista da modernidade, pela dinâmica de suas cidades, ou pelo ponto de vista de suas raízes mais profundas criadas há muito tempo pelos nativos indígenas, pela dinâmica menos frenética dos municípios do interior paraense. Em outras palavras, pode ser examinado por dois espaços culturais comentados por Loureiro, J. (2001): o espaço rural e o espaço urbano amazônico. Os resultados revelam que o espaço mais autêntico de preservação da identidade amazônica foi o espaço rural.

Como afirma Novo (2007, p.111), a Teoria dos Níveis Integrativos, como o próprio nome já diz, é uma teoria e não fornece um método classificatório, mas permitiu olhar um domínio complexo, como o da cultura amazônica, nas suas questões fundamentais de maneira mais clara, a partir de diferentes perspectivas conceituais. “Apresenta princípios e não uma dada forma do fazer.” E isto é o que buscamos porque a complexidade da seleção conceitual no domínio “cultura amazônica” necessita de princípios que reflitam em uma prática de qualidade.

3.6 SELEÇÃO CONCEITUAL NO DOMÍNIO CULTURA AMAZÔNICA

Como o tesouro trabalha com domínios de conhecimentos específicos, a seleção inadequada dos conceitos pode refletir na qualidade da sua recuperação da informação. Essa seleção depende de uma terminologia consistente em uma dada área. Smit, Tálamo e Kobashi (2004) apontam que o vazio conceitual de um campo científico e a imprecisão terminológica provocam um retardamento teórico para a área. A autonomização da linguagem de especialidade afastando-a da linguagem natural constitui um pressuposto para a constituição

de qualquer campo científico.

Bowker e Star (2000) comentam que para a entrada de novos conceitos no sistema é necessário que os mesmos tenham um consenso na área pela comunidade científica, e se o sistema não estiver atento para a atualização dos novos conceitos que surgem, a defasagem pode afetar a recuperação da informação e causar sérios problemas para o sistema.

A área da cultura estudada há muitos anos por antropólogos, sociólogos, filósofos, psicólogos, comunicólogos, historiadores, geógrafos e outros não pode-se dizer um campo imaturo cientificamente. Contudo, como é um conceito ligado ao todo e não ao indivíduo e como àqueles, os homens, que a estudam são partes desse todo, o conceito se torna complexo ao ponto dos estudiosos considerarem cultura como um dos conceitos mais difíceis de definir.

Como alguns dos conceitos ligados ao campo da cultura, começando pelo seu próprio conceito, não são de comum consenso entre os especialistas, a seleção e relação conceitual em um tesouro cujo domínio envolve o conceito de cultura ficam prejudicadas. É necessário ter uma clara definição do que é cultura amazônica para saber quais elementos devem compor esse conjunto. Como não há consenso, é relevante entender as várias escolas originárias ao longo do tempo em que são estudados o conceito e determinar qual será seguida para construção do tesouro.

Os problemas do consenso e da complexidade do conceito cultura também decorrem das problemáticas inerentes da própria natureza das ciências sociais e humanas. Como alguns de seus objetos de estudo, como o homem e a sociedade, não são elementos tão factuais e verificáveis claramente como podem ser, por exemplo, os elementos químicos, a gravidade, a velocidade, o vírus, a planta, formam-se várias escolas de pensamento compondo um conjunto de idéias, muitas vezes contrárias entre si, a respeito do conceito. Essas várias maneiras de olhar o conceito vão refletir na delimitação do universo de um domínio de conhecimento e nas relações entre seus conceitos.

A seleção conceitual de um dado domínio de conhecimento também se torna complexa porque o conhecimento é dinâmico e progressivo. O dinamismo de um domínio como a cultura amazônica é intenso e se pudesse ser medido sua evolução ao longo do tempo perceberíamos uma alteração no comportamento, visões, perspectivas dessa comunidade, assim como da tecnologia etc. Essas mudanças ocorrem tanto de fora para dentro quanto internamente, tanto no aspecto material quanto no imaterial, aspectos esses que compõem a cultura.

Ranganathan (*apud* CAMPOS, 2001a) ao explicar o fluxo do conhecimento chama a atenção de que ao serem elaborados sistemas de classificação deve-se atentar para as mudanças e a evolução do conhecimento. Em seu Postulado das Idéias Fundamentais alerta todos os classificacionistas a estarem atentos para a hospitalidade contínua de novos elementos, posto que o conhecimento humano é dinâmico. Ele discute a formação dos conceitos através dos perceptos puros e compostos² e a relação com o que chamou de Universo das Idéias ou do Conhecimento e os trabalhos de classificação.

Para explicar o movimento que ocorre no Universo do Conhecimento e sua influência sobre os esquemas de classificações, Ranganathan apresenta o Espiral do Universo do Conhecimento, utilizando os pontos cardeais para mostrar suas várias fases: Nadir (fatos obtidos pela observação, experimentação e outras formas de experiência), Ascendente (leis indutivas ou empíricas em referência aos fatos acumulados em Nadir), Zênite (leis formuladas, a compreensão de todas as leis indutivas ou empíricas acumuladas no Ascendente com implicações obrigatórias) e Descendente (acumulação das leis de dedução na direção das leis fundamentais de Zênite).

Entre essas fases o método científico é dado a verificar empiricamente a validade das novas leis através das observações e dos experimentos. Nesse momento ocorre à incidência da crise na aplicação do método científico, assim um novo ciclo se inicia infinitamente.

Como Ranganathan percebe que o conhecimento está em desenvolvimento contínuo ele propõe uma nova forma de organizar o universo de assunto. Sugere que a organização do conhecimento seja representada através da Árvore Baniana (policotomia ilimitada/ vários núcleos/raiz) e não mais pela Árvore de Porfírio (dicotomia sucessiva/ um núcleo raiz), de Aristóteles, utilizada durante séculos. Desde a década de 20 do século XX esse último tipo de representação não supria mais as necessidades no âmbito da classificação.

A árvore de Porfírio compõe-se por dicotomias sucessivas que procede do geral ao particular, da maior extensão à maior compreensão, do gênero à *species ínfima*, ou seja, até chegar a um conceito individual como Sócrates e Platão apresentados na Figura 1 (POMBO, 1988). A árvore de Porfírio é uma construção que depende da escolha da qualidade que

² Percepto puro é a impressão produzida por uma entidade através de um sentido primário simples e percepto composto é a associação de dois ou mais perceptos puros formados simultaneamente. Na medida em que os perceptos puros e compostos são depositados na memória de uma entidade, dá-se a associação e formam-se os conceitos. Após o ser humano criar uma identidade com o mundo que o cerca pelo processo de aglutinação e associação dos perceptos, em um momento posterior à formação dos conceitos, ocorre a assimilação de novas experiências, o que leva ao que Ranganathan denominou de apercepção. (CAMPOS, 2001a)

subsumará as subdivisões sucessivas.

Os métodos de divisão que auxiliaram a organização do conhecimento em um dado domínio foram durante muitos séculos dicotômicos. A partir do século XX percebeu que o método baseado na representação da Árvore de Porfírio, segundo Campos e Gomes (2003), falha porque os assuntos dos documentos não fazem parte de um único domínio de conhecimento, pelo contrário, eles são complexos e se inter-relacionam.

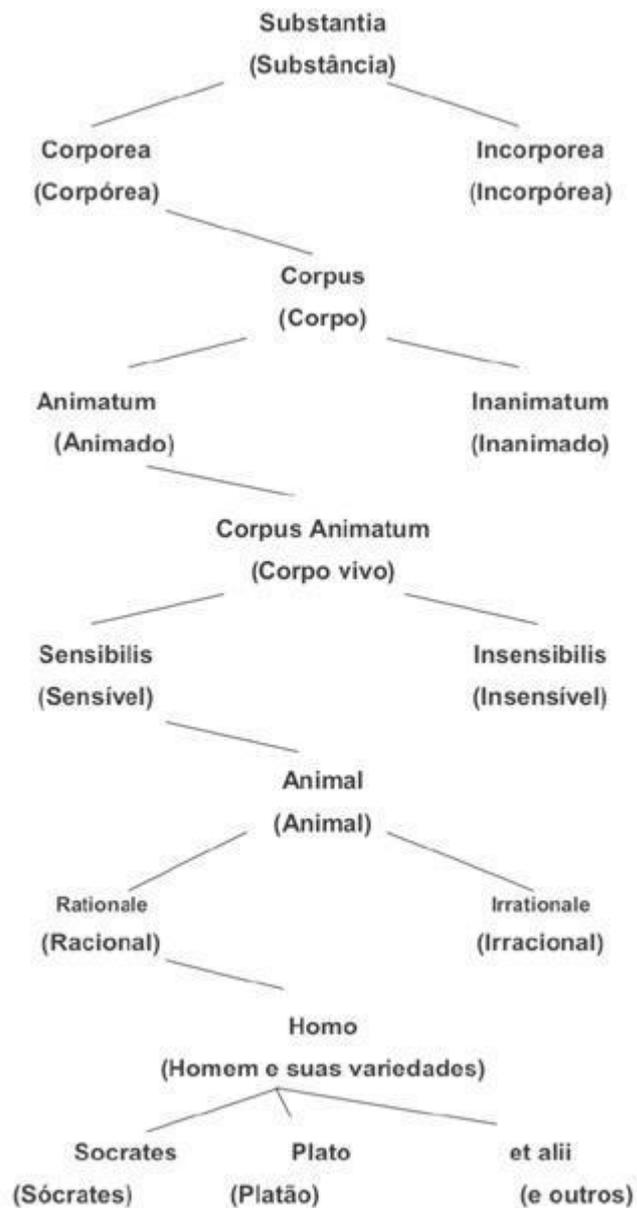


Figura 1 – Árvore de Porfírio

FIGURA 3: Árvore de Porfírio – Aristóteles. **Fonte:** Kaula (1982)

A árvore baniana é uma representação da organização do conhecimento que teve como base uma figueira indiana. Esse vegetal se espalha por uma grande área enviando galhos para o solo, criando raízes e formando vários troncos. A ideia é que a árvore não tem uma só raiz, mas várias que brotam do solo e os vários ramos se enxertam a muitos troncos. Do tronco original formam-se muitos outros troncos secundários de tempos em tempos.

A árvore baniana sugere uma analogia em que o conhecimento é inter-relacionado e as disciplinas se cruzam infinitamente. Ela se contrapõe a Árvore de Porfírio, dicotômica, e propõe uma policotomia ilimitada. Por isso, para Campos e Gomes (2003), a analogia com a árvore baniana é muito mais apropriada para a representação do conhecimento atual, cuja produção da informação é extraordinariamente ilimitada.

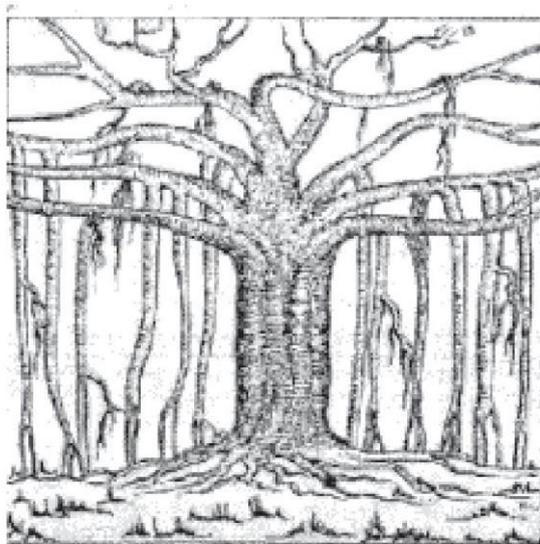


FIGURA 4: Árvore Baniana - Ranganathan
Fonte: Campos (2001a)

O domínio “cultura amazônica” se enquadra no método da policotomia ilimitada. Primeiro pelo ponto de vista da interdisciplinaridade, em que vários olhares são fornecidos pelos inúmeros campos do conhecimento que estudam o conceito de cultura. E depois, porque a inter-relação entre os elementos do sistema cultural é inerente ao campo da cultura. Existe um todo (cultura amazônica) que se relaciona com suas partes (fauna, flora, religião,

mitologia, formas de pensar a vida e a natureza etc.) e a soma de suas partes formam a cultura amazônica.

A idéia de interconexão e integração entre os elementos do todo corrobora tanto com a Teoria de Ranganathan quanto com a Teoria dos Níveis Integrativos do *Classification Research Group*. Por isso, as usamos como base teórica para a pesquisa.

A estrutura classificatória no seu nível básico acerca do domínio “cultura amazônica” criada teve como base o método facetado de Ranganathan, obedecendo às leis do inter-relacionamento mútuo entre os conceitos e a policotomia ilimitada. Ainda sim, o tesouro na relação associativa já fornece aporte para relacionamentos com conceitos que não estão no mesmo nível hierárquico. Batista (2004), por exemplo, defende que o tesouro é um sistema de conceitos onde os mesmos são inter-relacionados de diferentes formas.

A cultura amazônica, como qualquer conhecimento humano, é dinâmica e vem se transformando ao longo de sua história. Os valores culturais obtidos pela troca com outras civilizações se agregam e vão modificando o domínio ao ponto de, em alguns casos, a mudança ser tão brusca que implica em certa perda de identidade cultural amazônica. Assim, diante desses momentos históricos violentos de grande impacto cultural uma nova identidade começa a formar-se, relativamente diferente da anterior.

Loureiro, J. (2001) quando se refere à cultura amazônica afirma que ela é dinâmica, original e criativa, haja vista que ela revela, interpreta e cria sua própria realidade³. O contato intercultural acabou por dinamizá-la e propiciar um movimento intenso, ao mesmo tempo em que essa mistura proporcionou uma heterogeneidade difícil de separar as partes. No meio rural esse movimento parece ocorrer com menor velocidade e a homogeneidade é maior.

Para Laraia (2002) nenhuma cultura é estática, mesmo as pequenas sociedades, embora aparentem ser. O autor utiliza como exemplo um ritual indígena para demonstrar o dinamismo de uma sociedade denominada simples. Quanto mais isolada é uma sociedade mais será lenta sua mudança. Mesmo assim, até nas sociedades indígenas isoladas ocorrem mudanças, embora tenham um ritmo menos acelerados que uma sociedade complexa.

Qualquer sistema cultural está em um contínuo processo de modificação. “A mudança que é inculcada pelo contato não representa um salto de um estado estático para um dinâmico mas, antes, a passagem de uma espécie de mudança para a outra.” (LARAIA, 2002, p.96). O

³ É possível que o autor esteja se referindo à Amazônia do meio rural, onde as trocas culturais são menos constantes do que no meio urbano.

contato, muitas vezes, estimula a mudança mais brusca e rápida do que as forças internas.

Para Laraia (2002) existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com outro. Em outras palavras, as mudanças ocorrem no interior de uma sociedade e de fora para dentro.

No primeiro caso a mudança pode ser lenta, quase imperceptível para um observador. O ritmo, porém, pode ser alterado por eventos históricos, tais como uma catástrofe ou uma grande inovação tecnológica. O segundo caso pode ser mais rápido e brusco. O autor cita o caso dos índios brasileiros e a chegada do europeu no Brasil, que representou uma verdadeira catástrofe. Mas esse processo também pode ser menos traumático e mais pacífico. No entanto, é muito difícil que uma sociedade seja apenas afetada pelas mudanças internas. Isso só seria possível em um povo totalmente isolado dos demais.

A cultura amazônica, em especial o seu meio rural, como uma sociedade denominada simples, as suas mudanças internas acontecem com menor velocidade se comparadas às sociedades mais complexas, como as grandes cidades. Como não é uma sociedade isolada, muitos momentos históricos marcantes do ponto de vista cultural, decorrentes dos contatos com outras sociedades, impulsionaram um movimento mais brusco na cultura amazônica. Desses contatos avassaladores decorrem a complexidade da delimitação do domínio e da seleção e levantamento conceitual.

É necessário observar o movimento dinâmico próprio da cultura amazônica na construção de um tesouro ou de um sistema de organização do conhecimento. É importante analisar como ocorreu a progressão histórica da região para o entendimento da sua transformação e como essa transformação pode ajudar na qualidade da seleção e levantamento conceitual. E quais fatores levaram a um dado elemento que não era parte do sistema cultural “cultura amazônica” e começou a ser parte integrante do mesmo. Entender como ele se fundiu, se agregou a cultura amazônica.

A questão então que se apresenta é: como delimitar a extensão desse domínio de conhecimento dividido por uma tênue camada de movimento contínuo que compõe a cultura amazônica das outras culturas? Choques culturais ocorrem na região desde a chegada do europeu fazendo borbulhar o caldeirão das transformações, se acentuando ainda mais na globalização.

Como delimitá-la em sua profundidade certamente não é obra desse trabalho porque

cultura é um conceito complexo, mas o que pretendemos é discuti-la do ponto de vista da seleção conceitual em um instrumento de organização de domínios de conhecimento como o tesouro, a partir de abordagens teóricas que lidam com domínios complexos, como a teoria de Ranganathan e a Teoria dos Níveis Integrativos do CRG.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é de natureza bibliográfica, exploratória e aplicada. No que concerne à natureza bibliográfica e exploratória nos apoiamos nos seguintes assuntos:

- cultura amazônica, visando compreender e conhecer suas características principais. Foi necessário o estudo do conceito de cultura para entender a cultura amazônica. Entender o conceito cultura amazônica teve como objetivo analisar seus limites enquanto domínio na perspectiva de linguagens de representação da informação.
- organização do conhecimento e elaboração de instrumentos de tratamento e recuperação de informação, concentrando nos aspectos relacionados à estruturação de domínios de conhecimento. As vertentes teóricas e práticas consideradas foram: Teoria da Classificação Facetada, de Ranganathan e a Teoria dos Níveis Integrativos, adotada pelo *Classification Research Group*. Tais teorias foram escolhidas por serem atuais e por sua viabilidade para trabalhar domínios complexos e interdisciplinares;

A pesquisa em organização e representação do conhecimento compreendem dois momentos distintos e complementares: discutir e demonstrar a complexidade da seleção conceitual do domínio de conhecimento “cultura amazônica”, através da apresentação das concepções do conceito de cultura e da análise das origens etimológicas das palavras amazônicas; e a elaboração de um modelo de estrutura de classificação no seu nível básico, como resultado prático dos estudos teóricos.

O estudo sobre o conceito de cultura nos levou a pensar a cultura amazônica como parte do todo, como um elemento individualizado, ímpar. No sentido de tentar mostrar como toda cultura é complexa foram estudados autores que discutiram o conceito ampla e historicamente, apresentando sua evolução ao longo do tempo. Desse modo, foi criado um quadro das principais concepções culturais e relacionadas aquelas úteis para a elaboração da estrutura de classificação.

Quanto a sua vertente pragmática destacam-se dois pilares nesta pesquisa: a análise das origens etimológicas dos termos relacionados à cultura amazônica para revelar a

complexidade do domínio pela diversidade cultural e o entendimento dos conceitos e a criação de um modelo de estrutura classificatória do domínio “cultura amazônica” em seu nível básico-fundamental.

Para serem analisadas as origens etimológicas dos termos culturais amazônicos foram usados os vocabulários de Oliveira (2005a; 2005b; 2010). Quatro livros foram produzidos pela autora, no entanto o seu primeiro volume⁴ não apresentava informações acerca das origens etimológicas das palavras. Desse modo, não usamos como objeto de análise para a pesquisa.

Os livros apresentam as terminologias culturais das narrativas orais populares coletadas por pesquisadores do projeto IFNOPAP, do Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Pará, do município paraense de Bragança, de Castanhal e do arquipélago do Marajó. Os termos serviram de base para formar as facetas e classes na elaboração da estrutura classificatória e para a análise das etimologias, cujo intuito foi evidenciar a grande influência cultural das civilizações estrangeiras na Amazônia.

Para entendermos melhor o aparecimento das inúmeras etimologias que apareceram nos vocabulários de Oliveira tentamos relacioná-las com os principais momentos históricos ocorridos na região. Para identificarmos os marcos históricos pesquisamos fontes como Loureiro, J. (2001), Loureiro, V. (2002), Veríssimo (1970), Maués (1999), Gambini (2000) e Sarges (2002).

Além de analisarmos os países das línguas de forma individual também foram agrupadas as etimologias por continentes para análise mais ampla da pesquisa. Como resultado obteve-se uma boa noção da influência das culturas européia, africana e asiática na linguagem amazônica paraense.

Quanto à elaboração da estrutura classificatória foi empregado o método da categorização do domínio “cultura amazônica”. O exercício da categorização torna claro o domínio e estabelece as bases para a seleção terminológica nas fontes onde são coletadas.

A categorização foi feita pelas categorias fundamentais (*bottom up*), PMEST, de Ranganathan (1967) e no interior das categorias foi feito o caminho inverso (*top-down*). Foram observadas as potenciais unidades conceituais de Oliveira (2005a, 2005b, 2010) para serem formadas as facetas e classes. No interior das categorias fundamentais foram usados

⁴ Vocabulário terminológico cultural dos municípios de Belém, Abaetetuba e Santarém (OLIVEIRA, 2001)

alguns princípios e abordagens da Teoria dos Níveis Integrativos, do CRG.

Para a criação das facetas e classes no interior das categorias fundamentais tomamos como base as estruturas classificatórias da pesquisa de Rodrigues (2005), do Tesauro de Cultura Popular e Folclore (TESAURO... , [2010]) e da Classificação Decimal Universal (UNIVERSAL..., 2009).

O trabalho de Rodrigues (2005) teve como objetivo elaborar uma estrutura de classificação, visando a elaboração de um tesauro, com os termos culturais das narrativas orais populares do Marajó do projeto IFNOPAP, do Centro de Letras da Universidade Federal do Pará e da obra “Chove nos Campos de Cachoeira, de Dalcídio Jurandir. Desse estudo foram coletados 917 termos culturais e formados 1496 conceitos na construção do seu sistema de classificação, entre eles as categorias de assunto, os termos relacionados, os termos não-preferidos, as classes, as facetas e as unidades conceituais que foram analisados e serviu para pensarmos a estrutura de classificação elaborada.

O Tesauro de Cultura Popular e Folclore serviu de base porque sua estrutura de classificação e o seu domínio tem proximidade com o domínio analisado nesta pesquisa. Não está ligado às áreas do conhecimento, nem tampouco às disciplinas científicas. Está voltado para os costumes e visões da cultura popular brasileira. Portanto, as denominações das classes, das facetas e das categorias são ligadas aos costumes populares do Brasil, por isso, refletem aspectos convergentes com o domínio “cultura amazônica”.

A CDU forneceu uma visão geral de como pode ser classificado todas as áreas do conhecimento e serviu como base para estruturar o domínio “cultura amazônica”. Como a CDU organiza as áreas do conhecimento, algumas classes e relações hierárquicas presentes na CDU serviram como apoio para pensar a organização do domínio “cultura amazônica”.

Como base para recortar o domínio “cultura amazônica” foram investigadas as categorias fundamentais de Ranganathan (1967), Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo (PMEST). Essas categorias não são usadas na estrutura da CDU e nem na pesquisa de Rodrigues (2005), apenas no Tesauro de Cultura Popular Brasileira e Folclore.

Inicialmente, utilizamos a abordagem evolutiva ou posterior no tempo sugerida pelo CRG, com base na Teoria dos Níveis Integrativos, para ordenação dos renques no interior das categorias PMEST. Também foi considerado o uso das abordagens do simples para o complexo ou do complexo para o simples na estrutura classificatório de nível básico para o domínio “cultura amazônica”.

Embora não tenhamos usado as ordens dos renques sugeridas pelo CRG, usamos as categorias Propriedade, Parte do Todo e Sistema de Coisas. A Teoria dos Níveis Integrativos permitiu interconectar e integrar elementos do domínio “cultura amazônica”.

A revisão de literatura evidenciou que duas abordagens ou métodos são empregados para a elaboração de um sistema de organização do conhecimento: abordagem *bottom up* ou a abordagem *top down*. Na abordagem *bottom up*, ou método indutivo, as classes e facetas se formam a partir das unidades conceituais que compõem um dado domínio. Na abordagem *top down*, ou o método dedutivo, são definidas previamente as classes mais genéricas que agrupam os conceitos. O método dedutivo foi utilizado por Ranganathan na sua Teoria da Classificação Facetada e o CRG sugere a abordagem *bottom-up* como a mais adequada para se elaborar um sistema de organização do conhecimento.

Nesta pesquisa, entretanto, se entendeu que o hibridismo entre os métodos e abordagens seria mais adequado para a análise do domínio “cultura amazônica” no âmbito da organização e representação de informação para sistemas de organização do conhecimento. Foram definidos os seguintes passos metodológicos. Quanto ao método da garantia literária, ou seja, o método indutivo, comentado por Batista (2004), foi tomado como base os termos culturais coletados por Oliveira (2005a, 2005b, 2010). Os 1109 termos analisados possibilitaram identificar as facetas possíveis de serem criadas na composição do universo terminológico cultural amazônico.

A coleta dos termos foi feita pelo projeto RESNAPAP, da Universidade Federal do Pará, onde coletaram sua terminologia nas narrativas orais do projeto IFNOPAP, da mesma instituição. A partir do olhar *bottom-up* foi elaborada a estrutura classificatória no interior das categorias. Com base nessas unidades formamos uma estrutura em seu nível básico, embora não tenhamos apresentado os conceitos de níveis mais baixos.

O método dedutivo também foi utilizado quando se usou as categorias fundamentais sugeridas por Ranganathan, Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo, como base para o primeiro recorte no domínio “cultura amazônica”.

Como usamos as duas teorias, a do Ranganathan e a do CRG, na construção de um possível modelo de estrutura classificatória de nível básico, o hibridismo metodológico mostrou-se um caminho natural. No primeiro nível, representados pelas categorias fundamentais, utilizamos o método dedutivo usado por Ranganathan em sua Teoria da Classificação Facetada. Como no interior das categorias fundamentais a base seguida foi a

Teoria dos Níveis Integrativos, foi usado o método indutivo indicado pelo CRG. A posição das facetas principais (um nível abaixo das categorias) teve como base o método indutivo para agregar as categorias fundamentais escolhidas para recortar o domínio estudado.

A construção do modelo de estrutura classificatória no nível da categorização observou os cânones recomendados por Ranganathan (1967) e Kumar (1981) no intuito de formar uma estrutura consistente e lógica nos planos da idéia e verbal.

O plano das ideias mostrou-se mais relevante para esta pesquisa porque é o plano que constitui o início do trabalho de classificação e por apresentar os princípios norteadores para recortar um domínio de conhecimento. No plano das ideias foram consideradas as recomendações dos seguintes cânones:

- Cânone para característica:
 - cânone de diferenciação: uma característica como base para classificação deve dar origem a pelo menos duas classes ou isolados ordenados.
 - cânone de verificabilidade: uma característica usada como base de classificação em um universo deve ser definitiva e verificável. No contexto do domínio “cultura amazônica” algumas características tomadas como base para uma classificação isolada pode ser sutil e complexa. Na categoria espaço, os renques espaço urbano e espaço rural no contexto cultural pode ser, algumas vezes, difícil de verificar, haja vista que alguns elementos culturais do meio rural são usados no meio urbano, e vice e versa, confundindo-se. O mesmo acontece nas classes Medicina Popular e Medicina Tradicional. A definição entre popular e tradicional pode ser sutil. O fato de termos criados esses renques com essas características como base de classificação se deve ao fato de, embora seja difícil de verificar tais características, não as tornam inverificáveis. Embora a definição de tradicional e popular seja difícil no contexto do domínio analisado ela existe. Podemos dizer o mesmo para os casos do meio urbano e rural, onde pode-se tomar como base a origem do elemento cultural, ou a sua representatividade no domínio.

- Cãnone para sucessão de característica:
 - cãnone de concomitância: duas características não devem dar origens ao mesmo renque.
 - cãnone da sucessão relevante: a sucessão de características deve ser relevante para o propósito da classificação. Seguimos o propósito do próprio universo da cultura amazônica.

- Cãnones para renques:
 - cãnone da exclusividade: para os renques em que as classes num renque de classes devem ser mutuamente exclusivas. Tentamos, portanto, não repetir nenhuma classe de um renque de classes.
 - cãnone da sequência consistente: sempre que classes semelhantes ocorrerem em renques diferentes sua sequência deve ser paralela em todos aqueles renques, se o paralelismo não contrariar outros requisitos mais importantes. Classes semelhantes ocorreram nos renques Fauna, Flora, Artefatos e Meios de Transporte da categoria Matéria e foram mantidos o paralelismo recomendado a partir das classes Seus elementos, Suas partes e Suas propriedades.

- Cãnones para cadeias:
 - cãnone da extensão decrescente: a extensão das classes deve mover-se do primeiro até o último elo e decrescer, e a intensão crescer a cada passo. É o que ocorreu na categoria Energia, Atividade cultural, Arte, Arte popular, Arquitetura popular/Artesanato/Cerâmica/Dança Regional/Desporto Popular/Música regional/Teatro Popular. Assim, tentamos sempre que possível observar esse princípio em toda a estrutura criada.

No plano verbal foi necessário observar dois cãnones na constituição e designação

nominativa das classes e facetas. Os outros cânones não foram utilizados porque são mais adequados aos conceitos de níveis mais baixos.

No plano verbal foi observado o cânone de reserva (*Canon of reticence*), onde os termos que denotam uma classe não devem expressar qualquer opinião do classificacionista. A estrutura de classificação foi elaborada a partir da abordagem *bottom-up* via conceitos individuais do *corpus* terminológico dos livros de Oliveira (2005a; 2005b; 2010). As facetas e classes foram denominadas de forma imparcial e tomando como base denominações do Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira (TESAURO..., [2010]) e da CDU (UNIVERSAL..., 2009).

O cânone de atualidade também foi utilizado. No entanto, seria necessário consultar um especialista para ter mais precisão em relação à atualidade dos conceitos e nesta pesquisa faltou tempo hábil para tal consulta. Para satisfazer o cânone tomamos como base as denominações das classes da CDU e do Tesouro do Folclore e Cultura Popular Brasileira, além dos conceitos individuais de Oliveira (2005a, 2005b, 2010).

Os cânones do contexto e da enumeração não foram explorados por estarem mais devotados aos conceitos de níveis mais baixos, como os conceitos individuais. O cânone de enumeração não parece ser profícuo em uma estrutura classificatória que visa à construção de um tesouro, uma vez que o presente estudo apresenta os conceitos e suas relações e não números como os sistemas de classificação enumerativos.

Os cânones do plano notacional também não foram explorados, pois o tesouro não trabalha com notação de representação simbólica de conhecimento e conceitos. Apresenta os próprios conceitos e suas relações. Além do que apresentamos apenas a estrutura classificatória no nível básico de seus conceitos, não sendo necessário formalizar os símbolos enumerativos ou alfabéticos.

Para representarmos graficamente a estrutura classificatória no nível básico relativo ao domínio “cultura amazônica” foi utilizado o software Midomo, próprio para criar mapas conceituais na web, que foram exportados do formato web para arquivos PDF e Word.

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa foram considerados adequados para o desenvolvimento do estudo. A complexidade do domínio “cultura amazônica” demonstrou a dificuldade no momento de seleção e levantamento conceitual e a estrutura classificatória apresentou um modelo de recorte possível a partir do estudo teórico realizado.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados das análises estão apresentados abaixo da seguinte forma: de um lado, as concepções acerca do conceito cultura e a análise das etimologias; e de outro, a categorização.

5.1 COMPLEXIDADE DO DOMÍNIO “CULTURA AMAZÔNICA”

Apresentaremos o estudo que resultou no entendimento da complexidade do domínio “cultura amazônica”, que reflete a dificuldade da seleção conceitual na construção de sistemas de organização de conhecimento em um campo de conhecimento específico.

5.1.1 Escolas de pensamento

A complexidade do domínio “cultura amazônica” revela-se no próprio conceito de cultura, como apontado de forma unânime pelos estudiosos da área. Além do próprio conceito ser difuso, a permuta de elementos culturais através de várias formas entre civilizações dão contornos mais fortes a complexidade.

No Quadro 1 abaixo são representadas as principais concepções sobre o conceito de cultura que foram pesquisadas na revisão bibliográfica. O quadro tem como objetivo: primeiro, mostrar que o conceito cultura é extremamente complexo, como reiteram Eagleton (2005), Williams (2008), Bauman (2012) e Nunes (2004), e, portanto, apresenta escolas de pensamento, teorias e maneiras diferentes de olhar para o conceito, como afirmam Maués (1999) e Langridge (1977). A complexidade dificulta a delimitação e seleção dos conceitos para compor o domínio “cultura amazônica”. Segundo, evidenciar as concepções que tomamos como base para esta pesquisa foi uma forma de sintetizar e sistematizar os resultados obtidos.

| WILLIAMS (2008) E THOMPSON (1995) | | | | | |
|-----------------------------------|--|--|--|---|--|
| Sentido da palavra cultura | Concepção original | Concepção clássica | Concepção descritiva | Concepção simbólica | Concepção estrutural |
| | ligada a origem etimológica da palavra – cultivo ou cuidado de alguma coisa | cultivo da mente | conjunto de valores, crenças, hábitos e práticas de uma sociedade ou de um período histórico | os fenômenos culturais são fenômenos simbólicos | formas simbólicas em contextos estruturais |
| LARAIA (2002) | | | | | |
| Concepções antropológicas | Determinismo cultural | Determinismo geográfico | Sistemas estruturais | Sistemas simbólicos | |
| | características genéticas como grandes influenciadoras da personalidade humana | as diferenças no ambiente físico afetam a diversidade cultural | cultura como um sistema simbólico e como uma criação acumulativa da mente humana | cultura como sistemas simbólicos | |
| NUNES (2004) | | | | | |
| | Acepção individual | Acepção social | Acepção histórica | | |
| | relativo ao indivíduo – têm dois pólos: 1. conjunto de conhecimentos, idéias e crenças com que todo o indivíduo se acha munido e faz uso nas suas relações sociais e consigo mesmo 2. formação com apoio num variável grau de conhecimentos e experiências acumuladas, para alcançar uma maneira estável de pensar e de agir | herança transmitida de geração para geração. Designa idéias dominantes de um período ou de uma sociedade Ex: cultura burguesa | fisionomia intelectual, artística e moral de uma civilização ou de um povo ao longo de sua história e num momento dela. Ex: Cultura brasileira, cultura amazônica | | |
| GEERTZ (1989) | | | | | |
| Concepções ao longo do tempo | Concepção estratigráfica | Concepção do padrão universal | Concepção sintética | | |

| | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|
| | relações entre os fatores biológico, psicológico, social e cultural. O homem é um composto de níveis | acredita que pode encontrar nas particularidades culturais de um povo algo comum a todos, universal | substituição da concepção estratigráfica. Os fatores biológicos, psicológicos, sociológicos e culturais podem ser tratados como variáveis dentro dos sistemas unitários de análise | | |
| GEERTZ (1989) | | | | | |
| Perspectivas da cultura | <i>Perspectiva tradicional</i> | <i>Perspectiva atual</i> | | | |
| | o homem evoluiu biologicamente através das variações genéticas e da seleção natural até como hoje se encontra, e depois começou a evolução cultural | houve uma superposição de mais de um milhão de anos entre o início da cultura e o aparecimento do homem como hoje conhecemos | | | |
| WILLIAMS (2008) | | | | | |
| Forma precursora de convergência de interesses | <i>Idealista</i> | <i>Materialista</i> | | | |
| | ênfase no espírito formador de um modo de vida global, manifesto em atividades especificamente culturais como a linguagem, estilos de artes, tipos de trabalho intelectual | ênfase na ordem social global no seio de uma cultura específica, quanto a estilos de arte e tipos de trabalho intelectual, é considerado produto direto ou indireto de uma ordem constituída por outras atividades sociais | | | |
| LOUREIRO, J. (1992) | | | | | |
| Divisão por classe social | <i>Cultura erudita</i> | <i>Cultura social</i> | | | |
| | produzida pela alta classe média e a classe alta, contém um maior grau de informação e incorporação do património representado pela cultura ocidental | expressão de uma camada da população que tem menos acesso aos bens culturais eruditos e exprime mais uma relação direta com a vida, fundamentando-se no que as pessoas vêem, sentem e ouvem | | | |
| | | BAUMAN (2012) | | | |
| | <i>Visão não ortodoxa</i> | <i>Visão ortodoxa</i> | | | |

| | | | | | |
|-----------------------------|---|---|---|--|--|
| | cultura como atividade do espírito que vaga livremente, o lócus da criatividade, invenção e autocrítica | cultura como instrumento da rotina e da continuidade, uma serva da ordem social e da preservação cultural. | | | |
| Divisão local/global | <i>Visão nacionalista</i> | <i>Visão Comunitarista</i> | | | |
| | desvalorização dos padrões de vida produzidos no plano local, onde esse plano deve ser destruído para ser reconstruído num nível de organização social superior, supralocal | se coloca em oposição a ambição homogeneizante da cultura nacional e é a favor do multiculturalismo | | | |
| | <i>Conceito hierárquico</i> | <i>Conceito diferencial</i> | <i>Conceito genérico de cultura</i> | | |
| | relacionada à pessoa culta, bem educada, com conhecimentos e qualidades herdadas ou adquiridas. | empregada para explicar as diferenças entre as comunidades de pessoas, a diversidade cultural. Os seres humanos não são totalmente determinados pelo genótipo | é construída em torno da dicotomia entre o mundo humano e o mundo natural, o que acontece ao homem e o que o homem faz. Atribui à própria cultura a qualidade de característica universal de todos os homens, e apenas destes | | |

QUADRO 1: As facetas do conceito de cultura. **Fonte:** Autor

O quadro acima evidenciou a complexidade e os vários olhares do conceito cultura, um dos objetivos da pesquisa. Auxiliou pensar o conceito de uma forma multidimensional e a esclarecer quais concepções poderiam ajudar na elaboração da estrutura de classificação de nível básico produzida.

Desse modo, decidimos adotar mais de uma concepção de cultura. Observou-se a inviabilidade, dada a variedade de escolas e concepções a respeito do conceito, para tratá-lo de uma forma unidimensional. Então, foi utilizado um híbrido teórico, multidimensional, próprio do conceito de cultura, para dar suporte à estrutura de classificação elaborada.

Vale ressaltar que, independente da corrente teórica ser julgada como mais atual pelo ponto vista dos estudiosos da cultura, foram destacadas aquelas que poderiam auxiliar na pesquisa. Para o contexto da classificação no domínio “cultura amazônica” algumas dessas correntes se mostraram úteis.

Corroborando com essa idéia, Braudel (2004) comenta que as civilizações são um conjunto de visões que vem sendo conceituadas historicamente. As civilizações são espaços,

são sociedades, são economias, são tecnologias, são dados demográficos, biológicos, são mentalidades coletivas, são religiões, são continuidades porque não há civilização atual que seja compreensível sem conhecimento dos itinerários já percorridos. Em outras palavras, uma civilização ou uma cultura é o conjunto de várias visões porque engloba um leque grande de possibilidades.

A concepção descritiva, a concepção simbólica e a estrutural de Williams (2008) e Thompson (1995) foram úteis para pensar o domínio dentro de um contexto de classificação. A concepção descritiva definiu o conjunto de valores, hábitos e práticas da sociedade amazônica constituíram as unidades conceituais, e por sua vez, as facetas e classes do sistema de classificação.

A concepção estrutural envolve a concepção simbólica, acrescentando os contextos estruturais. Também envolveram as unidades conceituais do sistema, visto que a linguagem, que compôs uma faceta no sistema criado, e os próprios conceitos, são signos estruturantes e padronizados para favorecer a comunicação entre os indivíduos de qualquer cultura.

Como Braudel (2004) afirma que uma civilização são “espaços”, a concepção antropológica denominada por Laraia (2002) determinismo geográfico, se insere nos elementos peculiares que compõem a cultura amazônica. O ambiente na cultura amazônica, conforme já comentado por Loureiro, J. (2001), é um elemento de identidade cultural da região, posto que a vida, o trabalho, a subsistência, seus devaneios, as mitologias e até o tempo são decorrentes da natureza que cerca seus moradores, como os rios e a floresta, especialmente os do meio rural.

A concepção determinismo geográfico se relaciona: tanto na forma indireta, como a mitologia, faceta criada dentro da categoria Personalidade, o tempo relativo à natureza, faceta criada na categoria Tempo e os elementos da fauna e flora, facetas criadas dentro da categoria Matéria; como na forma direta, como o próprio espaço e todos os elementos no interior da categoria Espaço.

A união das acepções de Nunes (2004) forma o conjunto cultural da Amazônia. As acepções individuais dos habitantes, seus conhecimentos empíricos sobre a natureza, as atividades de trabalho do cotidiano compõem o universo da cultura amazônica. Na acepção social, a herança cultural transmitida de geração para geração, como os mitos, as linguagens, as formas de ver e sentir a natureza e o mundo que cerca os seus habitantes. Todas essas acepções são oriundas da acepção histórica, aliadas aos momentos históricos em que a

Amazônia perpassou, formam uma fisionomia particular, intelectual, artística e moral da cultura amazônica. Todos esses elementos formam a sociedade amazônica. Como comenta Braudel (2004), uma civilização é múltipla e una.

A cultura popular e a cultura erudita analisadas por Loureiro, J. (2001) também ajudou na elaboração da estrutura de classificação. A cultura popular teve grande ênfase no sistema, pois é oriunda do meio rural amazônico. No entanto, também existe no espaço urbano amazônico, uma vez que é levada pelos habitantes rurais que vão morar nas cidades.

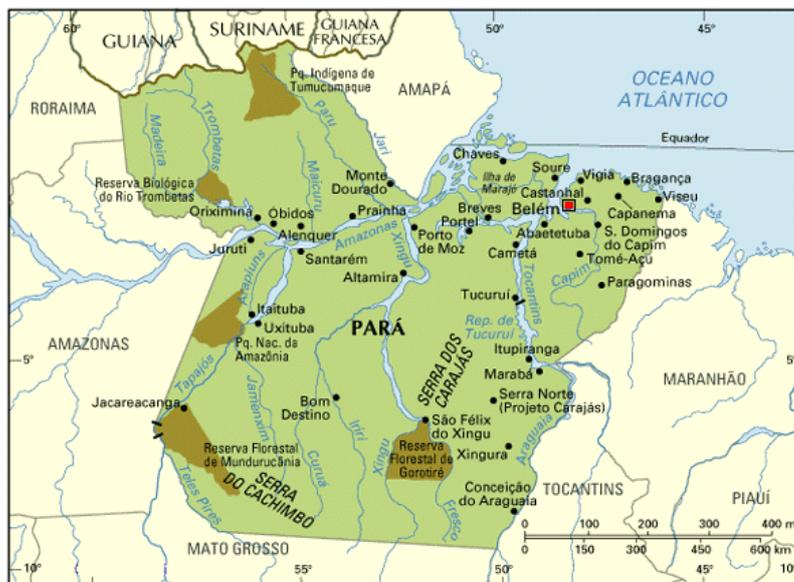
A cultura erudita é tradicionalmente mais uma realidade do espaço urbano e das classes de maior *status* social e, muitas vezes, não estão ligadas as raízes culturais amazônicas. Porém, como cultura é um todo complexo e a cultura erudita compõe a cultura amazônica, mesmo sendo uma tradição oriunda do mundo ocidental a partir dos momentos históricos em que os contatos com os europeus foram mais fortes, essa faceta cultural agrega-se ao conjunto de elementos que compõe a cultura em questão.

Após serem discutidas as concepções acerca do conceito cultura, será apresentado outro viés para salientar a complexidade do domínio. Foi realizada a análise das origens etimológicas onde se evidenciou a diversidade cultural e a influência das civilizações estrangeiras na região.

5.1.2 Etimologia da linguagem regional

Foi elaborado um quadro das etimologias dos termos culturais amazônicos, mostrando a influência de outras línguas na linguagem amazônica paraense. Considerou-se os vocabulários terminológicos culturais da Amazônia Paraense coletados nas narrativas orais populares das cidades paraenses Castanhal, Bragança e do arquipélago do Marajó de Oliveira (2005a, 2005b, 2010). O volume um do livro de Oliveira (2001), das cidades paraenses Abaetetuba, Belém e Santarém não fez parte do escopo da pesquisa porque não apresentou as informações etimológicas no seu repertório de termos.

Para melhor visualização da localização geográfica das cidades citadas acima, apresentaremos abaixo o mapa do estado do Pará.



MAPA 1: Mapa do Estado do Pará.

Fonte: <http://www.guianet.com.br/pa/mapapa.htm>

Será apresentada a história de cada cidade, assim como suas características, pontuando alguma relação com os resultados das origens etimológicas. Depois serão mostrados os quadros com suas respectivas regiões e etimologias.

a) Cidade de Bragança

Os historiadores relatam que as origens históricas da cidade paraense Bragança remetem aos franceses, liderada por Daniel de La Touche, em 8 de junho de 1613, os primeiros europeus a conhecer a região do Caeté. Nessa época a região era povoada por índios tupinambás. Bragança está localizada a 210 quilômetros de Belém, à margem do rio Caeté e sua população em 2010 contabilizou 113.863 habitantes.

Em 1622, o território de Bragança pertencia à Capitania de Gurupi. A área foi doada por Filipe III, da Espanha, à Gaspar de Souza, governador-geral do Brasil. Onze anos depois, Francisco Coelho de Carvalho deu a capitania a seu filho, Feliciano. Reclamando a posse das terras junto à corte de Madri, Álvaro de Souza, filho de Gaspar, ganhou a capitania de volta.

Em 1634 foi fundado um povoado nas margens do Rio Caeté por Álvaro de Souza e transferido para a outra margem do rio devido às dificuldades encontradas com a comunicação do povoado com Belém. Em 1763, transformou-se em freguesia sob o nome de

Nossa Senhora do Rosário.

Com população maciçamente indígena, a freguesia ganhou impulso quando o Governador da Província do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado elevou a categoria de vila, com o nome de Nossa Senhora do Rosário de Bragança. Trinta casais açorianos vieram para a vila, que graças à sua posição geográfica privilegiada, entre Belém e São Luís, ganhou importância política e econômica. E só em 1854, através da resolução nº 252, de 02 de outubro, a vila tornou-se cidade, por determinação do Presidente da Província, tenente-coronel Sebastião do Rego Barros, com o nome de Bragança. Após dois anos teve seu território desmembrado para a criação do município de Viseu.

Quase tudo em Bragança relembra a colonização portuguesa. Esse processo foi precedido pelas missões jesuíticas e de várias outras congregações religiosas, organizando “duas Braganças”: a dos índios na Aldeia e a dos brancos, que hoje é o centro da cidade.

Um fato histórico que marcou o município, por ter dado impulso a economia paraense, e que também contribuiu para a colonização da região, foi a construção da estrada de ferro que ligava Belém a Bragança, em 1883, sob governo de Visconde de Maracaju. Mas só foi inaugurada em 3 de maio de 1908. Entretanto, no governo federal de Castelo Branco a estrada de ferro de Bragança foi extinta sob alegação de déficit.

Outro traço importante da cidade é o braço negro no trabalho escravo, iniciado na segunda metade do século XVIII, que ajudou os colonos açorianos a desbravarem o chão com a agricultura. O sangue negro, a matiz de sua pele, sua sensualidade e religiosidade são marcas indeléveis de sua contribuição na formação do povo bragantino. Isso se deve também pela posição que Bragança ocupa entre o Maranhão e o Pará.

Uma tradição cultural muito popular em Bragança é a marujada. Expressa a memória local e ocorre durante a festa de São Benedito. Toda a cultura exposta na história de Bragança se manifesta de forma mais completa na celebração da Festividade do Glorioso São Benedito, com a Marujada, fundada a 03 de setembro de 1798, maior contribuição de fé e cultura, de história e folclore do povo, em honra ao Santo Preto, iniciada pelos antigos escravos da vila, em 1798, cujas datas principais são os dias que compreendem o período de 18 a 26 de dezembro, quando acontece a festa e a procissão solene. (OLIVEIRA, 2005b)

Em relação à análise das origens etimológicas das palavras bragantinas, o total de termos coletados em Oliveira (2005b) foi de 261, no entanto, só contabilizamos para o interesse desta pesquisa 216 termos, conforme pode ser visto no quadro um acima. Do total de

261, em 18 termos as etimologias não foram comentadas. Segundo a autora, ou porque as fontes consultadas para definição dos termos não apresentaram as etimologias das palavras, ou porque eram expressões populares, ou ainda, porque eram termos não dicionarizados, difícil de localizar sua origem etimológica. Quinze termos apresentaram origem terminológica controversa, um de origem etimológica duvidosa e dez de origem etimológica obscura.

Desse modo, os termos que não apresentaram informações sobre suas origens etimológicas não constituem valor para a pesquisa, uma vez que pretendemos mostrar a diversidade cultural na região amazônica paraense a partir das etimologias dos termos culturais amazônicos. Por esse motivo, foi apresentado o quadro apenas com as palavras que continham informações etimológicas. Há também o caso da abreviatura *snc.*, que não consta de explicações da palavra por extenso na lista de abreviaturas do vocabulário de Oliveira (2005b), portanto, não conseguimos obter informações a respeito da língua.

A seguir a tabela que indica a origem etimológica dos termos encontrados na região, apresentada com as línguas na ordem quantitativa.

TABELA 1: Das etimologias dos termos da cidade de Bragança-PA

CIDADE: BRAGANÇA-PA

| Origem etimológica | Termos | Percentual (%) |
|----------------------------|---------------|-----------------------|
| <i>Latim</i> | 136 | 62,9 |
| <i>Tupi</i> | 20 | 9,2 |
| <i>Espanhol</i> | 17 | 7,8 |
| <i>Francês</i> | 15 | 6,9 |
| <i>Origem Onomatopaica</i> | 5 | 2,3 |
| <i>Gótico</i> | 5 | 1,9 |
| <i>Grego</i> | 4 | 1,5 |
| <i>Árabe</i> | 3 | 1,3 |
| <i>Germânica</i> | 2 | 0,9 |
| <i>Italiano</i> | 2 | 0,9 |
| <i>Quimbundo</i> | 2 | 0,9 |
| <i>Castelhano</i> | 1 | 0,4 |
| <i>Inglês</i> | 1 | 0,4 |
| <i>Malaio</i> | 1 | 0,4 |

| | | |
|-------------------------|-----|-----|
| <i>Quicongo</i> | 1 | 0,4 |
| <i>Snc</i> ⁵ | 1 | 0,4 |
| TOTAL | 216 | 100 |

Fonte: Autor

Podemos observar na Tabela 1 a predominância etimológica de origem latim (quase 63%), com representatividade também nos termos de origens espanhol, francês e tupi. E uma diversidade muito grande de etimologias não originárias da Amazônia Paraense. A única representante da língua nativa é o tupi, falada antes do “Descobrimento do Brasil”. O tupi teve um valor expressivo, embora saibamos que existem, e existiram outras tantas, hoje já extintas, línguas indígenas elaboradas pelos índios brasileiros antes da chegada do europeu.

As origens históricas da cidade de Bragança revelam-se nos resultados etimológicos representado na tabela acima. A grande expressividade das palavras de origem latina se deve ao português, cuja origem remonta ao latim. O francês e o espanhol revelam-se na origem histórica do município e nas missões jesuítas. O aparecimento das palavras de origens africanas, embora de pouca expressividade, deve-se a proximidade com o estado do Maranhão e com a mão-de-obra negra nos tempos de escravidão, iniciada na segunda metade do século XVIII.

b) Cidade de Castanhal

A cidade de Castanhal localiza-se a 68 quilômetros de Belém. Está entre as cinco cidades principais do estado paraense e figura-se como uma espécie de metrópole da região Nordeste do Pará. A “cidade modelo”, como é conhecida, tem privilegiada posição geográfica no mapa do Pará, sendo cortada pela rodovia federal BR-316 – a principal via de ligação entre a capital paraense e as regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, item indispensável para o escoamento da produção.

Atribuem-se aos índios tupinambás a origem da cidade. O povoamento regular começou a partir do caldeamento racial entre brancos, pardos e nativos. A povoação começou com a repercussão do ciclo da Borracha, inicialmente por estrangeiros. Mas foi com a chegada da Estrada de Ferro de Bragança que começa o primeiro período de

⁵ Sigla não identificada na lista de abreviatura do vocabulário em Oliveira (2005b)

desenvolvimento, com os colonizadores cearenses, especializados no cultivo da terra, contratados pelo Governo Provincial. Na construção da estrada os nordestinos com sua mão-de-obra foram decisivos para a remodelagem da cidade.

Em 28 de janeiro de 1932 foi criado o Município de Castanhal, assinado pelo interventor federal do Pará Magalhães Barata. Depois, com a abertura de rodovias, especialmente a Belém-Brasília, iniciou a última fase de colonização com elementos populacionais de outras localidades do Nordeste, do Centro-Oeste e do Sudeste.

Em 1902, o então Governador Dr. Augusto Montenegro, certamente visando controlar melhor a produção da região, achou que o melhor meio seria centralizar tudo e para isso, dividiu a área pertencente a Castanhal, em sete colônias: “José de Alencar”, que corresponde hoje ao centro da cidade, Anita Garibaldi, Ianetama, Iracema, Inhangapi, Antonio Baena e Marapanim.

Mas, isso ainda não satisfazia o desejo do então governo. Precisaria de mais mão-de-obra a fim de elevar a produção. Com esse objetivo, em 1903, foi firmado um acordo com o governo da Espanha que permitiu a vinda de famílias espanholas para dar melhor desenvolvimento à agricultura local. Essas famílias receberiam em troca toda a assistência técnica e material. Tal iniciativa, não surtiu efeito, pois os espanhóis não se adaptaram as condições climáticas da região e com isso, voltaram ao seu país.

Essas tentativas não tiveram êxito. Antes, se teve o exemplo dos americanos que também não se adaptaram ao clima e de outros povos que não tiveram sorte em suas aventuras no então núcleo. Castanhal continuava dando a prova de que teria condições de progredir com o esforço de sua própria gente. Para a cidade foi importante a migração dos nordestinos, os autênticos responsáveis pelo que hoje Castanhal representa. Mesmo abatidos pelo sofrimento de uma terrível seca, se sujeitaram às condições impostas, quando nessa promissora terra chegaram, confirmaram o título de verdadeiros heróis.

Nos últimos dois anos, o município teve um grande salto na melhoria da qualidade de vida da população. São investimentos maciços nas áreas de educação, saúde, saneamento, agricultura, esportes, urbanização e principalmente na geração de emprego e renda com a implantação do Pólo Industrial de Castanhal que, em breve, será um dos maiores da região Norte do País.

Após ter conhecido um pouco sobre a cidade de Castanhal, seguem os números e análises etimológicas dos seus termos culturais. Os termos coletados de Oliveira (2005a)

somaram 478. As palavras que não foram comentadas as etimologias nas fontes consultadas para definição pela autora contabilizaram 71, além de 41 termos de origem controversa, 7 de origem duvidosa e 12 de origem obscura. Pelos mesmos motivos expostos acima em relação aos termos de Bragança, foram contabilizados apenas os termos que tinham informações sobre as origens etimológicas, totalizando apenas 347.

A seguir a tabela que indica a origem etimológica dos termos encontrados na região de Castanhal, apresentada com as línguas na ordem quantitativa.

TABELA 2: Das etimologias dos termos da cidade de Castanhal-PA

CIDADE: CASTANHAL-PA

| Origem etimológica | Termos | Percentual (%) |
|----------------------------|---------------|-----------------------|
| <i>Latim</i> | 207 | 59,6 |
| <i>Tupi</i> | 56 | 16,1 |
| <i>Espanhol</i> | 22 | 6,3 |
| <i>Francês</i> | 18 | 5,1 |
| <i>Grego</i> | 7 | 2,0 |
| <i>Origem Onomatopaica</i> | 7 | 2,0 |
| <i>Italiano</i> | 6 | 1,7 |
| <i>Gótico</i> | 4 | 1,1 |
| <i>Árabe</i> | 3 | 0,8 |
| <i>Catalão</i> | 3 | 0,8 |
| <i>Germânica</i> | 3 | 0,8 |
| <i>Malaio</i> | 2 | 0,5 |
| <i>Quimbundo</i> | 2 | 0,5 |
| <i>Tâmul/malaiala</i> | 2 | 0,5 |
| <i>Castelhano</i> | 1 | 0,2 |
| <i>Chinês</i> | 1 | 0,2 |
| <i>Iorubá</i> | 1 | 0,2 |
| <i>Quicongo</i> | 1 | 0,2 |
| <i>Tupi-guarani</i> | 1 | 0,2 |
| TOTAL | 347 | 100 |

Fonte: Autor

Observam-se novamente valores mais expressivos nas palavras de origem etimológica latim, tupi, espanhol e francês. Há uma predominância de quase 60% do conjunto total de termos de origem etimológica latim. Nos termos coletados da cidade de Castanhal também houve uma variedade etimológica bastante significativa e um valor mais acentuado na origem tupi (aproximadamente 16%) em relação aos termos do vocabulário de Bragança. Nos termos de Castanhal ocorreram etimologias que não tinham aparecidos em Bragança e nem em Marajó (abaixo), tal como: chinês, tâmul/malaiala e tupi-guarani.

O predomínio do latim se deve ao português e o tupi a língua nativa dos indígenas antes da chegada do europeu nas terras brasileiras. O aparecimento das etimologias européias, principalmente dos espanhóis, se deve a abertura do governo de Castanhal aos imigrantes estrangeiros para o estímulo da produção da cidade. Assim como as etimologias africanas devem-se, provavelmente, a influência dos nordestinos que formaram grande mão-de-obra na região.

c) Arquipélago do Marajó

Em relação ao Marajó, a terceira região que foram analisadas as etimologias das palavras amazônicas, é o maior arquipélago flúvio-marítimo da terra. Com quase 50 mil quilômetros quadrados que se estendem desde a foz do rio Amazonas entre a Linha do Equador e o Paralelo 1,55°S de Latitude. É um dos mais importantes cenários ecológicos do país.

O arquipélago tem a extensão geopolítica rateada entre 16 municípios da jurisdição estatal do Pará: Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Bagre, Chaves, Currálinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure. São cerca de 2 mil e 500 ilhas e ilhotas periféricas espalhadas por todos os meandros insulares e flancos de contorno da Ilha de Marajó, pertencentes a jurisdições geopolíticas de diversos municípios marajoaras, sendo 46 ilhas de tamanhos grandes e médios.

O Marajó possui o maior rebanho de búfalos do país. Os búfalos foram trazidos da Itália desde 1870, do Vale do Pó até as costas do Marajó. Pouco a pouco foram sendo domesticados para serviços citadinos.

Há também caminhos abertos pelos povos extintos, que também deixaram seus traços nas cerâmicas com desenhos que inspiram artistas até os dias de hoje. Há cerca de três mil anos, uma tribo de cultura avançada - os índios conhecidos como marajoaras - começou a povoar a ilha e deixou o legado artístico e cultural. Segundo Oliveira (2010), a cultura marajoara possui uma herança cultural e histórica deixada pelos indígenas, escravos e colonizadores. Assim, o folclore marajoara é uma mistura de lendas indígenas com superstições de origem africana.

Comentaremos brevemente sobre os cinco municípios da região trabalhados no estudo de Oliveira (2010). O nome do município de Breves se refere a uma família de origem portuguesa, radicada na localidade, na primeira metade do século XVIII. Localiza-se ao sudoeste da ilha do Marajó, estando a uma altitude de 40 metros. Em 2008 sua população era de 99.223 habitantes. Os primeiros habitantes da região foram os índios da tribo Bocas. Em 19 de Novembro de 1738, o capitão geral do Pará, João de Abreu Castelo Branco, concedeu aos irmãos portugueses Manuel Fernandes Breves e Ângelo Fernandes Breves uma sesmaria, localizada às proximidades do rio Parauhaú. Com a instalação de um engenho, o lugar passou a ser chamado de “Engenho dos Breves”, em homenagem aos seus fundadores. Em 25 de Outubro de 1851 foi criado o município de Breves. Atualmente, o município de Breves é constituído pela sede e distritos de Antônio Lemos, Curumu e São Miguel dos Macacos.

A origem histórica do município de Cachoeira do Arari mostra que sua colonização foi iniciada pelos jesuítas, a partir de 1700, em um trabalho de fundar fazendas de gado e catequizar povos indígenas. Originou-se da freguesia da Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira do rio Arari, em 1747. O Município abriga o Museu do Marajó, fundado em 1972 pelo padre italiano naturalizado brasileiro, Giovanni Gallo. Na cidade também viveu o escritor Dalcídio Jurandir a qual a homenageou com o livro *Chove nos Campos de Cachoeira*, premiado pela Academia Brasileira de Letras.

A origem histórica de Melgaço está ligada a Companhia de Jesus na Amazônia, com a fundação da aldeia de Varycuru, também chamada de Guarycuru ou Arycuru, pelo padre Antônio Vieira, conjuntamente com os índios nheengaíbas. Após a expulsão dos padres jesuítas do domínio português, em 1758, a então aldeia foi elevada a categoria de vila com o nome de Melgaço, em homenagem aos imigrantes portugueses que ocupavam a região, provenientes de Barão de Melgaço, em Portugal. Com a nova divisão da província do Pará,

em 1833, a vila de Melgaço foi extinta, sendo restaurada somente em 1856. Mais tarde, em 1938, aparece como distrito de Portel.

O município de Muaná tem suas origens em tempos coloniais e foi elevado a categoria de freguesia, em 1757, sob a invocação de São Francisco de Paula. O município foi criado em 2 de dezembro de 1833 e em 1895 foi elevado a categoria de cidade. Sua população em 2006 foi estimada pelo IBGE em 27.758. Muaná é uma das únicas cidades do Marajó que tiveram o nome original preservado, após a mudança exigida pelo governador para as 'freguesias' do Marajó, por volta de 1750. Também foi a primeiro município do então Grão-Pará a aderir à independência do Brasil, em 28 de maio de 1823.

Muaná era a tribo da região, remanescente da nação nheengáíba, que dominou o Marajó antes da chegada dos colonizadores. As origens históricas do município de Soure estão ligadas à aldeia maruanazes, povo indígena, da tribo dos aruans, o qual recebeu catequese dos capuchos de Santo Antônio, em tempos coloniais. Em 1757 transformou-se vila e em 1890 foi elevado a categoria de cidade.

O carimbó, dança de origem afro-brasileira, é prestigiado em toda a ilha, como dança folclórica que retrata a cultura e as lendas da região. O carimbo surgiu na cidade de Soure, capital do Marajó. O lundum também é outra dança muito apreciada no Marajó e em muitas localidades do estado do Pará. Dança de origem africana apresenta-se com uma força sensual, em coreografia e ritmos próprios.

Após termos conhecido um pouco sobre o arquipélago do Marajó, serão analisados e mostrados os resultados acerca das etimologias das palavras amazônicas paraenses coletadas nas narrativas dessa região.

Os termos coletados de Oliveira (2010) referentes ao Marajó somaram um total de 370, sendo que, dentre eles, 72 não foram comentados a respeito das suas etimologias, 16 apareceram com origem controversa, 2 com origem duvidosa e 8 com origem obscura. Pelas mesmas razões que nos casos de Bragança e Castanhal, esses termos que não apresentaram as etimologias não foram contabilizados. Reduzindo a soma, portanto, para apenas 272 termos.

A seguir a tabela que indica a origem etimológica dos termos encontrados na região, apresentada com as línguas na ordem quantitativa.

TABELA 3: Das etimologias dos termos de cinco municípios do arquipélago do Marajó-PA

CIDADE: MARAJÓ-PA

| Origem etimológica | Termos | Percentual (%) |
|--------------------------------|---------------|-----------------------|
| <i>Latim</i> | 174 | 63,9 |
| <i>Tupi</i> | 35 | 12,8 |
| <i>Francês</i> | 13 | 4,7 |
| <i>Espanhol</i> | 11 | 4,0 |
| <i>Árabe</i> | 6 | 2,2 |
| <i>Gótico</i> | 6 | 2,2 |
| <i>Grego</i> | 5 | 1,8 |
| <i>Italiano</i> | 4 | 1,4 |
| <i>Origem Onomatopaica</i> | 4 | 1,4 |
| <i>Provinciano⁶</i> | 3 | 1,1 |
| <i>Quimbundo</i> | 3 | 1,1 |
| <i>Celta</i> | 2 | 0,7 |
| <i>Malaio</i> | 2 | 0,7 |
| <i>Portuguesa</i> | 2 | 0,7 |
| <i>Africano</i> | 1 | 0,3 |
| <i>Castelhano</i> | 1 | 0,3 |
| TOTAL | 272 | 100 |

Fonte: Autor

Assim como nos termos coletados dos vocabulários das duas cidades acima, os valores mais significativos são representados pelo latim, tupi, francês e espanhol, respectivamente. Tal como Bragança e Castanhal, em Marajó evidenciou-se uma diversidade cultural considerável e se revelaram quatro línguas de origem etimológicas que não haviam aparecidos anteriormente, são elas: africano, celta, português e provinciano. Quanto ao provinciano, não conseguimos encontrar informações a respeito de suas origens em nenhuma fonte que consultamos, se é oriundo do continente europeu, africano, asiática ou outro.

Pelas mesmas razões das análises acima, o predomínio do latim se deve a colonização portuguesa, evidenciada nas origens históricas da região, seguida do tupi, em função da língua indígena instituída pelos portugueses como língua oficial brasileira. O aparecimento do

⁶ Não encontrado nenhuma informação sobre a língua

francês deve-se, provavelmente, ao reflexo gerado pelo ciclo da Borracha, onde a presença francesa se fez muito presente em Belém, repercutindo para muitos estados paraenses. O espanhol deve-se aos períodos coloniais. O italiano esteve também presente nos períodos coloniais e foram os responsáveis por trazerem o búfalo para a economia de Marajó, uma das mais importantes da região. O africano aparece como portador de grande influência para a região, principalmente do ponto de vista religioso e cultural, conforme citado acima.

A seguir serão apresentadas as etimologias analisadas na pesquisa, ou seja, as cidades de Bragança e Castanhal e o arquipélago do Marajó. Esta compilação das etimologias das regiões estudadas objetiva facilitar a visualização das estatísticas gerais e evidenciar a representatividade do objeto de análise no âmbito da linguagem amazônica.

5.1.2.1 Compilação das etimologias

É importante destacar que houve um sincronismo na proporção e predominância das etimologias em todas as regiões analisadas. O Latim sempre predominando, seguido do Tupi e depois do Espanhol e do Francês. Por vezes, uma relativa representatividade do Árabe, do Gótico e do Italiano. O Africano aparece em todas as regiões, mas sempre com expressividade reduzida o que, pelo menos teoricamente, esperava-se uma proporção maior, haja vista sua influência na religião, na dança, na cultura e nos costumes amazônicos. Talvez pelo limitado poder político do povo africano, que migra forçosamente na condição de escravo no Brasil, não foram incorporados na língua nativa de forma mais acentuadamente.

Mais adiante é apresentado o gráfico mostrando as etimologias na representação por continente. Após uma breve definição de cada etimologia e de sua origem tornou-se possível essa divisão continental. Uma visualização mais abrangente, mas que revela aspectos importantes das influências das línguas através de uma variedade de civilizações no linguajar amazônico paraense.

Abaixo segue a tabela da compilação das etimologias das cidades de Bragança e Castanhal e do arquipélago do Marajó.

TABELA 4: Total de termos das origens etimológicas das cidades de Bragança e Castanhal e de cinco municípios do arquipélago do Marajó

| CIDADES: BRAGANÇA, CASTANHAL E MARAJÓ | | |
|--|---------------|-----------------------|
| Origem etimológica | Termos | Percentual (%) |
| <i>Latim</i> | 517 | 62,2 |
| <i>Tupi</i> | 111 | 13,3 |
| <i>Espanhol</i> | 50 | 6,0 |
| <i>Francês</i> | 46 | 5,5 |
| <i>Grego</i> | 16 | 1,9 |
| <i>Origem Onomatopaica</i> | 16 | 1,9 |
| <i>Gótico</i> | 15 | 1,8 |
| <i>Árabe</i> | 12 | 1,4 |
| <i>Italiano</i> | 12 | 1,4 |
| <i>Quimbundo</i> | 7 | 0,8 |
| <i>Germânica</i> | 5 | 0,6 |
| <i>Malaio</i> | 5 | 0,6 |
| <i>Castelhano</i> | 3 | 0,3 |
| <i>Catalão</i> | 3 | 0,3 |
| <i>Celta</i> | 2 | 0,2 |
| <i>Portuguesa</i> | 2 | 0,2 |
| <i>Quicongo</i> | 2 | 0,2 |
| <i>Tâmul/Malaiala</i> | 2 | 0,2 |
| <i>Africano</i> | 1 | 0,1 |
| <i>Chinês</i> | 1 | 0,1 |
| <i>Inglês</i> | 1 | 0,1 |
| <i>Ioruba</i> | 1 | 0,1 |
| <i>Tupi-guarani</i> | 1 | 0,1 |
| TOTAL | 831 | 100 |

Fonte: Autor

Analisando todos os termos observados quanto às origens etimológicas percebe-se uma diversidade muito grande de línguas de origens estrangeiras na região. Aparentemente esse fato não deveria ocorrer de forma tão acentuada, dado que as cidades analisadas são localizadas no interior paraense. O contato, pela dificuldade de acesso, com outras culturas não se deu de uma forma muito intensa, tendo ocorrido, provavelmente, no período colonial, com exceção de Castanhal, que configura-se uma cidade de maior porte. Tal diversidade

lingüística implica e ratifica a complexidade do domínio “cultura amazônica”, sobretudo quanto ao aspecto da seleção e levantamento conceitual.

Antes de analisar cada língua e sua influência pormenorizadamente serão expostas as definições das origens etimológicas que apareceram nos étimos acima. O dicionário digital Caldas Aulete (2006) foi tomado como base de análise.

Das etimologias que apareceram nos termos culturais amazônicos paraenses, 672 termos (82%) tem origem na Europa, tais como:

Castelhano: língua romana do grupo Ibero românico que se originou no norte da Espanha e gradualmente se espalhou pelo Reino de Castela. Dialeto que deu origem ao espanhol moderno. O idioma foi levado especialmente para as Américas, África e Ásia-Pacífico com a expansão do Império Espanhol entre os séculos XV e XIX;

Catalão: língua falada na Catalunha (comunidade autônoma da Espanha);

Celta: ramo de línguas indo-européias faladas pelos celtas, que se espalhou pela maior parte do oeste da Europa a partir do segundo milênio a.C. Muitas de suas línguas foram extintas e as remanescentes são faladas na Bretanha, Escócia, País de Gales, Irlanda ocidental e na ilha de Man.

Espanhol: língua indo-européia, do grupo das línguas românicas, falada especialmente na Espanha e América Latina. Também chamada de castelhano, especialmente nos países latino-americanos, por ser continuação histórica do dialeto de Castela;

Francês: língua falada na França, Bélgica, Mônaco, Luxemburgo, em parte da Suíça e do Canadá, bem como em certos países da América Central, África e Ásia;

Germânica: ramo lingüístico da família indo-européia que inclui as línguas escandinavas, o alemão, o inglês, o holandês etc.;

Gótico: língua falada pelos antigos godos, povo da Germânia, tidos no ocidente como bárbaros que, a partir do século III se espalharia pela Europa;

Grego: língua falada na Grécia e em parte do Chipre;

Inglês: língua germânica falada na Inglaterra, Estados Unidos e outros países;

Italiano: língua falada na Itália;

Latim: língua indo-européia, falada pelos habitantes do Lácio, região do entorno de Roma e, depois, em todo o Império Romano, do século VII a.C. ao V da era cristã. Foi amplamente difundida especialmente na Europa como língua oficial da República Romana. Até hoje, é a língua oficial da Cidade do Vaticano e do Rito Romano, da Igreja Católica. Através da Igreja, tornou-se a língua dos acadêmicos e filósofos europeus medievais. O latim integra as línguas itálicas e seu alfabeto baseia-se no alfabeto itálico antigo, derivado do alfabeto grego.

O latim vulgar, um dialeto do latim, é o ancestral das línguas neolatinas (italiano, francês, espanhol, português, romeno, catalão, romanche e outros idiomas e dialetos regionais da área); muitas palavras adaptadas do latim foram adotadas por outras línguas modernas, como o inglês. O fato de haver sido a *lingua franca* do mundo ocidental por mais de mil anos é prova de sua influência.

Português: é uma língua românica que se originou no que é hoje a Galiza e o norte de Portugal. Derivada do latim vulgar foi introduzida no oeste da península Ibérica há cerca de dois mil anos, e tem um substrato Céltico/Lusitano resultante da língua nativa dos povos pré-romanos que habitavam a parte ocidental da península Ibérica (Galaicos, Lusitanos, Célticos e Cónios). O idioma se espalhou pelo mundo nos séculos XV e XVI quando Portugal estabeleceu um império colonial e comercial (1415-1999) que se estendeu do Brasil, na América, a Goa, na Ásia (Índia, Macau na China e Timor-Leste). Foi utilizada como língua franca exclusiva na ilha do Sri Lanka por quase 350 anos. Durante esse tempo, muitas línguas crioulas baseadas no português também apareceram em todo o mundo, especialmente na África, na Ásia e no Caribe.

Com mais de 240 milhões de falantes é a quinta língua mais falada no mundo, a mais falada no hemisfério sul, a terceira mais falada no mundo ocidental e é uma das línguas do

alfabeto latino. Além de Brasil e Portugal é oficial em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e, desde 13 de julho de 2007, na Guiné Equatorial, sendo também falado nos antigos territórios da Índia Portuguesa (Goa, Damão, Ilha de Angediva, Simbor, Gogolá, Diu e Dadrá e Nagar-Aveli) e em pequenas comunidades que faziam parte do Império Português na Ásia como Malaca, na Malásia e na África Oriental como Zanzibar, na Tanzânia.

Possui estatuto oficial na União Européia, no Mercosul, na União Africana, na Organização dos Estados Americanos, na União Latina, na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e na Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa (ACOLOP).

Deve-se considerar, porém, que a Língua Portuguesa de hoje compreende vários dialetos e subdialetos, falares e subfalares, muitas vezes bastante distintos, além de dois padrões reconhecidos internacionalmente (o português brasileiro e o português europeu). No momento atual, o português é a única língua do mundo ocidental falada por mais de cem milhões de pessoas com duas ortografias oficiais.

Do total de termos analisados nos vocabulários terminológicos da Amazônia Paraense, 11 termos (1%) são de origem etimológica do continente africano, são eles:

Africano: qualquer das línguas originárias do continente africano

Iorubá: é um idioma da família linguística nigero-congolesa. É falado no sul do Saara, na África, dentro de um contínuo cultural-linguístico por 22 milhões a 30 milhões de falantes. A língua iorubá vem sendo falada pelo povo iorubás há muitos séculos. Ao lado de outros idiomas é falado na parte oeste da África, principalmente na Nigéria, Benim, Togo e Serra Leoa. No continente americano, o iorubá também é falado sobretudo em ritos religiosos, como os ritos afro-brasileiros, onde é chamado de *nagô*, e os ritos afro-cubanos de Cuba (e em menor escala, em certas partes dos Estados Unidos entre pessoas de origem cubana), onde é conhecido também por *lucumí*.

Quicongo: também conhecida como kikongo, congo, kongo ou kikoongo. Grupo de línguas

bantas africanas que compreende o maiombe, o cabinda, o cacongo, o mussuco, o mussurongo, o muxicongo, o quicongo e o sosso. Falada pelos bacongos nas províncias de Cabinda, do Uíge e do Zaire, no norte de Angola; no Baixo-Congo, na República Democrática do Congo; e nas regiões limítrofes da República do Congo. O kikongo é uma língua nacional de Angola, tem diversos dialetos e era a língua falada no antigo Reino do Congo;

Quimbundo: também conhecida como kimbundo. Língua banta africana falada em Angola pelos ambundos. É uma das línguas nacionais angolanas e é falada no noroeste, incluindo a província de Luanda. O português tem muitos empréstimos lexicais desta língua obtidos durante a colonização do território e através dos escravos levados para o Brasil. É falada por cerca de 3 milhões de pessoas em Angola como primeira ou segunda língua, onde estão incluídos 41 000 falantes do dialeto ngola;

Quanto às etimologias de origem do continente asiático, contabilizaram um total de 20 termos (3%), nas seguintes línguas:

Árabe: é uma língua do ramo semita da família afro-asiática. As expressões árabe e árabe clássico referem-se, em geral, à “al-luġatu l-`arabīyatu l-fuṣḥā” (literalmente, a língua árabe pura) - que é, de acordo com os falantes do árabe, tanto a língua dos meios de comunicação modernos no Norte de África e Médio Oriente (desde Marrocos até ao Iraque), quanto a língua do Alcorão.

Chinês: conjunto de línguas (por vezes consideradas dialetos) faladas na China e em outras regiões do Sudeste asiático. Pertence a família de línguas que pertence ao ramo sino-tibetano. Aproximadamente a quinta parte do mundo tem o chinês como língua materna. A língua chinesa é a mais falada do planeta, embora não seja a mais difundida.

Malaio: é uma língua austronésia falada pelos malaios e por pessoas de outros grupos étnicos que habitam a península Malaia, o sul da Tailândia, as Filipinas, Cingapura, o centro-leste da ilha de Sumatra, as ilhas Riau e partes do litoral de Bornéu. É a língua oficial da Malásia,

do Brunei e de Cingapura.

Tâmul/malaiala: é uma língua dravídica falada no sul da Índia (oficial no estado de Tamil Nadu), Sri Lanka, Myanmar (ex-Birmânia), Malásia, Indonésia, Vietname, Singapura e ainda em zonas do sul e leste da África, pelo povo tâmil. Há que se distinguir dois dialetos diferentes (bramânico e não bramânico) e escreve-se em dois alfabetos diferentes (*grantha* e *vattelluttu*). As primeiras inscrições datam do século III a.C. e a sua literatura é a segunda mais antiga a seguir ao sânscrito.

Nos casos das palavras de etimologia originária dos povos indígenas brasileiros (América), tiveram uma representatividade nos termos analisados de 112 termos (14%), nas seguintes línguas:

Tupi: é uma língua indígena extinta, originária do povo tupinambá, que teve sua gramática estudada pelos jesuítas, e que deu origem a dois dialetos, hoje considerados línguas independentes: a língua geral paulista, e o nheengatu (língua geral amazônica). Esta última ainda é falada até hoje na Amazônia.

Tupi-guarani: é uma família lingüística pertencente ao tronco tupi, que congrega várias línguas indígenas da América do Sul, entre elas vinte línguas vivas no Brasil, e apresenta uma ampla distribuição geográfica pelo continente. Grande parte das tribos indígenas que habitavam o litoral brasileiro, quando chegaram os portugueses no Brasil, em 1500, falava línguas pertencentes à família tupi-guarani. O guarani é a língua tupi-guarani de maior importância atualmente, uma vez que é um dos idiomas oficiais do Paraguai, conjuntamente com o espanhol. Vários nomes tupis que encontramos na geografia brasileira, nas denominações dos animais, plantas etc., são quase sempre descrições das coisas a que se referem e envolvem uma explicação inteira. Cada palavra é uma verdadeira frase.

Abaixo segue o gráfico 1 das origens etimológicas dos termos culturais amazônicos

paraenses coletados a terminologia cultural dos habitantes dos municípios paraenses de Bragança, Castanhal e do arquipélago do Marajó. Observa-se a predominância das etimologias das línguas europeias e, em segundo lugar, as etimologias da América, em seguida Ásia e África, respectivamente. A influência europeia muito se deve em função da influência do latim, do espanhol e do francês, assim como no caso da América se deve, em boa parte, a etimologia tupi.

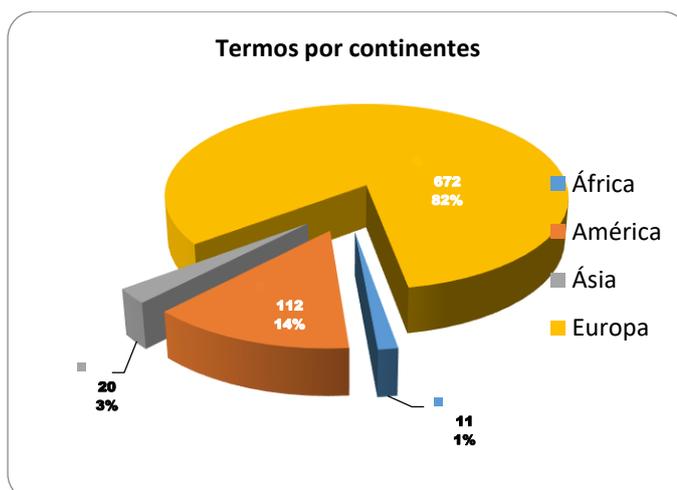


GRÁFICO 1: Etimologias amazônicas por continente. **Fonte:** Autor

As etimologias das palavras oriundas do continente europeu certamente se deram em função da colonização europeia em terras brasileiras desde a chegada do europeu no período das grandes navegações no século XVI.

Pode-se observar a ampla predominância do latim nas palavras que foram analisadas. A grande quantidade dessa etimologia no universo cultural amazônico paraense é fácil entender. Dois motivos supõem a influência do latim no Brasil e na Amazônia.

O primeiro é que o “Português”, chamada de língua neolatina, é uma variação e tem no latim sua língua ancestral. A partir da chegada dos portugueses nas terras brasileiras no século XVI, a língua dos dominadores torna-se muito influente, agregando-se com a língua indígena tupi. Dessa mistura de língua europeia e indígena, forma-se o “português do Brasil”, que tem em sua estrutura algumas diferenças em relação ao “português de Portugal”.

O segundo motivo que podemos pressupor é que com a missão dos padres jesuítas de catequizar os nativos indígenas o latim teve grande influência no território brasileiro. O latim foi a língua do Império Romano e é, ainda hoje, a língua oficial da Igreja Católica, que pode,

entre outras coisas, ter sido usado na leitura e ensino da Bíblia.

Para Gambini (2000), antes da chegada do europeu talvez existissem mais ou menos mil línguas indígenas e hoje só restaram 170. A grande influência do latim e a instituição do tupi como língua geral do Brasil fizeram com que muitas línguas nativas fossem extintas já que houve, nas palavras do autor acima citado, um terrível processo de destruição cultural e humana no Brasil. Suas palavras: “Por meio da catequese, a cruz de Cristo é uma espada cravada no peito indígena para matar sua alma.” (Ibidem, p.174). Muitas formas de pensar o mundo do nativo indígena estavam cravadas na sua mitologia, o inconsciente coletivo da sociedade indígena brasileira. Muitos mitos foram extintos ao longo do tempo com o desaparecimento do seu povo e de sua língua.

Não é estranho observar porque o tupi aparece no repertório de termos analisados como a única representante das línguas indígenas. Segundo Gambini (2000), os conquistadores europeus instituíram o tupi como língua geral, ainda que o Brasil estivesse mais de mil línguas.

Veríssimo (1970) comenta que o português de Portugal e o português brasileiro são diferentes em função da influência da língua indígena tupi-guarani. O português foi corrompido pela língua indígena. Muitos nomes da fauna, flora, certos utensílios foram adulterados pelos portugueses. Essa fusão de línguas teve reflexos tanto para a linguagem de Portugal quanto para a brasileira, principalmente no português do Brasil. A reciprocidade de influências culturais entre civilizações pode ser reiterada nas teorias de Braudel (2004).

Mesmo com a troca mútua que ocorreu entre as línguas podemos observar pelo quadro acima a dominação do conquistador diante do conquistado através da sobreposição das outras línguas em relação ao tupi, especialmente o latim trazido pelos europeus e jesuítas missionários. Fica claro nos resultados que os termos de origem etimológica tupi (13,3%) tiveram pequena herança no linguajar amazônico paraense atual, sem contar as outras quase mil línguas indígenas que existiam. O restante compõe origens etimológicas dos continentes africanos, europeu e asiático.

A ocorrência de 46 (5,5%) termos de origem etimológica francesa, provavelmente, se deve ao momento histórico na cidade de Belém conhecido como *Belle-Époque*, que ocorreu na segunda metade do século XIX, em decorrência do chamado Ciclo da Borracha. A capital paraense assumiu o papel de principal porto de escoamento da produção gomífera. A produção da borracha se intensificou a partir da invenção do pneumático, do desenvolvimento

dos transportes e do navio a vapor.

A aproximação entre Belém e França nessa época foi evidente, tanto do ponto de vista econômico quanto, principalmente, do ponto de vista moral, cultural, dos costumes e dos hábitos, que a cidade paraense ficou conhecida como “Francesinha da Amazônia”, “Veneza da Amazônia”, ou “Paris do Sol”. Era considerada na época uma das cidades mais próspera do mundo.

A influência da *Belle-Époque* se alastrou por todo o estado paraense e mudou os rumos da atividade econômica da cidade de Belém e da Amazônia. Houve uma intensiva influência de Paris, Londres e EUA na capital paraense, principalmente, das classes mais altas e abastadas. A influência da economia inglesa foi tanta ao ponto de ser instalada em Belém uma agência chamada *London Bank of South America* antes de qualquer outra agência bancária nacional.

Belém dependia financeira da Inglaterra por um lado, e por outro, tinha uma relação muito forte com os costumes e hábitos da cultura francesa. Para explicar melhor essa relação, Sarges (2002, p.159) comenta essa relação:

Belém, portanto, tornou-se sob certos aspectos, uma capital agitada, pretensamente mais européia do que brasileira, dominada por um francesismo, especialmente no aspecto intelectual, que ressaltava a ligação da cidade com as principais capitais européias, causada de um lado pela dependência financeira e comercial à Inglaterra, e por outro, por uma relação cultural intensa com a França. Esse processo de ligação cultural com a nação francesa, está presente a partir da criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, quando um dos seus membros – Januário da Cunha Barbosa – enfatizava ao Institut Historique de Paris a influência que a instituição parisiense poderia exercer sobre a brasileira.

A ocorrência dos termos de origem francesa, inglesa e americana provavelmente deve-se as questões levantadas acima. Provavelmente, se entrasse no *corpus* de análise da pesquisa o primeiro volume da série de Oliveira (2001), onde constam os termos da cidade de Belém, a etimologia francesa ainda seria bem mais representativa.

A influência das etimologias de origem africana (Africano, Quicongo, Quimundo e Iorubá), apresentou um total de 11 termos (1%). Os termos e origem etimológica africana, embora nossa expectativa fosse maior, não se mostraram muito representativos em relação ao total de termos. É provável que a influência das línguas africanas tenha causado mais impacto

em outros pontos do Brasil, como no Rio de Janeiro, Maranhão e Bahia, pois os chamados navios negreiros transportavam escravos negros principalmente para as cidades de Rio de Janeiro, Salvador, Maranhão, Recife e Bahia.

No Brasil, de uma forma geral, a influência da língua africana deve-se a vinda de escravos trazidos forçadamente pelos europeus para suprir mão-de-obra. A maior parte dos escravos africanos provinha da Angola, Guiné, Benin, Nigéria e Moçambique. O início da migração ocorreu na segunda metade do século XVI até ser extinta em 1850. O tráfico negreiro foi uma atividade altamente lucrativa que pagavam-se impostos tanto para a Igreja Católica (dízimo) quanto para a Coroa Portuguesa.

Na região amazônica a cultura africana tem grande influência nas religiões, como é o caso da pejelança cabocla (xamanismo), composta por um conjunto de práticas de cura xamanística, com origem em crenças e costumes dos antigos índios Tupinambás, sincretizados pelo contato com o europeu e o negro (MAUÉS, 1999). Essas religiões receberam forte influência da mina maranhense e têm se desenvolvido na Amazônia pelo menos desde o século XVIII.

Na chamada época áurea amazônica com o Ciclo da Borracha (1870-1912), em função do crescimento exponencial da produção de borracha houve necessidade de mão-de-obra. A imigração interna aconteceu principalmente pelos nordestinos, que se tornou o principal fornecedor de força de trabalho para a economia gomífera, sobretudo, porque a partir de 1877 a seca dos sertões cearenses forçou a saída de milhares de nordestinos em busca de melhores condições de vida (SARGES, 2002).

Esse momento histórico apontado acima e os chamados grandes projetos (Grande Carajás, Trombetas, Albrás/Alunorte e outros), decorrência da Política de Integração Nacional (PIN) que ocorreu por volta do início da segunda metade do século XX favoreceram a migração dos nordestinos para a Amazônia. É provável que essas migrações tenham impulsionado a apropriação de alguns termos de origem africana nos termos amazônicos.

As línguas tâmul/malaia e o árabe são línguas faladas pelos asiáticos, assim como também pelos africanos. O que nos leva a pensar que certamente sua influência na Amazônia Paraense deve ter sido trazida pelos africanos escravos, tendo em vista que a cultura africana foi mais significativa do que a asiática na Amazônia.

Já o chinês e o malaio, palavras de origem etimológica asiática, nenhum dos autores estudados comentaram a respeito da influência asiática na cultura amazônica paraense. A

pouca influência dessa cultura confirma-se nos resultados, não constituindo grande representatividade. Somaram um total de 20 termos, representando 3% do total, considerando a classificação por continentes. Segundo historiadores, a imigração asiática para o Brasil de uma forma geral objetivou, principalmente, o trabalho na agricultura.

As palavras de origem onomatopéica somaram 16 termos (1,9%), mas não constituem grande valor para nossa pesquisa. Como pretendemos evidenciar a diversidade cultural a partir das etimologias das palavras, a onomatopéia não apresenta essa informação. Onomatopéia é uma figura de linguagem no qual se reproduz um som com um fonema ou palavra, é a imitação de um som, mas não tem uma origem etimológica relacionada a alguma língua.

O intuito de ter evidenciado as variadas concepções do conceito cultura e analisadas as etimologias dos termos culturais amazônicos paraense foi mostrar como em números e visões de estudiosos o domínio “cultura amazônica” revela-se complexo em todos os seus aspectos culturais. Como foi mostrado nos resultados acima o objetivo foi alcançado. A seguir será apresentada a estrutura de classificação elaborada, no nível básico dos conceitos, como um modelo norteador para sistematização do domínio.

5.2 CATEGORIZAÇÃO DO DOMÍNIO “CULTURA AMAZÔNICA”

Conforme mencionado na Metodologia, a categorização foi feita a partir das unidades conceituais dos termos culturais coletados por Oliveira (2005a, 2005b, 2010) para sistematizar o domínio “cultura amazônica” em sua estrutura básica. Foram utilizadas as categorias fundamentais de Ranganathan como recorte temático inicial, a saber: Personalidade (P), Matéria (M), Energia (E), Espaço (S – *space* em inglês) e Tempo (T). No interior da estrutura classificatória foram analisados os cânones de Ranganathan e os elementos sugeridos pela Teoria dos Níveis Integrativos.

Abaixo seguem as representações gráficas das categorias fundamentais no contexto do domínio de conhecimento “cultura amazônica”. Cada categoria foi apresentada separadamente.

a) CATEGORIA PERSONALIDADE

Como a Categoria Personalidade segundo Costa e Ramos (2008) é aquela que tem como característica distinguir o assunto ou o domínio de conhecimento em questão coube, portanto, englobar a Linguagem, a Mitologia e a Religião da população amazônica. Essas facetas, elementos fundamentais do domínio “cultura amazônica”, foram consideradas Personalidades porque constituem o cerne da identidade cultural amazônica, como comentado a seguir.

A Linguagem característica da região é um elemento importante que distingue a cultura amazônica das outras culturas. Para Laraia (2002), a comunicação é um processo cultural e a linguagem humana é um produto da cultura; não existiria cultura se o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação oral. Na cultura amazônica, inicialmente o predomínio foi da língua indígena e depois, por meio do contato com o europeu e o africano, se modificou formando o híbrido lingüístico, que compõem e demonstram a característica própria da região como elemento de formação da identidade amazônica.

A Mitologia é uma tradição antiga que revela as histórias de encantamento da região e que compõem o inconsciente coletivo amazônico. Os mitos são repassados de geração para geração, dos mais velhos para os mais novos, através da tradição oral pela linguagem. As histórias vão se alterando e modificando com o passar do tempo.

A Religião também é um elemento importante para o universo do domínio “cultura amazônica”. A forma de pensar do homem amazônico e a relação de ligação com a divindade, juntamente com seus elementos mitológicos, de encantarias e de certo devaneios (LOUREIRO, J, 2001) formam um aspecto imprescindível da identidade cultural amazônica.

O conjunto dessas três facetas e a relação forte do habitante da Amazônia Paraense com a natureza forma os pilares da identidade da região.

A seguir a representação gráfica da Categoria Personalidade

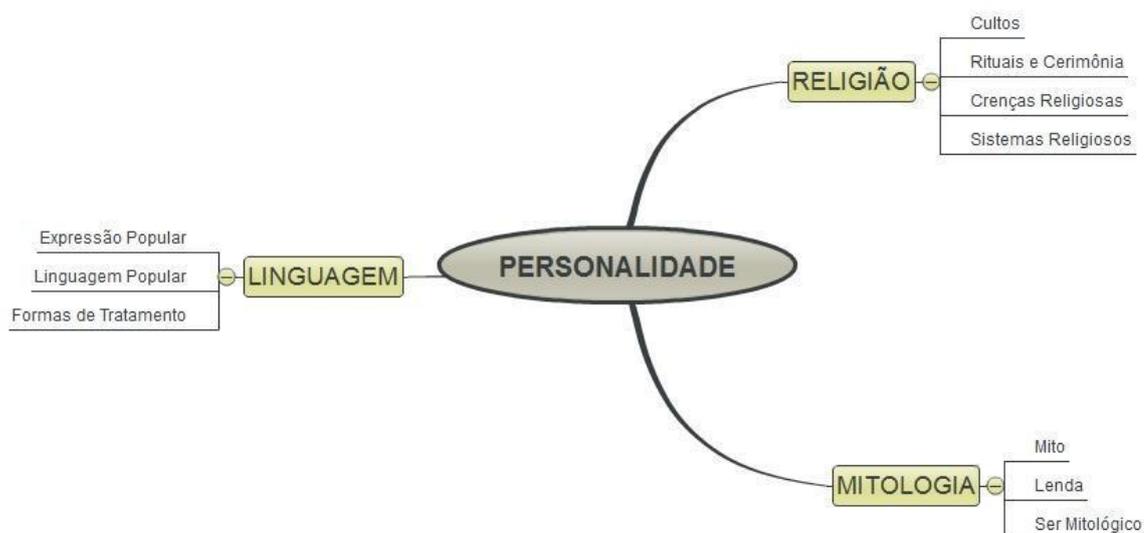


FIGURA 5: Domínio “cultura amazônica” – Categoria Personalidade. **Fonte:** O autor

As facetas Linguagem, Mitologia e Religião da categoria Personalidade são elementos culturais pilares ao domínio “cultura amazônica”, compondo sua identidade cultural. Conforme Lévi-Strauss (1993) não existiria cultura se não existisse linguagem, e para Loureiro, J. (2001) a Amazônia vive em constante devaneio favorecido pelo ambiente cotidiano envolvido por uma atmosfera mitológica. A religião é distintiva pelo próprio ambiente místico e transcendental da região. Muitas religiões são elementos de identidade cultural por serem típicas e peculiares, uma vez que são a mistura do africano, do índio e do europeu. Um exemplo de religião tipicamente amazônica é a pajelança, de origem indígena com influência africana.

b) CATEGORIA MATÉRIA

Foram seguidas as recomendações de Kumar (1981) em relação à categoria Matéria. Esta categoria é composta pelo material e pelas suas propriedades e foram inseridos os produtos típicos dos habitantes amazônicos.

A Categoria Matéria foi composta por quatro facetas: Fauna, Flora, Artefatos e Meios de Transporte. Os elementos que compreendem as classes são os próprios componentes de cada faceta, as propriedades são seus atributos e suas características. Também pode aparecer a

relação parte-todo, por isso foi criada a classe “Suas Partes”. As classes seguiram as orientações da classificação proposta pelo *Classification Research Group*.

Como os conceitos de níveis mais baixos não apareceram na estrutura de classificação apresentamos alguns exemplos retirados do trabalho de Oliveira (2010) para ilustrar a pesquisa:

Exemplo de Fauna

- *Peixe-boi*: s.m. Etim. latim. Mamífero da ordem dos sirênios, traquinídeos (*Trichechus inunguis*). É muito comum nos lagos e rios que banham o vale do Amazonas; chega a ter até 5 metros de comprimento, é exclusivamente aquático, coloração cinza-escuro e pele lisa.

A matéria *Peixe-boi* é um animal aquático e tem como propriedade seu comprimento, coloração e pele específica.

Exemplo de Flora

- *Cupuaçu*: s.m. Etim. Tupi. Fruto da árvore do mesmo nome, cultivado no estado do Pará e no Maranhão. Tem a casca lenhosa, pulverulenta e pardo-castanho. Sua polpa aromática é ótima para fazer sucos, sorvetes, compotas, licores, geléias etc. De sabor ácido e cheiro forte, que lembra a manteiga de cacau, é muito apreciado pelos paraenses.

A matéria *Cupuaçu* também apresenta propriedades tais como a casca lenhosa, pulverulenta e pardo-castanho, polpa aromática e sabor ácido e cheiro forte.

Exemplo de Artefatos

- *Espora*: s.f. Etim. gót. Artefato de metal com ponta(s) que se prende(m) no calcanhar do cavaleiro e serve para roçar na barriga do cavalo e incitá-lo a apressar o passo ou correr.

A matéria *Espora* tem propriedades como metal e ter ponta.

Exemplo de Meios de Transporte

- Casco: s.m. or. contrv. Canoa pequena, feita de uma só peça de tronco de árvore cavado, para transportar duas ou três pessoas, sendo que o tripulante ou canoeiro senta na proa para conduzi-la.

A matéria casco tem propriedades como pequena, transporta duas ou três pessoas.

Uma parte das facetas da categoria Matéria está relacionada aos produtos oriundos da natureza da região, como as diversificadas fauna e a flora amazônica. E a outra parte ligada aos meios de transporte usados pelos habitantes amazônicos, como exemplo, o burro e o cavalo, muito usados nos interiores paraenses com a função de locomover pessoas e transportar mercadorias e aos artefatos artísticos, religiosos, domésticos e os instrumentos de trabalho amazônicos. As facetas criadas se encaixaram adequadamente a categoria matéria.

A seguir a representação gráfica da Categoria Matéria no contexto da cultura amazônica.

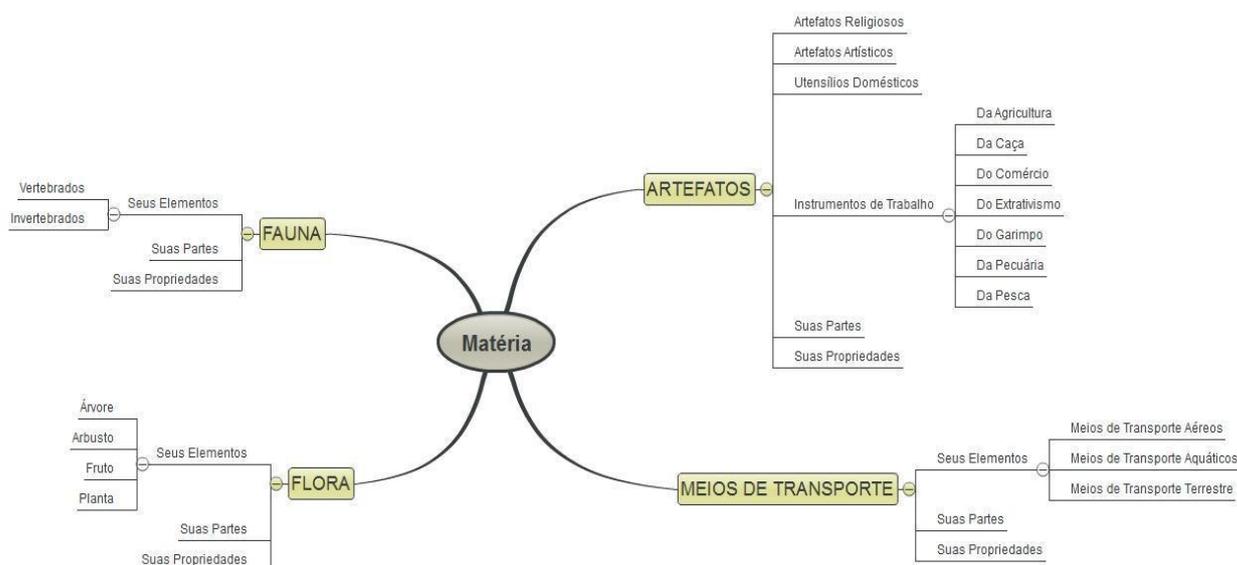


FIGURA 6: Domínio “cultura amazônica” – Categoria Matéria. **Fonte:** Autor

A faceta Meios de Transporte poderia entrar na categoria energia tendo em vista que, de algum modo, exprime ação. O carro acelera, o burro corre, o avião voa etc. No entanto, optou-se pelo produto meio de transporte, a matéria carro, burro ou avião. Na categoria energia foram inseridos elementos ligados as atividades do cotidiano do homem amazônico, como atividades de cura, atividades econômicas e atividades artísticas.

c) CATEGORIA ENERGIA

A Categoria Energia, como é definida por Ranganathan, está ligada aos conceitos relativos à ação. Desse modo, formaram-se três facetas relacionadas a atividades: Atividade de Cura, Atividade Econômica e Atividade Artística. No universo cultural amazônico, a Energia pode ser pensada em qualquer tipo de atividade cotidiana (ação) desenvolvida pelos habitantes locais, tais como agricultura, caça, garimpo, pecuária, comércio, culinária, extrativismo, pesca, arte e medicina.

A atividade de Cura é relacionada a práticas de cura adquiridas pelos conhecimentos empíricos tradicionais dos índios, como a medicina popular, o curandeirismo e a pejelança, além das práticas formais, como é o caso da medicina tradicional.

A atividade Econômica são as atividades produtivas do cotidiano do homem amazônico utilizadas para seu próprio sustento ou para relações de trocas comerciais. No espaço rural, as atividades produtivas são mais utilizadas para a subsistência de seus habitantes. A relação comercial é mais exercida nas cidades. A pesca, o extrativismo da borracha, a caça, o garimpo, a culinária, utilizando elementos da fauna e da flora regional, e a pecuária são atividades exercidas com frequência no meio rural da Amazônia Paraense.

A faceta atividade Artística foi composta por classes ligadas às artes, como a Arquitetura, o Artesanato, a Cerâmica, o Cinema e o Teatro, a Dança, o Desporto, a Música e a Pintura, além das festividades regionais típica da região amazônica, como por exemplo, o Círio de Nazaré, o Sairé, entre tantas outras.

A título de ilustração, alguns exemplos de conceitos de níveis mais baixos que não apareceram na estrutura de classificação, retirados de Oliveira (2010):

- *Capinar*: v. Etim. tupi. Retirar capim usando enxada ou afim. Limpar terreno de mato,

ervas daninhas etc.

- *Pescar*: v. Etim. latim. Apanhar peixes com auxílio de rede, arpão, vara de pescar ou náilon.
- *Lanternar*: v. Etim. latim. Caça noturna com o auxílio de uma lanterna, para visualizar a caça em meio à escuridão da mata.
- *Lance*: s.m. Etim. latim. Ato ou efeito de lançar, arremessar a rede de pesca; lançamento, lanço.

A seguir a representação gráfica da Categoria Energia no contexto da cultura amazônica.

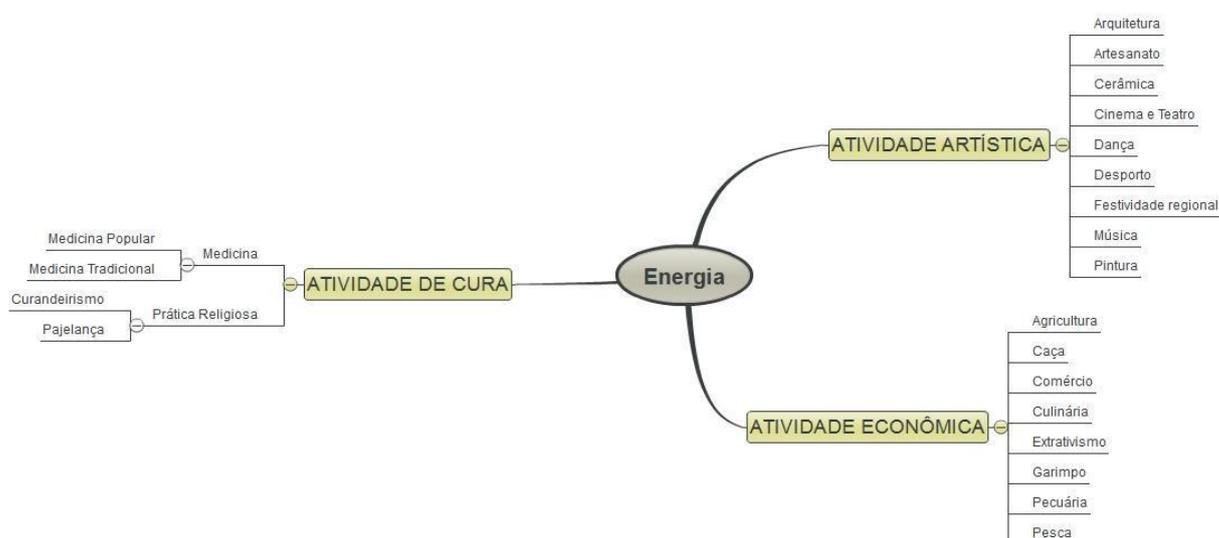


FIGURA 7: Domínio “cultura amazônica” – Categoria Energia. **Fonte:** Própria Pesquisa

Como esse domínio também é composto pelas práticas do espaço urbano se inseriu a medicina tradicional na estrutura de classificação, frequentemente exercida nas cidades amazônicas, onde existem os cursos de ensino superior de Medicina. Entretanto, não significa dizer que os profissionais médicos não possam atuar nos interiores, mas a proporção é bem menor do que nas cidades. A medicina usada como prática religiosa é mais comum no meio rural.

O cinema também é uma produção artística mais usual no espaço urbano em função da

estrutura que é necessária para construí-lo e mantê-lo, no espaço rural amazônico esse tipo de arte é quase inexistente.

d) CATEGORIA ESPAÇO

A Categoria Espaço formou duas facetas, demonstrando os espaços que caracterizam a região amazônica: o espaço geográfico e o espaço cultural. No espaço geográfico, foram representados os principais elementos que compõem a região amazônica e que tem influência direta na cultura local e no comportamento de seus habitantes.

Exemplos de Espaços Geográficos:

- Cidades amazônicas paraense: Castanhal, Belém, Abaetetuba, Ananindeua, Breves, Afuá, Benevides, Altamira, Barcarena, Marapanim, Marituba, Peixe-Boi, Santarém etc;
- Praias: Salinas, Alter do Chão, Ponta de Pedras, Ajuruteua, Pesqueiro, Princesa;
- Ilhas: Mosqueiro, Algodal, Papagaios, Trambioca;
- Arquipélago: Marajó;
- Rios: Amazonas, Pará, Tapajós;
- Lagos: Abuí, da Moita;
- Bacias: Xingu;
- Baía: Guajará.

A categoria Espaço Cultural foi criada a partir da abordagem de Loureiro J. (2001) e é composta pelo espaço urbano e o rural. A área rural é a que mais representa a identidade amazônica, pois tem uma ligação forte com as raízes tradicionais. Nesse espaço predomina a tradição oral contada de geração para geração. Embora esta pesquisa tenha focado o espaço

rural, não deixamos de representar o espaço urbano, pois este também é parte integrante da cultura amazônica, mesmo que mais híbrido culturalmente.

A seguir a exemplificação dos Espaços Rural e Urbano.

- *Espaço Rural*: compreende os municípios, vilarejos, vilas dos interiores da Amazônia paraense onde a urbanização e o desenvolvimento industrial e tecnológico, que ocorre em menores proporções. As trocas simbólicas e a estrutura de ensino são proporcionalmente menores se comparados ao espaço urbano, prevalecendo a manutenção cultural através da tradição oral passada de geração para geração pelos habitantes mais antigos da região. É mais propício um ambiente mitológico pela forte relação com a natureza (animismo).
- *Espaço Urbano*: neste espaço as trocas simbólicas com outras culturas são mais intensas e a estrutura do ensino tem mais qualidade e é mais dinâmica. Por ser um espaço onde há maior mistura cultural e recebe influências através do próprio ensino, dos meios de comunicação e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a autenticidade, na visão de alguns estudiosos, em relação à identidade é menor.

A seguir a representação gráfica da Categoria Espaço no contexto da cultura amazônica.



FIGURA 8: Domínio “cultura amazônica” – Categoria Espaço. **Fonte:** Autor.

A divisão entre as facetas Espaço Geográfico e Espaço Cultural foram criadas tomando como base Loureiro, J. (2001). Os espaços amazônicos, principalmente em relação ao geográfico, são muito representativos da região, em decorrência da enorme extensão territorial da própria floresta. Os espaços de trabalho e lazer dos habitantes do meio rural estão muito ligados à natureza, à água, como por exemplo, os rios e os igarapés.

Os igarapés são usados para lazer entre os habitantes e os rios são como as estradas onde os amazônidas ribeirinhos ou pescam para sua própria alimentação ou para vender os peixes, ou servem para a população transitar entre os municípios paraenses. A esse respeito o trecho da música de Paulo André e Rui Barata faz uma analogia entre o rio e a rua do morador amazônico: “*Esse rio é minha rua, minha e tua mururé⁷, piso no peito da lua, deito no chão da maré*”.

e) CATEGORIA TEMPO

A Categoria Tempo formou duas facetas: Tempo Histórico e Tempo Relativo à Natureza. Os renques decorrentes podem representar as noções temporais dos habitantes amazônicos.

O Tempo Histórico engloba os principais acontecimentos que ocorreram ao longo da

⁷ Planta aquática

história da Amazônia. Entre esses acontecimentos destacam-se os contatos inter-étnicos que foram mais significativos do ponto de vista cultural e que repercutiram em intensivos impactos culturais, colaborando para a formação da identidade da sociedade amazônica. Seguem alguns exemplos:

- “Descobrimento do Brasil”, em 22 de abril de 1500;
- “Catequese dos jesuítas europeus” no século XVI;
- “Ciclo da Borracha”, final do século XIX;
- “Introdução de políticas públicas impostas pelo Governo Federal”, na década de 60 do século XX;
- “A globalização”, no final do século XX até a atualidade;
- “Advento dos meios de comunicação e TICs”, meados do século XIX até a atualidade.

O Tempo Relativo à Natureza é a noção temporal principalmente dos habitantes que vivem nos interiores paraenses, ou seja, no espaço rural amazônico. A noção de tempo está muito ligada aos fenômenos naturais. O sol, a lua, a maré, a chuva são exemplos de referências temporais dos habitantes amazônicos.

Por exemplo, a noção de tempo referente ao movimento da maré é essencial para as atividades de pesca da região. As marés são as alterações do nível das águas do mar causadas pela interferência gravitacional da lua e do sol, sendo a preamar ou maré alta quando a maré está cheia e a baixa-mar ou maré baixa quando a maré está vazante. Na atividade de pesca e na alimentação diária a maré determina os padrões temporais dos habitantes amazônicos. Quando a maré está vazante os peixes, levados pela maré, são mais favorável à pesca. A maré pode determinar o padrão temporal para uma série de atividades dos nativos.

A seguir, a representação gráfica da Categoria Tempo no contexto da cultura amazônica.



FIGURA 9: Domínio “cultura amazônica” – Categoria Tempo. **Fonte:** Autor

A Categoria Tempo teve uma quantidade pequena de elementos em seu interior, mas, principalmente a faceta “Tempo Relativo à Natureza”, manifesta uma característica peculiar da região e revela aspectos interessantes da identidade amazônica.

É válido destacar que esse padrão temporal relativo à natureza foi a noção utilizada pelas civilizações da antiguidade. Essa faceta corrobora com a teoria de Loureiro, J. (2001) em que a Amazônia vive um eterno começo e a lógica racional filosófica ainda não é muito presente.

Segundo Waldman (1995, p.1) esse formato de tempo é uma forma particular de relação homem-tempo-natureza das sociedades pré-modernas, não ocidentais, não-brancas e não-burguesas onde o tempo é assimilado em sua pureza primitiva, em sua “essencialidade mais profunda inteligível por intuição”.

As facetas e classes criadas para a estrutura de classificação elaborada objetivou contemplar os principais elementos culturais da identidade amazônica. Desse modo, foram utilizados elementos do espaço urbano e do espaço rural amazônico. A seguir segue a análise geral sobre a estrutura de classificação.

5.2.1 Análise geral da estrutura de classificação

Como já mencionado, a estrutura de classificação elaborada na pesquisa teve como objetivo possibilitar um modelo de recorte inicial para tesauro em domínios complexos, como a cultura amazônica. Estão aqui apresentadas somente as relações hierárquicas e partitivas, pois a relação de equivalência, ou outra, não foram viáveis no nível conceitual proposto.

Na estrutura de organização produzida foram observados aspectos culturais que abrangessem tanto a área rural quanto a urbana da região amazônica, uma vez que esses dois espaços são parte do conjunto do sistema cultural que compõem a Amazônia. Entretanto, a ênfase foi dada à área rural, em virtude de sua autenticidade em relação à identidade amazônica.

Alguns elementos conceituais próprios da área urbana amazônica foram observados no interior de várias categorias: na Categoria Espaço, Espaço Cultural, Espaço Rural e Espaço Urbano; na Categoria Matéria, Meios de Transporte, Seus Elementos, Meios de Transporte

Aéreos; na Categoria Energia, Atividade Artística, Cinema e Teatro ou em Atividade de Cura, Medicina Tradicional. Meios de Transporte Aéreos, como avião, helicóptero e outros.

Para a ordenação e estruturação da estrutura classificatória do domínio “cultura amazônica”, inicialmente, foi pensado o uso das categorias fundamentais (PMEST), de Ranganathan, como primeiro recorte e em seu interior a ordenação dos renques sugerida pelo CRG e descrita por Lima (2004), tais como: ou simples para o complexo; ou complexo para o simples; ou espacial/geométrico; ou cronológico (incluindo as ordens evolucionária e histórica); ou a alfabética.

Desse modo, foi cogitado o uso da ordem cronológica, do simples para o complexo ou do complexo para o simples. No entanto, as ordens idealizadas tornaram-se impraticáveis para serem concretizadas na pesquisa. Embora possa ser alvo de estudos futuros, sua prática no contexto da cultura amazônica mostrou-se arriscado.

Com que base, por exemplo, podemos sustentar a sucessão na ordem cronologicamente do tempo:

Categoria espaço: bacia, ilha, lago, oceano, mar, rio ou praia?

Ou ainda:

Categoria Matéria: Artefatos religiosos, Artefatos artísticos. Utensílios domésticos ou instrumento de trabalho?

Categoria Energia: Agricultura, caça ou pesca?

Categoria Personalidade: os cultos ou os rituais e cerimônias?

Se pensássemos na ordem do simples para o complexo, qual conceito seria o mais simples?

Categoria Matéria: Artefatos artísticos ou os artefatos religiosos?

Categoria Energia: Música, dança, cinema ou teatro? Ou Agricultura, caça, pecuária ou pesca?

Para alguns desses casos talvez seja factível distinguir o mais simples e o mais complexo, ou então o que vem primeiro na ordem cronológica da evolução. No entanto, a diferença de complexidade ou evolutiva entre os conceitos é muito sutil e pode abrir margem

para inúmeras polêmicas. Desse modo, por falta de tempo hábil e pela natureza do próprio trabalho, foi decidido não entrar no mérito da ordem dos renques sugerida pelo CRG.

As ordens dos renques sugeridas pelo CRG não foram usadas, contudo, utilizamos as categorias propostas pelo grupo, resultado do desmembramento do PMEST, na criação das facetas e classes para ser elaborada a estrutura básica de classificação. Tais como:

Propriedades: Artefatos, Meios de Transporte, Fauna e Flora

Partes do todo: Artefatos, Meios de Transporte, Fauna e Flora

Sistema de coisas: Sistemas religiosos

Relações entre coisas: Espaço de relação homem-natureza

Além de serem usadas as categorias propostas pelo CRG, a Teoria dos Níveis Integrativos nos ajudou a pensar o domínio “cultura amazônica” de uma forma integrativa e interconectada. O pensar integrativo é peculiar do conceito cultura e sistema cultural. Todos os elementos culturais, desde os homens até os produtos criados e usados por eles, assim como a natureza, são dependentes do contexto cultural, integrados e interconectados entre si.

O homem, por exemplo, tem relação com a natureza, porque é dela que come, trabalha, tem lazer etc., que por sua vez criou e utiliza os meios de transportes para se locomover mais rapidamente para lugares mais distantes. Necessita do tempo, padrão que convencionou para se situar melhor no espaço, assim como seu tempo também depende da natureza, dia e noite, maré cheia e maré baixa etc. A sua alimentação diária e seu comércio estão ligados aos produtos retirados da natureza e aos meios de transporte para poder comprar e vender esses produtos. E assim por diante. Percebe-se que entre um elemento e outro há um encadeamento e, dependendo do referencial, pode ter uma ligação mais forte ou não.

Ainda em relação à Teoria dos Níveis Integrativos, na abordagem *bottom-up* sugerida pelo CRG, foram tomados como base os termos culturais coletados por Oliveira (2005a, 2005b, 2010), ou seja, conceitos individuais para formar as facetas e as classes, tal como já havíamos feito em pesquisa anterior (RODRIGUES, 2005). A idéia dos conceitos individuais formarem as classes é uma oposição a abordagem *top-down* dos sistemas de classificações tradicionais, considerada pelo próprio CRG menos eficaz para assuntos complexos.

Para formar uma estrutura mais rígida e lógica foram observados alguns cânones de

Ranganathan (1967), principalmente no que diz respeito aos cânones relativos ao plano ideacional e o plano verbal, conforme comentado na Metodologia.

Pelos resultados apresentados foi mostrada a complexidade do domínio pelas escolas de pensamento sobre o conceito de cultura e pela análise das origens etimológicas da linguagem regional amazônica, evidenciando a dificuldade da seleção conceitual. E para apresentar um modelo que poderá servir de diretriz para construção de sistemas de organização e representação do conhecimento no domínio “cultura amazônica”, elaboramos uma estrutura classificatória a partir do método de categorização e das teorias de Ranganathan e do CRG.

6 OUTRAS TEORIAS IMPORTANTES

As teorias que vamos discutir nesse tópico não entraram na dissertação do mestrado, no entanto, achamos pertinentes inseri-las nesse livro porque podem corroborar na complexa atividade de desenvolver uma estrutura de classificação no domínio cultura amazônica. Essas concepções teóricas foram discutidas em artigo publicado na revista *Información, Cultura y Sociedad*, de junho de 2015.

Devido a já mencionada complexidade enfatizada pelos especialistas, as teorias de classificação tradicionais não são suficientes para a sua sistematização, principalmente quanto a seleção e mapeamento conceitual do domínio. Tanto a Teoria do Domínio, de Hjørland, o Cognitivismo e a Polirepresentação podem ser úteis do ponto de vista teórico-conceitual quanto metodológico.

A Teoria da Classificação Facetada, de Ranganathan e a Teoria dos Níveis Integrativos, do CRG são teorias que auxiliam na elaboração de uma estrutura de classificação e foram utilizadas como parte metodológica deste trabalho. Mas as teorias apresentadas neste capítulo podem ajudar no maior entendimento do domínio estudado e no funcionamento dos processos mentais e necessidades informacionais dos usuários.

6.2 COGNITIVISMO

O cognitivismo surge na Segunda Guerra Mundial com o intuito do homem conhecer, pelos meandros da ciência, o funcionamento da mente humana e como o homem manipula a informação e se apropria do conhecimento. O cognitivismo significou para a Ciência da Informação um deslocamento de olhar dos documentos e da organização dos sistemas para o usuário, que tem desejos e necessidades de sanar déficits informacionais.

A partir dos anos 70, a Ciência da Informação torna-se uma ciência mais voltada para o social e passa a focar na necessidade de informação e no estudo do usuário para entender o reflexo na organização e representação da informação. Nesse momento, busca contribuição nas ciências cognitivas para um melhor entendimento da mente humana.

As ciências cognitivas navegam pela Ciência da Informação desde seu primórdio e perpassa por uma grande quantidade de pesquisadores dessa área até a atualidade quando pretendem entender e analisar a informação e seus processos, seu fluxo e a apropriação do

conhecimento.

A estrutura cognitivista humana é dinâmica e muitas variáveis existem para assimilação de “x” ou “y” informação. Brookes (1977 apud FERNANDES, 2011) acredita que a informação tem diferentes efeitos em diferentes estruturas do conhecimento, o que leva a uma subjetividade na transformação do conhecimento na mente do indivíduo. Entendendo esse dinamismo e complexidade da mente humana, Belkin (1990 apud ROZADOS, 2003) propõe o entendimento da assimilação do conhecimento através do ASK (Estado Anômalo do Conhecimento) e Ingwersen (1996) propõe na teoria da polirepresentação a interação entre o espaço cognitivo do usuário e o espaço informacional do sistema, onde a representação e recuperação da informação são focadas em cada indivíduo e suas necessidades particulares.

Para Mostafa e Moreira (1999) é necessário entender como assimilamos a informação em nossas mentes para qualificarmos a representação, organização e recuperação da informação. Todos nós temos uma memória interior, uma visão de mundo e um estilo próprio de conhecer as coisas que precisa ser conhecido porque os bibliotecários e cientistas da informação constroem artefatos cognitivos, como bases de dados, tesouros, catálogos etc. Isso porque o processamento da informação desempenhado pelo sistema simula o processamento que fazemos para entender o mundo.

Embora tenha influenciado muito a Ciência da Informação no desejo de compreender o funcionamento da mente na assimilação da informação e transformação do conhecimento e a necessidade informacional de cada indivíduo a partir dos gaps individuais que geram os estados anômalos do conhecimento, o cognitivismo tem uma visão individualista. O cognitivismo analisa o fluxo do processamento de sinais na mente sem observar o contexto sociocultural e a bagagem cultural de experiências vividas pelo mesmo indivíduo.

6.2 POLIREPRESENTAÇÃO

A teoria da polirepresentação ou multievidência, de Ingwersen, é oriunda do cognitivismo. Ingwersen (1996) acredita que a recuperação da informação deve ser personalizada a partir da interação entre o espaço cognitivo do usuário e o espaço do sistema. A representação da informação deve ser construída de acordo com as múltiplas necessidades

dos usuários, problemas e estados do conhecimento de cada indivíduo. Para Ingwersen e Järvelin (2005), o seu objetivo é a alta precisão na recuperação da informação a partir de multi-representações.

Para Ingwersen (1996), o ponto central para o entendimento da recuperação da informação interativa, do ponto de vista cognitivo, é o exame da formação mental da necessidade informacional do indivíduo. A formação desse fenômeno conduz a uma análise da polirepresentação na sua causa, ou seja, no espaço cognitivo do usuário gerado por uma incompletude produzida no seu estado cognitivo. Entretanto, a necessidade informacional está constantemente mudando porque é dinâmica. Esse entendimento deve ter reflexos na representação personalizada.

A recepção e a geração de conhecimento são atos de processamento de informação e o caminho da geração depende do modelo de mundo do ator, assim como a recepção depende do modelo do receptor. O espaço cognitivo humano é dinâmico e a estrutura cognitiva está relacionada à experiência, ao contexto social e histórico e à interação com pessoas externas ao gerador e receptor. Transforma-se a partir do contato com informações, comunicações e signos. Nesse contato pode ocorrer o que Ingwersen (1996) chamou de *free fall*, uma queda livre do conhecimento, surgindo novos e perdendo-se outros então existentes.

Ingwersen (1996) pensa a teoria em função de dois motivos: o primeiro é que, em conformidade com a teoria de Belkin e Robertson (1976), toda busca de informação tem sua origem na necessidade que surge do estado anômalo do conhecimento individual, um gap onde o conhecimento existente não é suficiente para resolver o problema. O segundo motivo é que cada indivíduo tem necessidades de informações diferentes e em tempos distintos porque as estruturas de conhecimento dos indivíduos, seus problemas e necessidades são diferentes e peculiares. Cada pessoa é diferente uma da outra.

O princípio da polirepresentação difere dos outros modelos porque representa desenhos de ideias de recuperação de diferentes objetos de informação da mesma coleção a partir da mesma pergunta. Os sistemas isolados não geram bons resultados porque as estruturas de conhecimento de cada indivíduo, sendo diferentes umas das outras, tem efeitos diferentes na assimilação e necessidade da informação, necessitando de direcionamento particular.

Duas críticas em relação ao cognitivismo são comuns na literatura da Ciência da Informação: a primeira é o seu caráter mentalista, individualista e indiferente ao contexto

social e cultural do usuário. A segunda é que seria impossível criar sistemas de recuperação a partir de cada individualidade. Como resultado dessas críticas surge a abordagem sócio cognitivista, de Hjørland e Albrechtsen (1995), com o intuito de pensar o contexto sociocultural do indivíduo.

6.3 ANÁLISE DE DOMÍNIO

Pelo seu caráter individualista, o cognitivismo foi duramente criticado por Frohmann e Hjørland, que questionaram a exclusão dos entornos sociais e culturais que participam o indivíduo. Portanto, vislumbraram uma pesquisa psicológica a partir da perspectiva social, cultural e histórica mais ampla denominada por Hjørland e Albrechtsen (1995) de paradigma analítico de domínio.

A Análise de Domínio é uma abordagem formulada no início da década de 1990. Essa teoria se apóia na psicologia por meio da teoria da atividade e a visão sociocognitiva. A descrição ou representação de um determinado documento deve refletir a necessidade de um determinado grupo de usuários.

A análise de domínio permite mapear os diferentes atores, instituições e processos de comunicação de uma área do conhecimento, assim como possibilita a investigação de como os domínios do conhecimento se distinguem e se assemelham a partir dos diferentes pontos de vista. Por sua perspectiva social, concebe a Ciência da Informação uma ciência social e toma em consideração o contexto psicossocial e sociolinguístico.

A Análise de Domínio busca a compreensão de um domínio através das comunidades discursivas. Para Nascimento (2005), as comunidades discursivas são entidades com distintas construções sociais compreendidas por indivíduos sincronizados em pensamento, linguagem e conhecimento. Uma comunidade discursiva é compreendida por Hjørland (1997) como científica, acadêmica ou profissional, com estruturas de comunicação e publicação, tipos de documentos, terminologia específica e estruturas informacionais únicos; com estrutura e organização do conhecimento, padrões de cooperação, formas de linguagem e comunicação, sistemas de informação, literatura e sua distribuição e critérios de relevância.

Hjørland (2002) acredita não podemos tratar todos os domínios de conhecimento como se fossem similares e que uma abordagem teórica da Ciência da Informação deve

considerar as diferentes comunidades discursivas. Além disso, é fundamental, também, conhecer as diferentes perspectivas no interior de um domínio. O conhecimento dessas diferentes perspectivas obriga uma postura crítica do classificacionista refletindo na descrição e na defesa dos critérios que serão tomados no sistema. Um domínio não pode avançar sem descrever e comparar diferentes abordagens de maneira que elas possam ser distintas umas das outras.

A construção de um sistema de organização do conhecimento não pode basear-se em posições neutras. Hjørland (2008a) recorre ao que chama de “opinião epistemológica”, uma reflexão robusta, sólida observação e conhecimento isento de valores e passível de grande análise, onde os pesquisadores devem explicitar os objetivos e valores que orientam suas investigações e a objetividade deve vir de uma reflexividade consistente.

Hjørland (2002) considera a opinião dos especialistas de fundamental importância para o entendimento de um domínio, contudo, Feinberg (2007 apud HJORLAND, 2008b) o critica ao julgar que as ideias dos leigos são tão importantes quanto as dos especialistas. É fundamental conhecer os discursos de toda a comunidade do domínio. A opinião majoritária dos especialistas não diz, de fato, sobre a verdade acerca do domínio e seus conceitos.

Para Hjørland (2008b), conhecer as várias abordagens e paradigmas do domínio é importante para que uma opinião individual, do bibliotecário ou do designer do sistema de informação, não prevaleça, enfraquecendo as ferramentas metodológicas da construção de um sistema de organização do conhecimento. Para ele, a ciência é dinâmica e contínua, como chamou atenção Ranganathan, e o conhecimento das opiniões epistemológicas são inexoráveis para um sistema robusto. A opinião do classificacionista e do designer do sistema são fontes inacabadas e incompletas porque são visões parciais e subjetivas.

Hjørland (2008a, 2008b) comenta que existem duas visões sobre a organização do conhecimento: a visão positivista e a visão pragmática. A primeira vê o conhecimento e sua organização como uma transcrição ou duplicata do arranjo acabado e preexistente da natureza. Pode ser entendida como um reflexivo passivo de uma ordem externa. Essa visão é chamada de “metáfora do espelho do conhecimento”.

A segunda a organização do conhecimento é construída para lidar com diferentes necessidades humanas e interesses. Segundo a visão pragmática a organização do conhecimento deve ser funcional e refletir determinadas metas, propósitos e valores. A ciência é falível (falibilism) e está sempre em mudança, nunca têm um ponto final, portanto, a

organização do conhecimento sendo espelho dessa estrutura estaria fadada a falir também. O positivismo não consegue ser suficientemente eficaz por esse motivo. Percebe-se que a Análise de Domínio é uma teoria ligada ao pragmatismo.

Hjørland (2008b) comenta a urgência em aplicar as posições epistemológicas em domínios defendidas por ele, sobretudo nas ciências humanas e sociais, que têm poucos trabalhos nesse sentido. Não por acaso comenta a existência de pesquisas realizadas demonstrando problemas de limitações em classificações universais para as ciências humanas. Fala da existência de mais pesquisas e estudos em recuperação e indexação em domínios como Biologia, Química ou Medicina do que nas humanidades. A falta de estudo nessa área é resultado da sua complexidade. O problema do estudo epistemológico nas ciências sociais são as diversas escolas e paradigmas, assim como, o estudo terminológico.

Em seu trabalho, Raghavan (2011) discute a construção de um tesouro multilíngue no domínio cultural e espiritual. Segundo o autor, a elaboração desse instrumento apresentou problemas estruturais e semânticos devido à característica do domínio. A relação intercultural é um domínio nebuloso e engloba muitas áreas, por isso, representar e organizar informações nesse domínio apresenta muitos problemas e desafios.

A cultura é relativa e dependente do contexto em que estão inseridos os conceitos de cada cultura específica, podem ser abstratos em sua natureza e raramente podem relacionar esses conceitos com referências concretas. Para Raghavan (2011), a estrutura de um tesouro nesse domínio apresentou dificuldades reais e sua construção foi impactada pela sua complexidade nas relações conceituais.

Para Hjørland (2008b), a organização do conhecimento tem sido muito mais uma atividade prática sem muita teoria. A organização do conhecimento não vai avançar sem clareza teórica, sendo importante conhecer as diferentes abordagens de modo que se possa distinguir e diferenciar umas das outras.

6.4 ABORDAGENS CULTURAIS, TEORIAS EM CONVERGÊNCIA

Expostas essas teorias acerca da organização da informação e do conhecimento faremos uma proposta em que elas se complementariam em torno de um único objetivo: dar suporte teórico-metodológico para a elaboração de sistemas de classificação em domínios culturais. Cada teoria em certo aspecto auxiliaria na sistematização das multifacetadas inerentes

do conceito cultural, formando um todo coeso e mais completo exigido pela natureza complexa e dinâmica do domínio.

O cognitivismo pode colaborar quanto à percepção precisa das necessidades de informação entre os usuários e o sistema ao dar subsídio para compreender o funcionamento cognitivo humano no processo de aquisição da informação e transformação em conhecimento. Essa concepção teórica é a estrutura basilar da epistemologia da Ciência da Informação, do Princípio da Polirepresentação e da Análise de Domínio quando objetivam entender as causas e os efeitos da motivação que levam o indivíduo a buscar informações.

Ao entender que o processo de aquisição do conhecimento é complexo e individual, o Princípio da Polirepresentação, de Ingwersen (1996), propõe uma representação da informação de acordo com as múltiplas necessidades dos usuários, problemas e estados do conhecimento de cada indivíduo de modo interativo. O objetivo é a alta precisão na recuperação da informação a partir de multi-representações.

Obviamente que fazer uma classificação para cada indivíduo de acordo com sua necessidade momentânea seria inviável e humanamente impossível, entretanto, esse princípio pode dar subsídios para a elaboração da estrutura de classificação a partir do leque mais amplo advindo do conhecimento adquirido na Análise de Domínio pelas comunidades discursivas do domínio cultural. O sistema pode ser representado por desenhos de ideias de recuperação que recuperem diferentes objetos de informação da mesma coleção através da mesma pergunta.

A Análise de Domínio é uma abordagem sociocognitiva que observa o contexto social dentro das organizações ou comunidades a partir das comunidades discursivas e tem como objetivo compreender um domínio através das 11 abordagens sugeridas por Hjørland e Albrechtsen (1995). Consideramos que essa teoria pode ajudar na compreensão do domínio tendo em vista a análise exaustiva e abrangente proporcionada por essas abordagens. O profundo conhecimento do domínio vai refletir invariavelmente em um melhor entendimento na estruturação e relações conceituais do sistema de classificação.

A teoria da Análise de Domínio dará suporte para a verificação da necessidade de produzir instrumentos de culturas específicas ou múltiplos instrumentos de cada cultura. A aplicação dessa teoria ajudará o entendimento e a descoberta das estruturas culturais existentes em toda cultura, conforme comentado por Braudel (2004), Sahlins (1997) e Bauman (2012). Instável, mutável ou não, o conhecimento dessa raiz profunda determina o

entendimento real de uma cultura.

Consideramos que essas teorias possam ainda não serem suficientemente satisfatórias para representarem a complexidade do domínio cultural. Precisam ser testadas para atestarem sua eficácia. Por outro lado, é possível que a aplicação desse conjunto teórico proposto seja inviável, considerando a complexidade e exaustividade do trabalho. Contudo, considerando a natureza complexa do domínio, apenas uma teoria não seja suficiente para sua representação, dado que apresenta conceitos e relações conceituais problemáticas e não consensuais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa alcançou seu principal objetivo que foi: mostrar a complexidade do domínio “cultura amazônica” evidenciada a partir da apresentação das concepções sobre cultura e da análise das etimologias e; e demonstrou a possibilidade de recortar o domínio pelo método de categorização, ao apresentar uma estrutura de classificação baseada nas Teorias da Classificação Facetada, de Ranganathan e na Teoria dos Níveis Integrativos, do *Classification Research Group*.

As duas teorias foram fundamentais e complementares para tratar esse domínio complexo. A Teoria do Ranganathan foi importante para entender o fluxo do conhecimento e o dinamismo do mesmo. O sistema facetado sugerido se apresentou como uma maneira de contornar tal dinamismo e possibilitar a hospitalidade contínua num dado sistema de organização do conhecimento. O tesouro herda dessa teoria uma influência facetada, onde o usuário em sua estratégia de busca pode combinar os termos do sistema.

Como o próprio nome já diz, a Teoria dos Níveis Integrativos é uma teoria e não uma fórmula de como fazer, portanto, ajudou a pensar o domínio, como é próprio da sua natureza, de uma forma interconectada e integrada. Os elementos do sistema cultural amazônico estão todos relacionados e amparados por um padrão cultural comum, como alegam os antropólogos.

O pensar sistêmico e integrado da organização do conhecimento na Teoria dos Níveis Integrativos, que pode ser observado nos princípios de Feibleman (1954) e Wilson (2002), é um pensamento adequado ao domínio de conhecimento “cultura amazônica”. Na Teoria dos Níveis Integrativos os conceitos não podem ser compreendidos isoladamente, mas de forma interconectada dependente de processos cíclicos. Como o foco da teoria é a interconectividade, ela ajuda a lidar com estruturas complexas dos conceitos, que podem ser usadas em qualquer área.

Sendo a cultura amazônica paraense um todo delimitado geograficamente, composta por partes como indivíduos, artefatos produzidos pelos mesmos, a natureza, elemento muito importante para seus habitantes, e a forma de pensar, embora heterogênea têm pontos em comum porque vivem sob a égide do mesmo padrão cultural, esse domínio do conhecimento deve ser pensado os seus conceitos de forma integrativa. A cultura é um todo complexo que revela sua identidade nas relações de suas partes, nas relações sociais, nas relações biológicas,

nas relações entre homem e natureza etc.

Ambas as teorias mostraram-se satisfatórias para se pensar teoricamente e pragmaticamente a construção de um sistema de organização do conhecimento em domínios complexos. A idéia do dinamismo do conhecimento e as leis formuladas por Ranganathan, assim como o pensar integrativo do *Classification Research Group*, mostraram potencial para a construção de sistemas complexos e interdisciplinares.

Na elaboração da estrutura classificatória o ideal seria consultar os especialistas do domínio “cultura amazônica” para a avaliação da denominação dos conceitos, facetas e classes e da relação entre os conceitos. No entanto, a consulta a especialistas não foi feita por falta de tempo hábil, podendo ser realizada em estudo futuro.

A complexidade do domínio “cultura amazônica” encontra-se no próprio conceito de cultura. Os contatos inter-étnicos sofridos na região foi o ponto de partida para mostrar a sua complexidade, pois as influências de outras culturas sempre abalam a estrutura vigente de uma sociedade. Conhecer o que compõe essa cultura é uma tarefa árdua porque, a partir dos contatos, são agregados valores e produtos ao conjunto do sistema cultural amazônico. Os impactos culturais sofridos pela região ao longo de sua história, sobretudo, os de grande importância, são olhares importantes. Os costumes, hábitos e a língua nativa são modificados, produzindo uma fusão de elementos conceituais de uma possível estrutura classificatória nesse domínio.

Mesmo com as modificações decorrentes dos contatos inter-étnicos em momentos importantes da história de uma sociedade, assim como as modificações internas que ocorrem a partir de uma invenção ou de algum acontecimento importante, a estrutura cultural se altera muito pouco e lentamente porque é, consciente e inconscientemente, o alicerce daquela sociedade, segundo Braudel (2004). Sabendo dessa estrutura, o domínio cultural deve focar essas originalidades e raízes profundas e quase inalteráveis, além de buscar o que depois foi se agregando junto a essa estrutura sólida.

O ponto fundamental para entender que era possível fazer a seleção e levantamento conceitual adequado em um domínio complexo como a “cultura amazônica” foram as idéias de Braudel (2004) a respeito da estrutura cultural, da base sólida que cada cultura carrega consigo suas raízes de valor.

A identificação dessas raízes culturais descritas por Braudel (2004), de uma forma mais adequada e precisa pode ser alvo de um estudo posterior. Assim como, a idéia de se

estabelecer a ordem sugerida pelo *Classification Research Group* que inicialmente se pensou em fazer nesta pesquisa, ou do simples para o complexo, ou do complexo para o simples ou da evolução posterior no tempo pode ser objeto de um estudo futuro. Essas ordens dos renques, para se ter uma precisão maior e para que não gere polêmicas, carece de uma reflexão mais profunda.

Os resultados revelados pelas análises das concepções dos estudiosos do conceito cultura e pelas análises etimológicas dos termos culturais amazônicos demonstrados nos números apresentados, a hipótese inicial da complexidade do domínio cultura pôde ser confirmada. Através das origens etimológicas foi mostrada a influência das línguas de várias partes do mundo na língua amazônica.

A pesquisa etimológica demonstrou que a cultura amazônica é tomada por um hibridismo cultural e uma mestiçagem muito forte. Observa-se que as etimologias que ocorreram na terminologia amazônica são reflexos históricos das migrações de diversos povos, consequência de políticas internacionais inicialmente e depois pelas políticas nacionais na região amazônica como na Era da Borracha, no PIN, nos anos 60 do século XX e nos grandes projetos que ocorreram na Amazônia.

É importante destacar que o propósito de um sistema de organização do conhecimento depende do interesse e perfil da comunidade a que se destina. Toda construção pode ser arranjada conforme a necessidade do uso de seus usuários. Um recorte no espaço rural ou no espaço urbano, utilizar uma teoria ou outra, depende do propósito quando se constrói o sistema.

A criação de instrumentos que sirvam para a recuperação da informação, favorecendo o elo real entre o usuário e sua necessidade de informação é um impulso para o estabelecimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Desse modo, é importante discutir aspectos da construção de SRIs e elaborar diretrizes sólidas que elevem seu nível qualidade.

Nessa perspectiva, o tesouro é um importante instrumento de exploração de domínios de conhecimento. Sendo um sistema de conceitos que apresenta relações hierárquicas, partitivas, associativas e de equivalência é um recurso importante que serve como elo entre o usuário e a informação, além de auxiliar o profissional da informação na indexação do assunto de um documento.

No final do livro também apresentamos outras teorias que não foram inseridas na pesquisa inicial, o Cognitívismo, a Polirrepresentação e a Análise de Domínio. São

importantes concepções teóricas que podem ajudar a entender, em pesquisas futuras, a real necessidade de informação de um usuário que venha a utilizar um instrumento de classificação em domínios específicos de natureza similar ou igual a da cultura amazônica, assim como, podem auxiliar no entendimento mais detalhado e profundo desses domínios.

O cognitivismo ao tentar entender como o indivíduo assimila a informação, transforma em conhecimento e como funciona sua necessidade informacional tornou-se a base de muitas teorias da Ciência da Informação, como a teoria da Polirrepresentação e a teoria da Análise de Domínio. Como essa teoria possibilita entender o funcionamento cognitivo de um usuário quando utiliza um instrumento de classificação específico pode ajudar na construção e direcionamento produtivo de tal ferramenta. Como o cognitivismo originou as duas outras teorias que apresentamos no livro era de suma importância expor neste trabalho.

A Polirrepresentação pretende criar representações de acordo com a necessidade individual de cada pessoa. Assim como o cognitivismo, essa concepção pode, de um modo diferente, facilitar o entendimento acerca das necessidades do usuário.

A Análise de Domínio ultrapassa o mero individual e alcança os níveis contextual, social e cultural que envolve o indivíduo e apresenta ferramentas para uma melhor compreensão de um domínio. Ao propor os 11 paradigmas, Hjørland fornece meios e caminhos para entendermos mais preciso e intimamente o domínio ao qual se estuda e desenvolve. A compreensão sobre um domínio, sobretudo os de maiores complexidades, são fundamentais para a construção, caminhos a tomar e relações conceituais em um instrumento de classificação específico.

Por fim, entendendo a complexidade e importância do estudo proposto, concluímos com as palavras de Saracevic (1999), quando pensa na Ciência da Informação, sobretudo na sua origem e formação afirma que “não somos estudiosos de assuntos mas estudantes de problemas”. São os problemas que impulsionam as pesquisas científicas, em uma tentativa de melhorar a qualidade de vida e a condição social humana.

Desse modo, neste trabalho esperamos ter contribuído de alguma maneira para o desenvolvimento da Ciência da Informação, quanto aos aspectos da organização, representação e recuperação da informação. Aspectos esses fundamentais para o crescimento de um país diante do volume da produção e do acesso à informação atual.

REFERÊNCIAS

AITCHISON, Jean; GILCHRIST, Alan. **Manual para construção de tesouros**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1979. Tradução de: Helena Medeiros Pereira Braga.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à Filosofia. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1993.

BARRETO, Aldo Albuquerque. A condição da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.16, n.3, p.67-74. 2002.

BATISTA, Gilda Helena Rocha. Rede de conceitos. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.9, n.1, p.6-17, jan./jun. 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar. 2012

BELKIN, Nicholas J. Anomalous state of knowledges as a basis for information retrieval. **Canadian Journal of Information Science**, v.5, p.133-140, 1980.

BRAUDEL, Fernand. **Gramática das civilizações**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BUSH, Vanevar. As we may think. **The atlantic monthly**, v.1, n.176, jul. 1945. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1969/12/as-we-may-think/3881/>>. Acesso em: 13 jul. 2010.

BOCCATO, Vera Regina Casari. **Avaliação de linguagem documentária em Fonoaudiologia na perspectiva do usuário**: estudo de observação da recuperação da informação com protocolo verbal. Marília, 2005. 239 f. Dissertação (Mestrado). Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2005.

CAMPOS, Austério. A teoria das classificações analítico-sintéticas, ou facetadas, e a sua influência sobre a reforma da Classificação Decimal Universal (CDU). **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.3, n.1, jan./jun. 1975.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **A organização de unidades de conhecimento em hiperdocumentos**: o modelo conceitual com um espaço comunicacional para realização da autoria. 2001. 171 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001a.

_____. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EDUFF, 2001b. 133 p.

_____; GOMES, Hagar Espanha. Metodologia de elaboração de tesouro conceitual: a categorização como princípio norteador. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11, n.3, p. 348-359, 2006.

_____; _____. Organização de domínios de conhecimento e os princípios ranganathianos. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.8, n.2, p. 150-163, 2003.

_____; _____. Taxonomia e classificação: o princípio de categorização. **DataGramZero** – Revista

de Ciência da Informação, v.9, n.4, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

CALDAS Aulete: dicionário digital.[s.l]: Lexikon, 2006.

CAVALCANTI, C. R. **Indexação e tesouro**: metodologia e técnica. Brasília,DF: ABDF, 1978. 89 p.

COSTA, Fernanda C. da; RAMOS, Luciene B. Análise facetada: em busca de uma classificação para o teatro. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.2, n.3, p.30-42, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.pontodeacesso.ici.ufba.br>>. Acesso em: 22 dez. 2010.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 101-107, 1978.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.

FEIBLEMAN, James K. Theory of Integrative Levels. **The British Journal for the Philosophy of Science**, v.5, n.17, p.54-66, 1954.

FOSKETT, D. J. The theory of integrative levels and its relevance to the design of information systems. **Aslib Proceedings**, v.30, n.6, p.202-208, 1978.

GAMBINI, R. **Espelho de índio**: a formação da alma brasileira. 2. ed. São Paulo: Axis Mundi/Terceiro Mundo Nome, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989. 323 p.

GNOLI, Claudio; BOSH, Mela, MAZZOCCHI, Fulvio. A new relationship for multidisciplinary knowledge organization systems: dependence. In: BRAVO, Blanca Rodríguez, ALVITE DÍEZ, M'a Luisa (Orgs.). INTERNATIONAL SOCIETY KNOWLEDGE ORGANIZATION CONGRESS, 8., 2007, León (Espanha). **Actas...** León: Universidad de León, 2007. p. 399-409.

GOMES, Hagar Espanha. **Classificação, tesouro e terminologia**: fundamentos comuns. 1996. Disponível em: [http: <www.conexãorio.com/bit/tertulia/tertulia.htm.>](http://www.conexãorio.com/bit/tertulia/tertulia.htm) Acesso em: 10 mar. 2003. (Palestra preparada para as tertúlias do Departamento de Biblioteconomia da UNIRIO).

_____. **Manual de elaboração de tesouros monolíngües**. Brasília: Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior, 1990. 78 p.

_____. (Coord.). **Diretrizes para elaboração de tesouros monolíngües**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1984. 70 p.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

HJORLAND, Birger; ALBRECHTSEN, H.. Toward a new horizon in information science: domain-analyses. **Journal of the American Society for Information Science**. v.46, 400-425.

_____. **Information seeking and subject representation:** an activity theoretical approach to Information Science. New York: Greenwood Press. 1997.

_____. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of documentation**. v.58, n.4, 422-462. 2002.

_____. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**. v..35, n. 2/3, 86-101. 2008a

_____. Deliberate bias in knowledge organization? **Advances in Knowledge Organization**. v. 11, 256-261. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10150/105188>> Acesso em: 19 março 2013. 2008b.

INGWERSEN, P. Cognitive perspectives of information retrieval interaction elements of a cognitive IR theory. **Journal of Documentation**. v. 52, no. 1, 3-50. 1996.

_____; K. Järvelin. **The turn:** integration of information seeking and retrieval in context. Heidelberg: Springer. 2005.

KAULA, Prithvi N. **Repensando os conceitos no estudo da classificação**. 1982. Disponível em <<http://www.conexaorio.com/bit/>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

KUMAR, K. **Theory of classification**. 2nd ed.rev. New Delhi: Vikas Publishing House, 1981. 538 p.

LAAN, Regina Helena Van Der. **Tesauro e terminologia:** uma inter-relação lógica. 2002. 182 f. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

LANCASTER, F.W. **Vocabulary control for information retrieval**. 2 nd. Arlington: Information Resources Press. 1986. 270p.

LANGRIDGE, Derek. **Classificação:** abordagem para estudantes de biblioteconomia. Tradução de Rosali P. Fernandez. Rio de Janeiro: Interciência, 1977. 126 p. Título original: Approach to classification for students of librarianship.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutura dois**. 4 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. 366 p.

LIMA, Gercina Ângela Borém. O modelo simplificado para análise facetada de Spiteri a partir de Ranganathan e do Classification Research Group (CRG). **Información, Cultura y Sociedad**, Buenos Aires, n.11, p.57-72, 2004.

LOPES, Ilza Leite. Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão da literatura. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 31, n. 1, p. 41-52, 2002.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica:** uma poética do imaginário. São Paulo: Escrituras, 2001. 437 p. (originalmente tese de doutorado defendida na Universidade de Sorbonne, Paris, França).

_____. A questão cultural amazônica. In: Secretaria de Estado do Pará. **Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais**. 2. ed. Belém: CEJUP, 1992. 208 p.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônida: uma identidade inconclusa. In: SIMÕES, Maria do Socorro. (Org.) **Marajó: um arquipélago sob a ótica da cultura e da biodiversidade**. Belém: UFPA, 2002. p. 299-306.

MARRONI, Gilza Núria Brandão. **Identificação e delimitação de relações associativas em tesouros: um estudo de caso na área do Direito do Trabalho**. 2006. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Uma outra “invenção” da Amazônia: religiões, histórias, identidades**. Belém: Cejup, 1999. 283 p.

MOTTA, Dilza Fonseca da. **Método relacional como nova abordagem para a construção de tesouros**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1987.

MOURA, Maria Aparecida et al. Linguagens de indexação em contextos cinematográficos: a experiência de elaboração do tesouro eletrônico do cinema brasileiro. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v.10, n.1, p.54-69, jan./jun. 2005.

NAVES, Madalena Martins Lopes. **Curso de indexação: princípios e técnicas de indexação**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. 22 p.

NOVO, Hildenise. **A elaboração de taxonomia: princípios classificatórios para domínios interdisciplinares**. 2007. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2007.

_____. A taxonomia enquanto estrutura classificatória: uma aplicação em domínio de conhecimento interdisciplinar, **Ponto de Acesso**, Salvador, v.4, n.2, p.131-156, set. 2010. Disponível em: <<http://www.pontodeacesso.ici.ufba.br>>. Acesso em: 22 dez. 2010.

NUNES, Benedito. **Um conceito de cultura**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 2004. 24 p.

OLIVEIRA, Maria Odaisa Espinheiro de. **Vocabulário terminológico cultural da Amazônia Paraense: com termos culturais da área de Abaetetuba, Belém, Santarém**. Belém: EDUFPA, 2001, v.1, 159 p.

_____. **Vocabulário terminológico cultural da Amazônia Paraense: com termos culturais da área de Castanhal**. Belém: EDUFPA, 2005a, v.2, 167 p.

_____. **Vocabulário terminológico cultural da Amazônia Paraense: com termos culturais da área de Bragança**. Belém: EDUFPA, 2005b, v.3, 120 p.

_____. **Vocabulário terminológico cultural da Amazônia Paraense: com termos culturais da área do Marajó**. Belém: Alves, 2010, v.4

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, Lisboa, n. 2, p. 19-33, primavera, 1988.

Raghavan, K. S. Knowledge representation in the spiritual and cultural domains. **The Open Information Science Journal**. v. 3, 5-11. 2011.

RANGANATHAN, S.R. **Prolegomena to library classification**. Bombay: Asia Publishing House, 1967. 640 p.

RODRIGUES, Anderson Luiz Cardoso. **Estrutura de classificação sob o enfoque da cultura amazônica**. 2005. 125 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia). Faculdade de Biblioteconomia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

_____. A cultura e a organização do conhecimento: desafios teórico-metodológico. **Información, Cultura y Sociedad**, v.32, p.33-54, jun. 2015.

ROSAS, Patrícia et al. Descritores em Ciências da Saúde nas teses e dissertações de mestrado, na área de doenças respiratórias. **Acta Cirúrgica Brasileira**. São Paulo, v.14, n.1, jan. 1999.

Rozados, Helen Beatriz Frota. A ciência da informação em sua aproximação com as ciências cognitivas. **Em Questão**. v.9, n. 1, 79-94. 2003.

SARACEVIC, Tefko. Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, v.50, n.12, p.1051-1065, 1999.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. 2 ed. Belém: Paka-Tatu, 2002. 212 p.

SCHREINER, Heloisa Benetti. Considerações históricas acerca do valor das classificações bibliográficas. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, 1. 1976, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT, 1979. p.190-207.

SHERA, Jessé H. Classification: current functions and applications to the subject analysis of library materials. **Libraries and the organization of knowledge**. Hamden: Archon Books, 1965. p.97-111.

SMIT, Johanna W.; TÁLAMO, Maria de Fátima G.M.; KOBASHI, Nair Y. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, v.5, n.1, fev. 2004.

SOUZA, Joice. **Avaliação de linguagem de indexação aplicada à informação jornalística: estudo de caso**. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal Fluminense/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2007.

SOUZA, Rosali Fernandez de. Organização e representação de áreas do conhecimento em Ciência e Tecnologia: princípios de agregação em grandes áreas segundo diferentes contextos de produção e uso de informação. **Encontros Bibli**. Florianópolis, número especial, 1 sem. 2006.

SPITERI, Louise F. The Classification Research Group and the Theory of Integrative Levels. **The Katharine Sharp Review**, n.1, summer, 1995.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M.; LARA, Marilda Lopez Ginez de; KOBASHI, Nair Yumiko. Contribuição da terminologia para a elaboração de tesouros. **Ciência da Informação**, v.21, n.3, p.197-200, set./dez. 1992.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M.; LARA, Marilda Lopez Ginez de; KOBASHI, Nair Yumiko; LIMA, Vânia Mara A. Instrumentos de controle terminológico: limites e funções. In: SIMPÓSIO DE RITERM, 2., 1990, Brasília. **Actas...** Rio de Janeiro: IBICT, 1990.

TESAURO de Folclore e Cultura Popular Brasileira. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, [2010].

THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. **UNESCO-Thesaurus**. Paris, 1977. 2v.

UNIVERSAL Decimal Classification. [Amsterdam]: UDC Consortium, 2009. Disponível em: <<http://www.udcc.org>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

VERÍSSIMO, José. **Estudos amazônicos**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. 256 p.

VICKERY, B.C. **Faceted classification: a guide to the construction and use of special schemes**. London: ASLIB, 1960. 70 p.

WALDMAN, Maurício. Tempo, modernidade e natureza. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente (SP), n.16, p.24-73, 1995.

WERSIG, Gernot; NEVELLING, Ulrich. The phenomena of interesting to information science. **Information Scientist**, v.9, n.4, p.127-140, Dec. 1975.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. 239 p.

WILSON, Tom. **'Information Science' and research methods**. 2002, p.63-71. Disponível em: <<http://informationr.net/tdw/publ/papers/sloval02.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2010.